



Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro - UFRRJ

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Instituto de Educação

Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI

CAROLINA SANTOS VICTORINO

**UMA ANÁLISE SOBRE O RACISMO INSTITUCIONAL UNIVERSITÁRIO NA
UFRRJ A PARTIR DA PERSPECTIVA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Seropédica, 10 de julho de 2024



CAROLINA SANTOS VICTORINO

**UMA ANÁLISE SOBRE O RACISMO INSTITUCIONAL UNIVERSITÁRIO NA
UFRRJ A PARTIR DA PERSPECTIVA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro para defesa, sob
a orientação da Prof. Dra. Luciene Alves
Miguez Naiff

Seropédica, 10 de julho de 2024.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V646a Victorino , Carolina Santos, 01/07/94-
UMA ANÁLISE SOBRE O RACISMO INSTITUCIONAL
UNIVERSITÁRIO NA UFRRJ A PARTIR DA PERSPECTIVA DAS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS / Carolina Santos Victorino . -
RIO DE JANEIRO, 2024.
102 f.

Orientadora: Luciene Alves Miguez Naiff.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PPGPSI, 2024.

1. Racismo institucional. 2. Representações
Sociais. 3. UFRRJ. I. Naiff, Luciene Alves Miguez,
06/05/69-, orient. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. PPGPSI III. Título.

*“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento
001*

*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001 ”*




UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**UMA ANÁLISE SOBRE O RACISMO INSTITUCIONAL UNIVERSITÁRIO
NA UFRRJ A PARTIR DA PERSPECTIVA DAS REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS**


CAROLINA SANTOS VICTORINO

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia, no Curso de Pós-Graduação em Psicologia, área de concentração em Processos Psicossociais e Coletivos.


APROVADA EM 10 / 07 / 2024

Documento assinado digitalmente
 **LUCIENE ALVES MIGUEZ NAIFF**
Data: 18/07/2024 12:33:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luciene Alves Miguez Naiff - Prof^a. Dr. UFRRJ

Documento assinado digitalmente
 **AMAURI MENDES PEREIRA**
Data: 12/08/2024 14:26:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Amaury Mendes Pereira - Prof. Dr. UFRRJ

Membro interno
Documento assinado digitalmente
 **LARISSA AMORIM BORGES**
Data: 20/07/2024 13:13:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Larissa Amorim Borges - Prof. Dr^a. UFMG

Membra externo

DEDICATÓRIA

Seis anos separam a Carolina que se formou em sua graduação da Carolina do agora, que está encerrando o seu mestrado. Com isso, decidi retomar os meus escritos. E não curiosamente, àqueles aos quais eu dediquei o trabalho do ontem seguem sendo aqueles aos quais eu necessito dedicar o trabalho do hoje.

Então, parafraseando aquela menina alguns anos mais nova, eu volto a dedicar este trabalho ao meu pai, mas não mais por sua ausência do antes e pela ausência do agora, como eu disse anteriormente. Mas pela presença que ele faz em mim e que sempre fará. Te saúdo. Preciso pontuar algumas mudanças que ocorreram nesse meio tempo. Eu, que antes afirmei “de sua eterna “pipoquinha”, aquela que nunca tivera tanta confiança em si e que agora está construindo a mesma com muita garra”, pontuo agora que sigo sendo sua eterna pipoquinha mas com uma autoconfiança invejável a este mundo que tanto tenta minar corpos como o meu. Hoje eu me reconheço. E também devo isso a você. Siga me olhando, guiando e me desafiando, de onde estiver.

À minha Maria, de nome comum, mas sempre extraordinariamente única. Seus passos me trouxeram aqui e são eles que seguem me levando longe. Nunca duvide do impacto que você me causa.

À menina negra que eu era quando entrei na faculdade e que me permitiu se deparar com esta mulher negra que me tornei hoje - filha, amiga, professora, artista amadora e incomodada. Um olhar delicado também à minha criança de sorriso largo, curiosa, insegura e envergonhada com o próprio nariz. Eu agradeço por não termos desistido de nós. “Na real”, foi sempre você quem não me deixou desistir.

E mais uma vez: aos meus ancestrais. À todos os negros e negras que fizeram de mim a materialização de seu sonho e àqueles que diariamente resistem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao mundo espiritual, à minha mãe e ao meu pai. Não só em mim, mas em minha escrita é possível perceber o quanto transborda deles. Ora iê iê ô e Kaô Kabecilê.

Aos meus pais do mundo material, Manuel Joaquim Victorino e Maria de Lurdes Santos Victorino. O nome daqueles que me precedem anuncia de onde venho. E de onde venho tem muita força.

À todos os meus amigos pelas palavras, pelo afeto e admiração. Incrível como vocês nunca duvidaram de mim.

Em minha formação, agradeço à Luciene por ter me acompanhado em toda esta trajetória. A paciência, generosidade, empolgação, validação e direcionamento. Você foi imprescindível.

RESUMO:

VICTORINO, Carolina. UMA ANÁLISE SOBRE O RACISMO INSTITUCIONAL UNIVERSITÁRIO NA UFRRJ A PARTIR DA PERSPECTIVA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. Dissertação do Mestrado em Psicologia. Orientadora Prof. Dra. Luciene Alves Miguez Naiff. Instituto de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2023.

A presente pesquisa refere-se a uma análise acerca do racismo institucional universitário no contexto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) a partir da perspectiva das Representações Sociais. Durante a elaboração do trabalho foram resgatados alguns acontecimentos ocorridos na UFRRJ que foram descritos enquanto racismo para que assim pudessemos alcançar um pouco das dinâmicas raciais presentes na instituição. Foram explorados referenciais teóricos acerca do surgimento da instituição em questão e dados acerca dos membros da mesma. Paralelamente a isto, foi realizado um delineamento sobre o fenômeno do racismo na realidade brasileira. O objetivo do trabalho se voltou à tentativa de identificar as representações sociais sobre o racismo institucional universitário a partir do olhar dos discentes e servidores da instituição. A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo. As informações foram coletadas a partir da utilização de questionários na modalidade online e também por meio de entrevistas. Os resultados obtidos mostraram que a UFRRJ - Seropédica não escapa da mecânica do racismo institucional e quando considerado que a maior parte da instituição é negra, podemos entender ainda que estes resultados apontam que a maior parte de seus membros universitários sofrem violências agenciadas por ela. Este estudo escancara a urgência da academia se reorganizar caso esteja verdadeiramente comprometida com a ética e o compromisso social com os quais se envolve.

Palavras chaves: Racismo Institucional; Representações sociais; UFRRJ.

ABSTRACT:

VICTORINO, Carolina. AN ANALYSIS ON UNIVERSITY INSTITUTIONAL RACISM AT UFRRJ FROM THE PERSPECTIVE OF SOCIAL REPRESENTATIONS. Master's Dissertation in Psychology. Advisor Prof. Dr. Luciene Alves Miguez Naiff. Institute of Psychology, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2023.

The project refers to an analysis of university institutional racism in the context of the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ) from the perspective of Social Representations. During the work elaboration, some events occurred at UFRRJ that have been described as racism were rescued, by this way we could reach a little of the racial dynamics present in the institution. Theoretical references about the emergence of the institution in question and data about its members were explored. Parallel to this, an outline was carried out on the phenomenon of racism in the Brazilian reality. The objective of the work is focused on the attempt to identify the social representations about university institutional racism from the perspective of students and employees of the institution. The methodology used is Content Analysis. Information was collected by online questionnaires and also through interviews. The results obtained showed that UFRRJ - Seropédica doesn't escape from the mechanics of institutional racism and when considering that the majority of the institution is black, we can also understand that these results indicate that the majority of its university members suffer violence caused by it. This study highlights the urgency for academia to reorganize itself if it is truly committed to the ethics and social commitment with which it is involved.

Keywords: Institutional Racism; Social representations; UFRJ.

Racismo não é coisa de ignorante. É coisa de profissional que usa desta prática para negar direitos básicos que ele entende como privilégio. Racismo é coisa de profissional, é estruturante para o exercício de poder contra quem o racista julga ser inferior. Não se enganem, o racista tem plena consciência do seu ato. – **Sueli Carneiro**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
OBJETIVOS	20
Objetivo geral	
Objetivos específicos	
CAPÍTULO 1: Racismo Institucional	21
1. Delineando o racismo	21
1.2. O racismo à brasileira - reflexo do racismo no nosso cotidiano	24
1.3 A dinâmica do racismo institucional e sua materialização na academia	27
CAPÍTULO 2: Representações sociais	34
2.2. Zona Muda das Representações Sociais	40
CAPÍTULO 3: Branquitude e Negritude - Aspectos e Conflitos Psicossociais	45
3.1. Branquitude	46
3.2. Negritude	51
CAPÍTULO 4: Método	56
CAPÍTULO 5 – RESULTADOS	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

Nos atentando ao contexto histórico brasileiro, obtemos a informação de que o Brasil foi o maior importador de africanos escravizados das Américas, uma vez que entre os séculos XVI e XIX, cerca de 40% dos quase 10 milhões de africanos trazidos escravizados pelas Américas desembarcaram em portos brasileiros (FLORENTINO, 1997). O intenso fluxo do tráfico Atlântico implicou diretamente no grande contingente de pessoas negras em território nacional até os tempos atuais. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da pesquisa de cor ou raça da população brasileira com base na autodeclaração, 46,8% dos brasileiros se declararam como pardos e 9,4% como pretos. Tendo em vista a compreensão de que pretos e pardos pertencem à categoria de pertença racial negra, pode-se concluir que 56,2% da população brasileira se considera negra (BRASIL, 2019).

No entanto, compor a maior parte da população brasileira não nos serviu de amparo frente a realidade social, econômica, política e subjetiva que se apresentou e segue se apresentando diante de nós. Somos expostos de maneira sistemática ao espólio dos tempos coloniais e como consequência disso ocupamos de maneira expressiva os piores indicadores sociais relativos à desigualdades e vulnerabilidades, sendo alguns destes: o menor número em relação a cargos gerenciais (ainda que constituindo a maior parte da força de trabalho), maior taxa de subalternização, pior distribuição de renda e condição de moradia, maior taxa de violência (homicídios), maior taxa de analfabetismo e menor índice de representação política (BRASIL, 2019).

Como resposta à esse cenário, o Movimento Negro Brasileiro, junto as suas inúmeras frentes, insistentemente manteve-se forçando barreiras sócio-históricas, reivindicando a implementação de leis que permitissem a criação e a adoção de estratégias voltadas à sua população como forma de combate a tais dados alarmantes. Como resultado, medidas e políticas públicas de cunho legislativo foram criadas visando combater tais disparidades agenciadas pelo racismo, sendo estas, em ordem cronológica, a criação da Lei 2.848/1940 - Lei da Injúria Racial, Lei 7716/1989 - Lei do Racismo, Lei 10.639/2003 - Lei de Ensino da História e Cultura Afro Brasileira, Lei 12.288/2010 - Lei do Estatuto da Igualdade Racial, Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2010) e a Lei 12.711/2012 - Lei de Cotas para o Ensino Superior.

Se faz relevante para o desenvolver do trabalho destacar a elaboração da Lei 12.711. A Lei de Cotas para o Ensino Superior (Lei 12.711/2012) implementada no ano de 2012 prevê que 50% das vagas em universidades e institutos federais sejam direcionadas a pessoas

que estudaram em escolas públicas. Estas mesmas vagas, por sua vez, são subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também é levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012). A implantação desta medida teve por objetivo atuar de maneira reparadora, permitindo uma redefinição do lugar do negro no sistema educacional superior. Fora a mesma que refletiu diretamente no aumento significativo no número de estudantes negros nas universidades. Segundo o IBGE (2019), na pesquisa “Desigualdades por Cor ou Raça no Brasil” constatou-se que pela primeira vez que o número de estudantes negros no país superou os 50%, já que no ano de 2018 os alunos pretos e pardos representaram 50,3% do total de matrículas em instituições de Ensino Superior públicas do país¹.

Tais políticas, no entanto, não foram o bastante no tocante à eliminação das desigualdades raciais e sociais, uma vez que ainda nos deparamos com limitações e obstáculos frente à efetivação destas. Dificuldades estas que muitos autores acreditam que possam ser reflexo de uma estratégia de manutenção da dinâmica de poder.

Bertulio (2007) é uma das intelectuais que expõe o emaranhado por trás do sistema jurídico - político brasileiro, fazendo um sensível delineamento acerca do que a instituição propõe e em contrapartida o que ela produz. Em seu escrito, voltado a atribuição de responsabilidade que o Estado Brasileiro tem na promoção de acesso de negros à Universidade, a autora destaca o papel estruturador que o referido sistema teve na definição do lugar que o negro deveria ocupar em nossa sociedade em meados da faísca do abolicionista. Segundo ela, vários teriam sido os textos legislativos que demonstravam que o Estado brasileiro, ao estruturar as relações jurídicas referentes a “sujeito de direito” e “direitos e garantias fundamentais”, caracterizaram o indivíduo negro por meio da inferioridade e desumanidade em comparação ao branco. Este modelo teria levado, por fim, à autorização de toda a sociedade a ver e sentir de igual forma os negros e os escravizados como representantes de uma só imagem, o que faria com que o sujeito liberto não necessariamente gozasse de cidadania. (BERTULIO, 2007).

¹ - ainda que seja necessário atenção a tal afirmação pois esta pode estar pautada em dados sensíveis, uma vez que a declaração racial vem sendo realizada por meio da autodeclaração. Ainda que haja a heteroclassificação, esta não tem sido o bastante e uma das consequências disto tem sido que em inúmeras universidades vêm constatando um aumento no número de denúncias relativas a fraudadores de cotas.

Uma das formas atuais de evidenciar que o sujeito negro, em especial o universitário, segue desprovido do direito de usufruir de cidadania são os episódios de racismo cometidos dentro do ambiente universitário enquanto manifestações da permanência do racismo institucional. Na qualidade de pessoas que adentraram em uma instituição que historicamente sempre fora quase exclusivamente branca, compreendida por muito tempo enquanto formadora da elite de um país e por esta razão sendo um reduto de branquidade e um lugar de cultura superior no mundo ocidental onde todo o “outro” deveria ser tratado como inferior (Carone; Bento, 2009; Dávila, 2003; Frankenberg, 2004; Schucman, 2014 apud Bello e Oliven, 2017), é de se entender que o ingresso de negros na instituição acabe resultando em um embate sócio-cultural, uma vez que estaríamos lidando com sujeitos que ocupam e disputam um antagonismo no imaginário social. Logo, apesar das conquistas obtidas e as mudanças conjunturais atuais na realidade brasileira apontarem para uma nova tendência na atribuição de representações acerca dos estudantes negros e do papel da universidade, a permanência do racismo no ambiente acadêmico denuncia a continuidade de uma dinâmica separatista e de subalternização amparada em um viés racial, resultando em uma implicação direta na mobilidade dos estudantes negros dentro do contexto universitário. Tudo nos permite especular acerca da existência de discriminações com base em ideologias raciais mascaradas.

Ilustrarei aqui dois casos ocorridos no meio universitário que acabaram tendo grande visibilidade. O primeiro ocorreu em Petrópolis, região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, durante uma edição de jogos jurídicos no ano de 2018.² A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - Rio) foi punida após seus alunos cometerem atos racistas contra universitários que eram atletas negros oriundos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Católica de Petrópolis (UCP). A delegação da PUC - Rio havia imitado macacos para ofender estudantes da UERJ. Diante disto, um universitário ainda contou nas redes sociais que uma estudante da PUC se direcionou para ele com a seguinte frase: “olha o meu rosto, você acha mesmo que vou ser presa?”. A violência racial fez com que os coletivos de estudantes negros das instituições em questão se posicionassem. Eles cobraram uma série de medidas atendidas pela organização, como a suspensão da PUC - Rio das competições no ano seguinte, a perda do título de

² O respectivo caso pode ser encontrado no seguinte link: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2018/06/05/puc-rio-e-punida-apos-casos-de-racismo-nos-jogos-juridicos.htm>

campeã-geral e exigiram ainda que, durante o afastamento, a universidade católica fizesse um “intenso trabalho de didática antirracista”.

O segundo caso, por sua vez, aconteceu no ano de 2021.³ Onde um estudante da Universidade de São Paulo (USP) que residia no conjunto residencial da universidade (CRUSP) acabou se suicidando dentro da própria instituição. O estudante já havia procurado por ajuda e acolhimento universitário algumas vezes e por fim, diante de nenhuma ação adotada pela USP, acabou anunciando sua ideia suicida, e tal ato seguiu não tendo resposta da universidade até que ele acabou consumando a ameaça.

O racismo dentro da instituição de ensino superior brasileira não é um fenômeno restrito e manifesto em um único lugar. E por vezes não assume uma forma tão manifesta e palpável como ilustrado nos casos acima. Ele se manifesta nas mais distintas instituições e das mais variadas formas, desde as mais aparentes até as mais veladas. Compreender tal complexidade é o que me direciona a escolha pelo tema do racismo institucional na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). À vista disso, a pesquisa objetiva realizar uma análise acerca do racismo institucional na UFRRJ a partir da perspectiva das representações sociais.

A UFRRJ foi originada da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), criada em 1910 (UFRRJ, 2019). O primeiro e maior campus a ser construído pertence à Seropédica. Posteriormente a instituição passou a ser composta por 4 (quatro) câmpus, sendo estes Seropédica, Nova Iguaçu (Instituto Multidisciplinar/IM), Campos dos Goytacazes (CCG) e Três Rios (Instituto Três Rios/ITR), e assim se mantém até os tempos atuais. No Catálogo Institucional da universidade há um vasto levantamento acerca do corpo universitário da instituição. Os dados apontam de maneira geral que a universidade é composta por 1.159 docentes, 1.154 técnicos administrativos, 7.300 estudantes de graduação e 2.037 estudantes de pós-graduação. Ainda neste documento consta um estudo de grande valia realizado pela Pró-reitoria de assuntos estudantis (Proaes) voltado à análise comparativa do perfil de estudantes ingressantes na instituição. Tal estudo acabou resultando no Relatório sobre o Perfil Discente Ingressante na UFRRJ. O estudo abarcou três campus: Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios. Os dados revelaram o seguinte: 63% do corpo discente seria composto por pessoas que se auto identificam enquanto mulheres e 36,4% por um público auto identificado enquanto masculino. No que refere ao perfil etário 63,9% seria

³ A notícia está disponível na página a seguir:

<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2021-06-03/estudante-negro-vitima-de-racismo-se-suicida-dentro-da-usp.html>

composto por estudantes com menos de 20 anos. Quanto aos dados étnicos, 38,9% dos estudantes se autodeclararam brancos, 37,3% seriam pertencentes a categoria pardo, 19,3% pretos, 1,1% amarelo e 0,6% indígena. O último dado que trago se refere ao número de estudantes que tenham ingressado por meio das cotas, onde 29,4% dos cotistas (maior porcentagem) seriam estudantes de escola pública, estudantes de baixa renda, ações afirmativas (étnico racial e/ou pessoas com deficiência) (UFRRJ, 2021). Logo, entende-se que o corpo universitário seria majoritariamente composto por estudantes negros (categoria composta por pretos e pardos) uma vez que estes contabilizam 56,6% da instituição. No entanto, apesar da presença significativa de pessoas negras dentro da instituição, são recorrentes as informações acerca de acontecimentos e até mesmo de processos abertos dentro da universidade que alegam a existência de ações ou comportamentos racistas como um problema existente dentro da instituição. Proponho aqui uma reflexão acerca desses fatos voltando meu olhar para o campus de Seropédica.

O campus ao qual me refiro se localiza na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente no município de Seropédica, instituição na qual realizei minha formação e onde sigo com minha pós graduação. Durante minha passagem pela instituição tive ciência e em outras situações até mesmo pude acompanhar de maneira mais proximal a denúncia de alguns casos de racismo. Porém, alguns foram os casos que ganharam maior visibilidade e propagação. Uma matéria feita pelo jornal *Extra* no ano de 2013 expôs que alunos adentraram na abertura da I Semana Acadêmica de Filosofia da instituição protestando contra a conduta de um professor Paulo Ghiraldelli, apontando que ele propagava discursos de ódio contra mulheres, negros e gays.⁴ Com isso, a UFRRJ informou ter aberto uma sindicância envolvendo o professor e que a mesma era uma investigação interna do Instituto de Educação (IE) com o objetivo de averiguar as queixas dos alunos em relação ao comportamento do docente. O segundo caso ainda pode ser encontrado na rede social *Facebook*. Uma nota de posicionamento emitida pelo *Centro Acadêmico de Psicologia* no ano de 2015.⁵ A nota não expunha quem cometeu a violência racial nem mesmo a vítima em questão, mas se posiciona categoricamente de maneira contrária a atos de discriminação

⁴ A reportagem pode ser acessada na seguinte página: <https://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/alunos-da-rural-invadem-sala-acusam-professor-de-machismo-racismo-homofobia-10822275.html>

⁵ A nota de repúdio referente ao Capsi se encontra no link a seguir: <https://m.facebook.com/photo.php?fbid=643668722401646&id=100002755735982&set=a.262244177210771&mibextid=Nif5oz>

racista e injúria racial ocorridos na instituição. Posterior a isso, ainda no *Facebook*, no ano de 2019, uma publicação realizada pelo advogado Bruno Sankofa, profissional carioca conhecido pelo seu engajamento diante de casos de racismo e injúria racial, expunha o caso de racismo cometido contra a estudante Dandara, onde um outro discente, na área externa na universidade, se dirigiu a ela dizendo a seguinte frase “escolhe uma árvore aí pra eu te amarrar”. A estudante seria negra de pele retinta. Foi gerada uma sindicância para apurar os fatos, que a princípio foi considerado um caso de racismo e por fim foi constatada insuficiência de provas.⁶ O último episódio por sua vez também pode ser encontrado na mídia digital. Se referia ao caso de racismo acrescido de xenofobia contra o professor da instituição Alain Pascal Kaly, ato este cometido por discentes brancos. Instâncias universitárias se colocaram à disposição do docente, processo disciplinar foi aberto, no entanto houve vazamento de decisões e interferências significativas no andamento e desfecho do processo.⁷ Uma nota de solidariedade emitida pela Diretoria Nacional do ANDES-SN direcionada ao professor também pode ser encontrada nas plataformas digitais.⁸

Os casos ilustrados nos levam a perceber que manifestações relativas ao racismo institucional necessitam ser consideradas enquanto objeto de discussões, reflexões, pesquisas, debates e intervenções dentro da UFRRJ e também merecem ser tidas enquanto uma questão relevante para a própria manutenção da instituição, uma vez que, o racismo institucional fora definido enquanto “o fracasso coletivo de uma organização para prover um serviço apropriado e profissional para as pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que totalizam em discriminação por preconceito involuntário, ignorância, negligência e estereotipação racista, que causa desvantagens a pessoas de minoria étnica” (Documento da Comissão for Racial Equality, 1999 apud Sampaio, 2003, p. 82). Coube no presente trabalho aprofundar as raízes por trás do fracasso universitário no asseguramento dos direitos dos estudantes negros, compreendendo e mapeando a real percepção do racismo que tem permeado a instituição uma vez que o racismo institucional se apresenta como uma barreira pra ascensão e para a plena integração do negro na sociedade brasileira.

⁶ Caso de denúncia de racismo da estudante Dandara disponível no link: <https://www.facebook.com/advbrunocandido/photos/a.305089462865652/2869895126385060/?type=3&mibextid=Nif5oz>

⁷ Caso de racismo referente ao professor Alain: <https://www.facebook.com/100041820332462/posts/pfbid02SrHx6UC3twLwNUB9ZUEYu3wLmLogdGtdoaFdXwWV26KZXNei3VY9aPXZoJVVss2Wl/?mibextid=Nif5oz>

⁸ Nota da Diretoria Nacional do ANDES-SN de solidariedade ao professor Alain Pascal Kaly, disponível aqui: <https://andes.org.br/conteudos/nota/encaminhamos-para-conhecimento-e-ampla-divulgacao-nota-da-diretoria-nacional-do-ANDES-sN-de-solidari>

Inúmeras pesquisas realizadas na área da psicologia social voltadas à análise das relações raciais no território brasileiro tiveram por objetivo suspender o véu que encobre as engrenagens das tensões raciais. E objetivando uma maior compreensão desta dinâmica essas adotaram um viés qualitativo por vezes amparado pela realização de entrevistas. Tais conduções investigativas podem ser observadas em trabalhos como os realizados por Bento (2002) nomeado *Branqueamento e Branquitude no Brasil*, na produção de Schucman (2014), designada *Sim, nós somos racistas: um estudo psicossocial da branquitude paulista* e no estudo *À flor da pele*, de Baraúna (2014) – respectivamente, todas as pesquisas adotaram o viés qualitativo como método e as duas últimas, especificamente, o fizeram por meio de entrevistas, analisando o conteúdo das mesmas. Dito isto, o presente trabalho privilegiou portanto, o viés qualitativo de pesquisa com a abordagem metodológica da análise de conteúdo. Questionários foram aplicados e a evocação livre também foi adotada. Houve a escolha pela análise de conteúdo uma vez que esta permitiu a investigação dos conteúdos manifestos nas comunicações (BARDIN, 2009) o que teve uma importante valia a partir dos questionários que foram aplicados e também pela análise oferecer uma avaliação profunda pautada na objetividade, revelando assim aspectos do material que possam ter escapado ao exame minucioso de quem a avalia (BALDWIN, 1942 apud Bardin, 2006).

Com a pretensão de dar conta das questões apresentadas anteriormente, no primeiro capítulo discutimos o racismo e a sua performance dentro da realidade brasileira, buscando dar maior enfoque a sua atuação nas trocas sociais cotidianas e o seu reflexo no processo educacional. Posteriormente a isso, é apresentada a concepção do racismo institucional e a forma de operar deste.

A teoria que atuou enquanto pilar de toda a construção de pensamento por trás da análise do trabalho é explorada no segundo capítulo, inclinado à descrição da Teoria das Representações Sociais, teoria oriunda da Psicologia Social, desenvolvida por Serge Moscovici. Compreendendo que o racismo ocasionalmente se apresenta enquanto um fenômeno difícil de ser captado, observado e mensurado devido ao fato de assumir por vezes um caráter tácito ou até mesmo dissimulado, foi importante também para maior rigor da pesquisa que seguidamente a Teoria das Representações Sociais fosse traçado um diálogo com uma teoria complementar a esta, a Teoria da Zona Muda das Representações Sociais.

Prontamente a compor a complexa discussão no tocante as tensões raciais, o capítulo seguinte se pauta nas duas identidades raciais as quais interessam majoritariamente neste trabalho, a branquitude e a negritude, expondo suas características, seus costumes e atitudes,

e a partir disso buscando compreender como se dá a distribuição de representações e discursos acerca destas identidades.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Identificar as representações sociais sobre o racismo institucional universitário a partir da perspectiva dos discentes e servidores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Objetivos Específicos

- Compreender a percepção dos discentes e servidores (negros e não negros) acerca de casos de violência racial na instituição;
- Identificar os possíveis elementos que constituem o núcleo central e periférico das representações sociais do racismo institucional para os integrantes do corpo acadêmico;
- Identificar os possíveis elementos que também constituem o núcleo central e periféricos das representações sociais das esferas psicossociais da branquitude e da negritude para os entrevistados.

CAPÍTULO 1: Racismo Institucional

1.1 Delineando o racismo

Apesar das mudanças históricas e consideráveis avanços referentes às pautas raciais, as leituras sobre o racismo são diversas, o que faz com que sigam as produções que buscam captar as complexidades da manifestação e atuação do racismo. Esta discussão segue sendo inconclusa, uma vez que a manutenção das dinâmicas sociais pautadas em subjugação e subalternização racial não se esgotou. Várias acabam sendo as definições que tentam melhor delinear o fenômeno do racismo, e aqui o nomeio enquanto fenômeno justamente na tentativa de melhor me aproximar da maleabilidade deste frente às suas necessidades. Uma possibilidade para iniciarmos esta discussão é a explanação feita por Clóvis Moura (1994). O autor afirma o seguinte:

“Sobre o racismo, um dos temas mais polêmicos, instigantes e inesgotáveis do mundo moderno, concentram-se opiniões contraditórias, que discutem em vários níveis, as consequências de suas práticas (...) Somente admitindo o papel social, ideológico e político do racismo poderemos compreender sua força permanente e seu significado polimórfico e ambivalente.(...) ele não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar a sua permanência como tendência de pensamento. Vê-lo como uma questão científica cuja última palavra seria dada pela ciência é plena ingenuidade, pois as conclusões da ciência condenam o racismo e nem por isso ele deixa de desempenhar um papel agressivo no contexto das relações locais, nacionais e internacionais.” MOURA, 1994.

Globalmente o racismo já assumiu as mais distintas configurações e elaborou as mais diversas razões que embasaram o seu objetivo máximo - a dominação. Pensando no contexto brasileiro, no início do processo de formação da nação, o Brasil passou por três momentos históricos: o colonialismo, o império e a república. Ignacio (et al 2017) afirmará que o colonialismo (1530 a 1822) se pautou no sequestro dos corpos negros; o período do Império na administração dos corpos; e a República Velha no período de efetivação do processo de industrialização, administração e na exploração dos corpos negros.

O colonialismo foi um período no qual configuração e o exercício do racismo baseavam-se na crença de uma suposta inferiorização moral, cultural, estética e histórica do negro que buscava legitimar as explorações, desumanizações e tratamentos despendidos a estes. Silva (1995) aponta o quanto o apoio da igreja católica fora fundamental neste período para auxiliar na concretização da ideia acerca da condição de inferioridade dos negros. O período seguinte, referente ao Brasil Império (1822 a 1889), foi marcado pela transição das

peessoas negras da condição de escravo à sujeito alforriado, fora que este período contou com o fim do tráfico negreiro devido às mudanças geoeconômicas e geopolíticas. Como resposta ao grande contingente de pessoas negras libertas, começa a haver a intensificação das políticas de controle voltada à população negra por meio da institucionalização (fosse policial ou hospitalar, por exemplo) e o investimento na política de imigração, interessada no embranquecimento da população brasileira. O racismo deste período fora respaldado em uma crença que atribuía significativo grau de periculosidade às pessoas negras. Para além da existência da crença de inferioridades nos mais distintos aspectos já referenciados anteriormente, começa a ganhar espaço critérios como intelectualidade e caráter biológico, atribuindo aos negros um “caráter” degenerativo a sua genética.

Esta ideia ganhou mais espaço no período do Brasil República (ou melhor, no período da República Velha ou Primeira República, datado de 1889-1930), onde começaremos a ver no território nacional a ampliação das políticas de eugenia, baseadas no que viria a ser considerada ciência na época pela elite nacional. Vários foram os personagens que contribuíram para a construção deste pensamento cientificamente e socialmente compartilhado, tais como: Raimundo Nina Rodrigues, José Rodrigues da Costa Dória e João Batista de Lacerda, por exemplo.

Em uma breve apresentação dos autores citados acima: Nina Rodrigues era maranhense, médico, legista, psiquiatra, professor e antropólogo eugenista. Era conhecido por seus “estudos científicos” sobre o africano brasileiro. Em seu escrito *Genocídio do Negro Brasileiro*, Abdias do Nascimento (2016) expõe a maneira com a qual Nina Rodrigues se referia à população negra na época, com afirmações que consideravam, por exemplo, que “para a ciência, não é esta inferioridade (do sujeito negro) mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural” ou até mesmo que “a raça negra no Brasil há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo” (NASCIMENTO, 2016). Por sua vez, José Rodrigues da Costa Dória, também baiano, médico e político que trabalhava com medicina legal, nos é apresentado por Saad (2018) enquanto um “racialista, um homem da ciência perfeitamente integrado às ideias de seu tempo”. Para ele, a medicina legal era uma ciência que “aplica os conhecimentos médicos aos intuitos da justiça e à confecção de suas leis” (DÓRIA, 1934 apud SAAD, 2018). A autora segue expondo, portanto, que os estudos de Dória se voltavam a concentração entre criminosos “de cor”, fazendo uma correlação da pertença racial ao estado mental dos sujeitos, onde o estado mental do negro apontaria para uma degeneração, transformando o crime em expressão patológica desta população. Alinhando seu pensamento ao modelo de Cesare Lombroso - italiano psiquiatra e higienista -

e da Antropologia Criminal da época, Dória passou a dedicar seus estudos a relacionar aspectos físicos fundamentais de observação no caso de identificação, analisando traços expressos no formato da cabeça, cor dos olhos, formato do cabelo, projeção maxilar, tamanho da orelha e demais membros do corpo. Segundo ele, tais sinais poderiam ser decisivos na diferenciação das raças e na identificação de possíveis criminosos (SAAD, 2018). Já João Batista de Lacerda, médico e cientista a favor da eugenia, não camuflou sua ojeriza aos povos de origem africana ao estar presente no primeiro Congresso Universal de Raças, em Londres no ano de 1911, enquanto delegado brasileiro. Em tal encontro ele apresentou sua tese com a afirmação que no ano de 2012, com todo investimento no embranquecimento da população brasileira, a raça negra haveria desaparecido do Brasil (NASCIMENTO, 2016). Não nos espanta que tais estudos tenham refletido em uma perseguição desenfreada aos cidadãos africanos da época.

Entendido que o racismo assume diferentes roupagens ao longo das décadas, hoje compreende-se que não há mais o sequestro de corpos negros e que a defesa de uma pretensa superioridade racial pautada em crenças biologizantes não se extinguiu, mas se dissipou. No entanto o racismo, devido a seu caráter dinâmico, como exposto por Moura (1994), segue voltado aos corpos negros em forma de controle, perseguição e extermínio uma vez que tais meios garantem a defesa do interesse das classes ou identidades raciais dominantes. Como consequência disto, Maio e Monteiro (2008) nos atentam para a necessidade de desnaturalizarmos a atuação da raça hoje enquanto um conceito biológico, mas que possamos entender esta como um fenômeno de caráter sociológico uma vez que raça segue diluída em nosso tecido social. Finalizo com Guimarães (1999) que preconiza que estamos diante da “necessidade de teorizar as ‘raças’ como elas são, ou seja, construtos sociais, formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios.”

Objetivando traçar uma exposição mais clara acerca da atuação do racismo enquanto fenômeno agora trajado de um caráter de ordem social e não mais biológica, avançamos para as expressões do racismo na atualidade entendendo como este segue em curso por meio do subcapítulo a seguir.

1.2. O racismo à brasileira - reflexo do racismo no nosso cotidiano

O Brasil despertou o olhar de inúmeros estudiosos inclinados a compreender a dialética das relações raciais mantidas aqui. Fomos o país que internacionalmente conseguiu construir a imagem de paraíso racial, seguido pelo princípio da existência de uma democracia racial. Uma das figuras de grande relevância na construção deste imaginário foi Gilberto Freyre, que elaborou a conhecida obra *Casa Grande e Senzala* (1933). Defensor da ideologia da miscigenação, Freyre soava e ainda soa até hoje, aos olhares ingênuos e desavisados de quem se debruça sobre sua obra, como apoiador de um país multirracial, como um autor que promovia que a mistura racial era um ganho para a construção do país enquanto nação. O escritor acreditava que o “mundo criado” pelos portugueses em solo brasileiro teria desenvolvido uma igualdade social e racial. Tal constatação pode ser observada na seguinte passagem da obra citada anteriormente:

“Talvez em parte alguma se esteja verificando com igual liberalidade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, como no Brasil. É verdade que o vácuo entre os dois extremos ainda é enorme; e deficiente a muitos respeito a intercomunicação entre duas tradições de cultura. Mas não se pode acusar de rígido, nem de falta de mobilidade vertical - como diria Sorokin - o regime brasileiro, em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos.”(FREYRE, 1933, pág 57).

No entanto, Freyre logo irá expor mais adiante em seus escritos que esta democracia social, como compreendido por Guimarães (2008), não passaria senão de *“um modo diferente de colonizar que significou miscigenar-se, igualar-se, integrar os culturalmente inferiores, absorver sua cultura, dar-lhes chances reais de mobilidade social no mundo branco.”* (GUIMARÃES, 2008). Modo diferente de colonizar uma vez que Freyre ainda compreendia os portugueses como:

“Vencedores no sentido militar e técnico sobre as populações indígenas; dominadores absolutos dos negros importados da África para o duro trabalho da bagaceira, os europeus e seus descendentes tiveram, entretanto, de transigir com índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações - as dos brancos com as mulheres de cor - de "superiores" com "inferiores" e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala”. (FREYRE, 1933, pág 16).

Apesar da amenização e romantização na escrita de Freyre ao tentar nos apresentar que os colonos transitaram da postura de sujeitos sádicos à sujeitos doces, orientados pelo

desejo por constituir família com as mulheres de cor, o escritor deixa escapar que a mistura racial não anulou a existência da discriminação entre os povos, onde os brancos seguiam pertencendo a camada popular considerada superior e os demais não brancos pertencentes a camada inferior. Não apenas, o mesmo seguia reafirmando a inferioridade, ou como o próprio traz, o papel patogênico do povo negro, na sociedade brasileira. A diferença em questão é que Freyre não a atribuía a fatores biológicos ou culturais, mas à sua condição de sujeito escravizado, como segue no seguinte trecho:

O negro no Brasil, nas suas relações com a cultura e com o tipo de sociedade que aqui se vem desenvolvendo, deve ser considerado principalmente sob o critério da história social e econômica. Da antropologia cultural. Daí ser impossível - insistamos neste ponto - separá-lo da condição degradante de escravos, dentro da qual abafaram-se nele muitas das suas melhores tendências criadoras e normais para acentuarem-se outras, artificiais e até mórbidas. Tornou-se, assim, o africano um decidido agente patogênico no seio da sociedade brasileira. Por "inferioridade de raça", gritam então os sociólogos arianistas. Mas contra seus gritos se levantam as evidências históricas - as circunstâncias de cultura e principalmente econômicas - dentro das quais se deu o contato do negro com o branco no Brasil. O negro foi patogênico, mas a serviço do branco; como parte irresponsável de um sistema articulado por outros. (FREYRE, 1933, pág 210).

Freyre menciona que a condição ocupada pelo povo negro no imaginário brasileiro e que as ações e práticas direcionadas a este fora consequência das investidas da classe dominante vigente, no entanto estaciona nesta constatação, sem atribuir aos reais responsáveis pelo “*abafar das tendências criadoras e normais*” do negro a responsabilidade pela reparação de seus atos e segue defendendo a miscigenação enquanto estratégia de unificação nacional uma vez que esta vinha proporcionando, segundo ele, relações raciais democráticas - o que mais tarde viria a ser reconhecida enquanto Democracia Racial.

Apesar das investidas realizadas por Freyre e da relevância deste em sua época, as inconsistências presentes nas relações raciais brasileiras seguiram saltando aos olhos de estudiosos a partir dos meados do século XX. Florestan Fernandes foi um destes (1965) que alguns anos após os estudos de Freyre questionou esta suposta relação racial democrática e, por fim, afirmou que o mito da democracia racial (já existente em sua época) não expressava um ideal, pertencendo apenas ao campo simbólico. A democracia racial teria como propósito ser um discurso de dominação política apenas, não existindo efetivamente e sendo usado unicamente como meio de desmobilizar a comunidade negra, onde sua outra face seria a do preconceito racial e da manutenção da discriminação sistemática dos negros (FERNANDES, 1965).

Em um breve salto histórico, na década de 90 uma reportagem exploratória acerca do racismo brasileiro realizada pela *Folha de São Paulo*, autointitulada enquanto uma investigação científico jornalística sobre preconceito de cor no Brasil expôs os seguintes dados: dos mais de cinco mil entrevistados, 89% afirmaram haver a existência do preconceito de cor contra negros no Brasil, no entanto apenas 10% admitiram ter um pouco ou muito preconceito, mas, de forma indireta, 87% revelaram algum preconceito, ao pronunciar ou concordar com enunciados preconceituosos, ou ao admitir comportamentos de conteúdo racista em relação a negros (FOLHA DE SÃO PAULO/DATAFOLHA, 1995).

Revelar-se enquanto um sujeito racista ou preconceituoso ainda que de maneira velada, segundo a pesquisa, não seria bem visto socialmente, uma vez que, como Florestan Fernandes mesmo já havia afirmado “O brasileiro não evita, mas tem vergonha de ter preconceito” (FLORESTAN, 1995). A reportagem passa portanto a expressar que no país haveria a manifestação do que foi entendido enquanto um racismo que não era inteiramente intencional, podendo adquirir até mesmo uma forma subliminar, sendo compreendido enquanto Racismo Cordial já que, na época, inúmeras violências raciais não eram compreendidas enquanto racismo, infrações à lei e nem mesmo como preconceito, por vezes sendo compreendidas apenas enquanto opinião ou diferenças de gostos, e quando não, sendo consideradas no máximo injúria racial. No entanto, Sérgio Buarque de Holanda, historiador referenciado nesta mesma pesquisa, já havia alertado que "seria engano supor que essas virtudes (da cordialidade) possam significar 'boas maneiras', civilidade" (p. 107). Segundo ele, "a palavra 'cordial' há de ser tomada, neste caso, em seu sentido exato e estritamente etimológico" (p. 106) e que ainda equivaleria a “um disfarce que permitirá a cada qual preservar intactas suas sensibilidades e suas emoções”.

Seguindo a tentativa de compreender as complexidades existentes entre as relações raciais brasileiras, já nos anos 2000, Telles (2003), bem como Florestan Fernandes, também se intrigou com os discursos proferidos acerca da democracia racial e buscou entender a dinâmica das relações raciais. Para isso, reexaminou os enredos existentes sobre esta por meio de uma análise acerca da realidade brasileira e também recorreu aos próprios escritos de Gilberto Freyre e de Florestan Fernandes (conjuntamente a alguns outros autores) - entendendo estes enquanto sujeitos pertencentes a duas gerações de estudos distintas sobre as relações raciais, onde Freyre pertenceria à primeira geração e Florestan a segunda. Telles acabou concluindo que a mistura racial não anulou a exclusão dos negros da sociedade brasileira, afirmando que “o racismo e a desigualdade racial persistem na exclusão de pessoas negras e as impede de gozar as oportunidades surgidas como o desenvolvimento econômico

brasileiro e a restituição dos direitos de cidadania. Esse é o paradoxo da miscigenação brasileira” (TELLES, 2003).

Desmistificada a afirmação de Freyre acerca da existência de uma democracia social entre brancos e negros e desmascarado o mito da democracia racial recorro à Neusa Santos Sousa, psiquiatra e psicanalista negra baiana, para que possamos entender ainda mais a realidade do negro no cotidiano brasileiro, principalmente daquele em ascensão social, como podemos considerar a trajetória dos que buscam se enveredar no universo universitário. A autora expõe as consequências sofridas pelos negros que tentam driblar as barreiras impostas pela violência racial. Neusa reiterou que devido às imposições históricas a partir das quais os negros foram definidos enquanto economicamente, politicamente e socialmente inferiores, eles foram excluídos e seguem sendo excluídos, uma vez que os brancos permanecem buscando formas de legitimar a sua exclusão afirmando que falar sobre o sujeito negro brasileiro é falar sobre violência. Segundo as palavras da mesma, seria o equivalente a ser violentado de forma constante, cruel, sem pausa ou repouso (SOUSA, 1983). Continuando, Sousa, em sua obra, explana que sujeito negro no empenho pela conquista da ascensão social acabaria pagando o preço do massacre mais ou menos dramático da sua identidade (SOUSA, pág. 18, 1983).

Conseguimos constatar, portanto, que apesar de extinto o incentivo à políticas de miscigenação estimuladoras da diluição e do massacre da identidade negra no tecido social da população brasileira, fosse de maneira simbólica a maneira material, nos tempos atuais ainda contamos com engrenagens múltiplas que visam solapar desde a circulação até a existência de indivíduos negros. Dado isso a necessidade de compreendermos os mecanismos do racismo nos mais diferentes campos que este possa atuar. Dando continuidade às reflexões aqui presentes e direcionando-se a proposta apresentada pela pesquisa, faz-se imperativo refletir acerca do racismo institucional.

1.3. A dinâmica do Racismo Institucional e sua materialização na academia

O racismo é elemento basilar das nossas relações, já assumiu e segue até os dias de hoje assumindo inúmeras roupagens e permeando o tecido social da comunidade brasileira por meio das mais diferentes brechas. Dividi-lo em concepções simboliza um grande avanço não apenas teórico, mas também a nível material, uma vez que possibilita a identificação dos inúmeros tentáculos deste que atuam nas dinâmicas sociais. E ao identificar suas manifestações podemos reivindicar por reparações e conjuntamente propor ações e enfrentamentos. Isso se aplica à identificação do racismo institucional, por exemplo.

Recorro à Silvio Almeida enquanto pensador no qual irei embasar a explanação acerca do conceito de Racismo Institucional. Almeida (2019) satisfatoriamente se põe a elucidar que o racismo institucional não se resumiria a comportamentos individuais, sendo considerado portanto enquanto o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em um processo que segundo o autor irá conferir privilégios e desvantagens com base no domínio racial, ainda que de maneira indireta. Para dar continuidade ao pensamento exposto, Almeida afirma ser necessário explorar a definição de instituição. Segundo Hirsch (2007) as instituições são:

(...) modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais (HIRSCH, 2007).

A mencionada estabilidade necessária a todos os sistemas sociais, por sua vez, dependeria da capacidade das instituições em absorver os conflitos e os antagonismos que seriam intrínsecos à vida social. Tal absorção teria por objetivo final a normalização, estabelecendo normas e padrões que servirão enquanto condutores das ações dos indivíduos (MERGUTT, 2006).

Capturada a definição e função das instituições, é preciso conceber que estas se corporificam a partir de determinações formais de vida social, ou seja, a partir da forma com a qual uma determinada vida social se apresenta, de seus elementos, inclusive os históricos e representacionais. Com isso, Almeida (2019) está evidenciando que apesar de compartilharem de uma constituição econômica e política geral - o que seria o mesmo que afirmar que todas estas mantêm em seu funcionamento a lógica da mercadoria, do dinheiro, Estado e direito - cada sociedade em particular se manifesta de maneira distinta. Logo, uma vez que as formas sociais se materializam nas instituições, damos continuidade ao raciocínio de Silvio de Almeida que conclui que:

- a) instituições, enquanto o somatório de normas, padrões e técnicas de controle que condicionam o comportamento dos indivíduos, resultam dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder social;
- b) as instituições, como parte da sociedade, também carregam em si os conflitos existentes na sociedade. Em outras palavras, as instituições também são atravessadas internamente por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle da instituição (ALMEIDA, 2019).

Conclui-se que as próprias instituições não estariam isentas dos conflitos existentes nas relações mantidas socialmente por determinados grupos, o que levaria a defesa da tese por parte daqueles que afirmam a existência do racismo institucional, de que

consequentemente os conflitos raciais também fariam parte das instituições (ALMEIDA, 2019). Para além disso, um outro reflexo das formas sociais seria que as instituições também contariam com a predominância de determinados grupos raciais e estes acabariam se utilizando de mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. Logo, ao falarmos sobre racismo na esfera institucional devemos compreender que o poder é um elemento central da relação racial e o racismo seria a dominação. Desta forma irá deter o poder o grupo que exercer o domínio sobre a organização política e econômica daquela instituição. No entanto não bastaria deter o poder, para tal é preciso que o grupo dominante consiga institucionalizar seus interesses, impondo a toda àquela organização suas “regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem "normal" e "natural" o seu domínio”. (ALMEIDA, 2019).

Almeida (2019) ilustra que a forma de dominação manifesta no racismo institucional se dá por meio do estabelecimento de critérios discriminatórios baseados em raça. Técnica esta que assegura a hegemonia do grupo racial no poder e coincidiria na elevação dos padrões e princípios daquele grupo, à posição de horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Estes critérios tomariam formas por meio de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultasse a ascensão de negros e promoveria a inexistência de espaços em que fosse possível discutir a desigualdade racial e de gênero, resultando por fim na naturalização do domínio do grupo branco.

A desvantagem conferida pelo racismo institucional às pessoas negras é reiterada por Moreira (2019) quando o autor apresenta as quatro formas de privação e alienação pelas quais ele pode atuar, sendo estas quando pessoas não têm acesso aos serviços de uma instituição; quando os serviços são oferecidos de forma discriminatória; quando as pessoas não conseguem ter acesso a postos de trabalho na instituição ou quando as chances de ascensão profissional dentro dela são diminuídas por causa da raça. Para ele seriam estas as expressões do racismo institucional e ainda demais atos praticados por representantes de instituições públicas e privadas contra minorias raciais que possam prejudicar o status social de seus membros.

Um outro ponto importante e que merece destaque é exposto por Almeida (2019) quando ele expressa que para assegurar a manutenção dos privilégios concedidos ao grupo dominante por meio do racismo institucional, dois são os processos utilizados pela categoria dominadora: o controle e a concessão. Nenhum interesse é institucionalizado e tornado regra sem que antes aqueles os quais serão subjugados à este se manifestem, então o manejo dos conflitos será assegurado por meio do controle, que não se dá apenas por meio da violência,

mas também a partir da produção de consensos sobre a dominação. E para que o consenso seja alcançado é que se recorre à concessão. Elas serão direcionadas aos grupos subalternizados enquanto manobras com o objetivo último de manter questões essenciais - como o controle da economia e das questões fundamentais da política - sob o domínio do grupo hegemônico (ALMEIDA, 2019).

Como resultado há a possibilidade de o racismo ter a sua forma alterada, seja pela ação ou pela omissão dos poderes institucionais - como o Estado, a escola, e como buscar discorrer o presente trabalho, nas universidades. Isto faria com que as instituições tanto viessem a alterar a atuação de seus mecanismos discriminatórios como a atribuir certas vantagens sociais a membros de grupos raciais historicamente discriminados. Assim sendo, visando a manutenção de sua estabilidade e poder de seus membros dominantes. As instituições podem inclusive alterar alguns dos seus modos de funcionamento, provocando alterações em suas regras para contemplar as demandas e interesses dos grupos sociais que não estão no controle (ALMEIDA, 2019).

Pensemos no contexto acadêmico para entendermos um pouco mais sobre estas mudanças que não necessariamente efetuam alterações nos *status quo* do grupo dominante, e tomemos como ponto de partida a dinâmica de controle e concessão. Talvez possamos supor que o primeiro ponto de concessão do grupo dominante tenham sido as ações afirmativas. Reflexo direto das pressões históricas e sociais exercidas pela população negra, as ações afirmativas acabaram fazendo com que corpo universitário mudasse gradualmente, tornando-se assim mais heterogêneo. No entanto, a instituição ainda manteve uma estrutura excludente para os acadêmicos negros e a manutenção desta estrutura é reflexo direto das formas a partir das quais a estratégia de controle se dá, como listado por Almeida (2019), sendo por meio da imposição de condutas e modos de racionalidades que seguem sendo preservados, por meio de privações e alienações e por fim também alimentado pelos conflitos ali estabelecidos, que escancaram os interesses do grupo dominante em questão. Para melhor desenharmos esta linha de pensamento, cabe aqui definirmos algumas das violências do racismo institucional universitário (ou comumente conhecido enquanto racismo acadêmico) sendo estas o epistemicídio, a exclusão social, a ausência de políticas de permanência e as violências raciais diretas.

O epistemicídio, termo cunhado por Boaventura de Sousa Santos (1995), é definido enquanto uma estratégia de dominação do conhecimento que destitui de civilidade, racionalidade e cultura tudo o que pertença ao Outro, no caso dos sujeitos conflitantes da pesquisa em questão, tudo que seja referente ao negro. Logo, a prática do epistemicídio

dialoga diretamente com a noção de condutas e modos de racionalidades a serem preservados uma vez que, apesar do aumento no número de estudantes negros, a reformulação do currículo acadêmico foi basicamente nula, não houve uma reformulação do mesmo que buscasse abranger um maior número de epistemologias para além das ocidentais devido a descrença na relevância e valor social, científico e histórico dos demais conhecimentos. Sueli Carneiro amparada pelo conceito de epistemicídio de Boaventura (1997) ainda afirmou que o epistemicídio se constitui enquanto uma das ferramentas mais duradouras e eficazes de dominação étnica-racial uma vez que negar o conhecimento do outro é negar que este seja um sujeito de conhecimento também (CARNEIRO, 2017).

No tocante às privações e alienações alimentadas podemos associa-las à exclusão social que recai sobre estes alunos já que Carvalho (2004) constatou que os estudantes negros recebiam um tratamento diferenciado dos demais, experienciando um estresse comumente vivenciado por estudantes brancos de baixa renda e por moradores de periferias, no entanto com o somatório do estresse racial. Ainda segundo ele, estes estudantes ao adentrarem na estrutura universitária sofrem de:

“(...) uma crescente sensação de carência de capital simbólico específico que às vezes serve de etiqueta e de senha de entrada e que, mesmo não contando diretamente como critério de desempenho curricular, abre portas de acesso a espaços setorializados de privilégio e poder (CARVALHO, 2004).

Passos (2015) acredita que como resultado disto acabariam surgindo inseguranças que atingem diretamente à construção identitária da pessoa negra, lhe gerando dúvidas acerca da legitimidade de seu pertencimento ao espaço universitário e estas sensações acabariam por acompanhar os estudantes negros ao longo de toda a sua trajetória acadêmica.

Ainda no tocante às privações e alienações, Passos (2015) também aponta o racismo institucional presente nas universidades quando as mesmas não se responsabilizam pelo asseguramento de políticas de auxílio econômico direcionado aos estudantes negros ao longo de sua formação.

As violências raciais diretas, por sua vez, escancaram a existência do conflito racial dentro das instituições universitárias. Em minha pesquisa de graduação, intitulada “*Racismo Institucional: o ingresso de negros e negras no universo acadêmico e o impacto em sua saúde mental*”, que contou com a aplicação de um questionário online aos universitários negros do estado do Rio de Janeiro, e que por fim contou com o total de 195 respondentes, pude constatar em determinadas falas algumas das violências expostas anteriormente.

Algumas das respostas que melhor podem ilustrar as violências do epistemicídio, da exclusão social e da ausência de políticas de permanência foram as seguintes:

“É eurocêntrica e elitista”

“Não há estudos sobre os negros além do seu período de escravidão”

“(...) Apesar do discurso altamente politizado, nos deparamos com práticas que não condizem com a teoria. Não estudamos autores negros, não falamos sobre o assunto, não temos representatividade no meio acadêmico”

“Porque existem professores racistas, porque só estudamos conteúdos referente a cultura branca e se a maioria de nós está na classe mais pobre, as nossas dificuldades financeiras são maiores e nem todos tem bolsa”

“Justamente porque as políticas de permanência são precárias. A gente pode olhar as estatísticas, onde pessoas negras são as mais pobres, e sofrem mais com o desemprego. E a partir do momento em que alojamentos não fornecem água regularmente, a comida do restaurante universitário disponibilizada por um preço acessível não é de boa qualidade e as bolsas de auxílio não são depositadas de forma regular, os alunos negros enfrentam maiores dificuldades” (extratos de fala retirados do TCC de VICTORINO, 2018).

Por sua vez, em relação aos conflitos que escancaram os interesses do grupo dominante, as respostas que melhor expõem os atritos raciais presentes no ambiente universitário foram:

“Não somos estudantes, somos negros estudantes. Tampouco inteligentes, como negros inteligentes. Sempre nos lembram que somos negros, antes de sermos humanos”

“Porque é nítido o espaço que querem dar aos negros, de subalternidade”

“Todo tratamento dentro desses espaços que deveria ser um espaço decolonial é baseado na sua cor. No lugar de onde você é. Bairro, cidade. Piadas de mau gosto partem mesmo de professores e colegas que estão fazendo pós graduação com aquele “desculpe, era brincadeira”

“Pois tende a reafirmar, todos os dias, que ali não é o meu lugar. Faz com que meu coração aperte todas as vezes que vejo a maioria dos meus trabalhando pra ela, mas sem nunca usar o conhecimento dali”

“Estar ali é incômodo para os dois lados. Pois lida com um espaço que não foi programado para negros e ter de mudar isso é intolerável para elite e depressivo para o preto”

“Porque eu movo um processo institucional dentro da (Instituição em questão) sobre um caso de racismo que sofri dentro do espaço universitário (um aluno do mesmo curso que - descrição da violência em questão - pelo simples fato dele ser branco e eu negra), o processo foi aberto há mais de um ano e até hoje nenhuma medida foi tomada e ambas as partes nunca foram comunicadas sobre os trâmites do processo” (VICTORINO, 2018).

Ilustrada a forma como se dá o fenômeno do racismo institucional e exposto alguns dos artifícios do racismo institucional acadêmico, cabe aqui nos dirigimos ao aprofundamento daquilo o que será compreendido enquanto um dos dispositivos que organiza e inflama os conflitos existentes entre grupos raciais distintos, o que leva à perpetuação da dinâmica racista dentro da instituição universitária, sendo estas as representações sociais existentes no

contexto universitário diante da dinâmica do racismo acadêmico. Para tal, discorreremos acerca da Teoria das Representações Sociais no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2: Representações sociais

“As representações sociais são entidades quase tangíveis; circulam, se cruzam e se cristalizam continuamente através da fala, do gesto, do encontro no universo cotidiano. A maioria das relações sociais efetuadas, objetos produzidos e consumidos, comunicações trocadas estão impregnadas delas. Como sabemos, correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração, e, por outro lado, à prática que produz tal substância, como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica ou mítica (MOSCOVICI, 2012, p. 39).”

A teoria das Representações Sociais, de autoria de Serge Moscovici foi a escolhida enquanto princípio condutor para compreender a percepção do racismo institucional acadêmico na UFRRJ a partir da visão de seu corpo universitário. A teoria se propõe, segundo Cavaleiro (et al 2018) tanto a oferecer condições que permitam analisar e interpretar as relações existentes entre o universo individual dos sujeitos e os contextos sociais nos quais estes interagem quanto a compreender, segundo Abric (2001), os fenômenos coletivos, fenômenos estes que seriam resultado das regras que orientam um pensamento social compartilhado e que por fim refletiria em ações e na tomada de decisões a nível individual e coletivo.

Exposto isso, façamos um breve desenho para evidenciar no que nos debruçaremos: a partir das condições de análise propostas pela teoria, consideramos os membros do corpo universitário enquanto os sujeitos que estariam em interação em um determinado contexto social, a UFRRJ. E este contexto, por sua vez, seria permeado por regras que norteiam um pensamento social compartilhado que acabaria regendo as tomadas de decisões destes membros, resultando na manifestação de alguns fenômenos, tal como o racismo institucional. O presente trabalho, portanto, buscará identificar as representações sociais sobre o racismo institucional a partir da visão dos membros da universidade, intencionando conjuntamente a isso alcançar alguns dos elementos representacionais deste fenômeno, objetivando entender se esses componentes interferem nas regras norteadoras do pensamento social presente nas relações mantidas na instituição universitária. Mas para prosseguirmos com esta reflexão, buscando a identificação de tais regras e corporificação de pensamento social, alguns pontos precisam ser melhor explorados.

Passemos a discorrer sobre o que seriam, portanto, as representações sociais, as condições a partir das quais elas surgem, a sua função, seu funcionamento e estrutura. Para além disso, como podemos reconhecer uma representação social, o reflexo destas nas dinâmicas sociais mantidas para que enfim possamos aplicá-la ao pensamento social

compartilhado que aqui nos interessa, o racismo, mais especificamente o racismo institucional acadêmico.

Há uma variedade de definições que buscam determinar as representações sociais. Moscovici já afirmava que “a realidade das representações sociais é fácil de captar, o conceito não o é” (p. 39 apud SÁ, 1996). Moscovici declara que melhor seria reconhecer as representações enquanto um fenômeno e não um conceito (MOSCOVICI, 2015). Podemos nos debruçar portanto na concepção de quatro outros autores que, conjuntamente, são capazes de nos oferecer uma concepção robusta sobre o que viriam a ser as representações sociais. São eles: Valsiner (2003), Jodelet (2001), Wagner (1998) e Doise (1985). O primeiro irá reiterar a afirmação de Moscovici acerca da complexidade das representações designando que estas são um produto ao mesmo tempo em que também são um processo (VALSINER, 2003). Jodelet (2001) por sua vez expõe que as representações são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Já para Wagner (1998), a representação social seria simultaneamente um “... conteúdo mental estruturado – isto é, cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico – sobre um fenômeno social relevante, que toma a forma de imagens ou metáforas e que é conscientemente compartilhado com outros membros do grupo social”. É “um processo público de criação, elaboração, difusão e mudança do conhecimento compartilhado”. Já a perspectiva de Doise (1985), concebe as representações sociais como “princípios geradores de tomadas de posição ligadas a inserções específicas dentro de um conjunto de relações sociais, e que organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações”.

Pode-se afirmar que nenhuma destas definições se anulam. Todas são perfeitamente capazes de dialogar entre si e de se complementarem. E para melhor entender o que seriam as representações sociais não se pode deixar de citar uma de suas premissas fundamentais: esta não é uma cópia fidedigna de algum objeto existente na realidade objetiva, mas uma construção coletiva onde as estruturas do conhecimento do grupo irão recriar o objeto em questão com base em representações já existentes, substituindo-o (MOSCOVICI, 2012). Logo, nós nunca conhecemos e compreendemos integralmente um objeto, estamos sempre em uma tentativa de reconhecê-lo (MOSCOVICI, 2015).

Em um breve resumo: evidenciamos que as representações têm uma diversidade conceitual e que ao expormos que são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado na vida cotidiana queremos evidenciar que esta advém daquilo que comumente é conhecido enquanto o conhecimento de senso comum, ou formalmente

nomeado enquanto universo consensual. Isto nada mais seria do que afirmar que para Moscovici (2015) os sistemas de pensamentos se originam de dois universos distintos, sendo o “Universo Consensual” e o “Universo Reificado”. O universo consensual expressa os conhecimentos relativos ao senso comum, sendo construído nas trocas sociais mais habituais. O universo reificado por sua vez se refere àquilo que compreendemos enquanto os saberes e conhecimentos científicos, com maior objetividade e rigor tanto lógico quanto metodológico. Ainda segundo Moscovici, no universo consensual o ser humano seria a medida de todas as coisas, tendo assim uma participação vasta e igualitária no processo de construção de conhecimento, enquanto no universo reificado somente a competência ou o conhecimento adquirido determinaria o grau de participação da pessoa na construção daquilo o que seria entendido enquanto conhecimento (MOSCOVICI, 2015). Apesar de ambos os universos se relacionarem e darem sentido à nossa realidade, é no universo consensual que as representações sociais emergem. Avancemos, portanto, para a sua condição de surgimento.

Uma grande indagação feita por Sá (1998) em seus escritos se volta a questionar se todos os objetos que nos circundam poderiam ser compreendidos como detentores de alguma Representação Social. Em seguida, ele expõe que um quesito muito importante para definir um objeto enquanto Representação é que este precisa fundamentalmente ter suficiente “relevância cultural” ou “espessura social”. Aprofundando sua explanação, a espessura e relevância de um objeto poderiam ser traduzidas da seguinte forma: o objeto em questão para ser considerado enquanto uma representação social precisaria estar “implicado de forma consistente, em alguma prática do grupo, aí incluída a da conversação e a da exposição aos meios de comunicação de massa” (SÁ, 1998). Tomas Ibanez (1988) foi um dos autores que forneceu uma resposta mais esclarecedora à pergunta que buscava compreender se todos os objetos no nosso ambiente seriam objetos de representação social. Ele afirma que:

“o fato de que as representações sociais sejam estruturadas nos indica (...) que não há por que existir representação social para cada objeto em que possamos pensar. Pode ser que um determinado objeto dê lugar tão-somente a uma série de opiniões e de imagens relativamente desconexas. Isto nos indica também que nem todos os grupos ou categorias sociais tenham que participar de uma [dada] representação social (...). É possível, por exemplo, que um grupo tenha uma representação social de um certo objeto e que outro grupo se caracterize tão-somente pelo fato de dispor de um conjunto de opiniões de informações ou de imagens acerca desse mesmo objeto, sem que isso suponha a existência de uma representação social.” (IBANEZ, 1988: 34 - 35 apud SÁ, 1998).

Jodelet ainda contribui para a compreensão da condição de surgimento das representações expondo outros dois pontos. Seria necessário compreender que as representações teriam a comunicação de massa como condição de possibilidade e

determinação (JODELET, 2001) uma vez que seria por meio da comunicação em larga escala que as ideias poderiam se difundir extensivamente e chegar a membros de grupos sociais, gerando debate na esfera pública. Moscovici já afirmava que haveria uma interconexão na relação existente entre as representações e a comunicação, uma vez que as representações podem ser produto da comunicação ao mesmo tempo em que sem as representações também não haveria comunicação (MOSCOVICI, 2015). E por fim a autora também expõe que para haver uma representação se faz necessário que haja correspondência entre o pensamento social nutrido naquela realidade e as práticas sociais da população estudada para que um objeto possa vir a ser considerado um objeto de representação social (JODELET, 1986).

Outros três fatores sociais que fazem parte da condição de surgimento das representações sociais de um objeto são a dispersão da informação, a focalização e a pressão à inferência. Vala (1996) observou estes três aspectos e expôs que a dispersão da informação corresponderia ao fato da informação acerca de um determinado objeto ir se disseminando de várias formas, em concordância com as características dos grupos por onde esta informação passa. A focalização por sua vez seria um fenômeno que resulta em uma espécie de filtragem do conhecimento de um indivíduo por um conhecimento que esteja em confluência com o grupo que ele tem enquanto parâmetro, já que este processo seria marcado por fatores compartilhados, como questões morais, interesses profissionais e posicionamento ideológico. Por fim, a pressão à inferência aconteceria no momento em que um indivíduo ou grupo adota uma determinada postura frente a um objeto, tomando uma posição diante do mesmo a partir de seu posicionamento social, o que permite que ele possa produzir condutas e discursos sobre o objeto (VALA, 1996).

No tocante a função, funcionamento e a estrutura das representações Moscovici expôs que as representações assumem a função de dar sentido ao mundo que está ao nosso redor, uma vez que “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade” (MOSCOVICI, 2015, pág 54). Para ele, o surgimento de uma representação resulta da existência de um ponto ou de pontos duradouros de conflito e do ponto de clivagem, exposto por Moscovici como um ponto onde há a ausência de sentido (MOSCOVICI, 2015). Seria, portanto, ao redor desses pontos de clivagem no sistema representacional de uma cultura que novas representações e, portanto, novos sentidos, emergem. O processo de familiarização por sua vez se dá a partir de dois processos que determinam o funcionamento das representações: a objetivação e a ancoragem. A objetivação seria um modo pelo qual um conceito ou noção abstrata ganha forma e torna-se concreta por meio de imagens ou idéias (VALA, 1996) o que resultaria numa organização estrutural dos

conteúdos, de forma semelhante a um mapa conceitual (DOISE, CLEMENCE, & LORENZI-CIOLDI, 1992 apud CAMARGO e WACHELKE, 2007). A ancoragem por sua vez se refere ao processo de classificar informações sobre um objeto social em relação a estruturas de conhecimento pré-existent o que faz com que desta maneira as representações sociais venham a depender de uma memória coletiva (MOSCOVICI, 2003).

No que diz respeito à estrutura e maneira com a qual a representação social se organiza internamente recorro a Abric (1994). De antemão, para poder vir a apresentar as estruturas das representações sociais, talvez seja interessante recordar algumas de suas características mais contraditórias: as representações sociais são ao mesmo tempo estáveis e móveis, rígidas e flexíveis”; “são consensuais, mas também marcadas por fortes diferenças interindividuais” (ABRIC, 1994b apud Sá 1996). Isso se dá ao fato das representações sociais serem compostas por um sistema interno duplo, nomeado por Abric enquanto sistema central e sistema periférico. Cada sistema teria um papel específico, no entanto funcionaria de maneira complementar.

O sistema central, composto pelo núcleo central da representação, seria entendido enquanto um sistema constituído por “ (...) alguns elementos que ocupam na estrutura da representação uma posição privilegiada” (ABRIC, 1994a apud Sá, 1996). Tal posição pode ser compreendida enquanto privilegiada devido a carga que os elementos presentes neste sistema carregam consigo. De acordo com Abric, as características do núcleo central seriam:

“Ele é diretamente ligado e determinado pelas condições históricas, sociológicas e ideológicas. Ele é nesse sentido fortemente marcado pela memória coletiva do grupo e pelo sistema de normas ao qual ele se refere.
Ele constitui portanto a base comum, coletivamente partilhada das representações sociais. Sua função é consensual. É por ele que se realiza e se define a homogeneidade de um grupo social.
Ele é estável, coerente, resistente à mudança, assegurando assim uma segunda função, a da continuidade e da permanência da representação.
Enfim, ele é de uma certa maneira relativamente independente do contexto social e material imediato no qual a representação é posta em evidência” (Abric, 1994b apud Sá, 1996)

No entanto, engana se quem diante disso acredita que um sistema sobressairia ao outro, como afirmado anteriormente, ambos funcionam de maneira complementar, e Abric afirma que o sistema periférico seria o responsável por promover a “interface entre a realidade concreta e o sistema central” (p. 79), o que permitiria ainda segundo Sá (1996) a atualização e contextualização constante às determinações normativas e de outras formas consensuais deste último, o que por fim resultaria na mobilidade, na flexibilidade e na expressão individualizada que igualmente caracterizam as representações sociais. O que

ainda segundo Abric recairia em: “se o sistema central é normativo, o sistema periférico é funcional; quer dizer que é graças a ele que a representação pode se ancorar na realidade do momento” (Abric, 1994b apud Sá, 1996).

“Sua primeira função é portanto a concretização do sistema central em termos de tomadas de posições ou de condutas. Contrariamente ao sistema central ele é pois mais sensível e determinado pelas características do contexto imediato.

“Ele é (...) mais flexível que os elementos centrais, assegurando assim uma segunda função: a de regulação e de adaptação do sistema central aos constrangimentos e às características da situação concreta à qual o grupo se encontra confrontado. Ele é um elemento essencial nos mecanismos de defesa que visam proteger a significação central da representação. É o sistema periférico que vai inicialmente absorver as novas informações ou eventos suscetíveis de colocar em questão o núcleo central.

Por outro lado, e é essa sua terceira função, o sistema periférico permite uma certa modulação individual da representação. Sua flexibilidade e sua elasticidade permitem a integração na representação das variações individuais ligadas à história própria do sujeito, as suas experiências pessoais, ao seu vivido. Ele permite assim a elaboração de representações sociais individualizadas organizadas não obstativamente em torno de um núcleo comum” (Abric, 1994b)

Façamos, portanto, uma breve explanação que permita expor a aplicabilidade do conceito da teoria das representações sociais ao objeto de pesquisa aqui proposto: o racismo institucional acadêmico. Ao partirmos do princípio da existência do racismo institucional acadêmico na UFRRJ - muito a partir dos relatos expostos anteriormente na pesquisa - e ao lermos este enquanto um objeto detentor de representação social estamos propondo que o racismo institucional acadêmico apresenta relevância cultural naquele contexto, interferência direta nas tomadas de decisão dos membros universitários, que influencia as trocas estabelecidas naquele ambiente, que ele permeia afetos e condutas assumidas em determinadas situações e, talvez o ponto que aqui nos interessa majoritariamente, será composto por inúmeros elementos que irão assegurar a sua permanência, atualização e perpetuação. Daí o interesse em captar, por meio de análise, a compreensão e a posição do corpo acadêmico em relação a este fenômeno, pois apenas por meio da análise da percepção do corpo acadêmico é que alguns elementos da representação social talvez virão a ser alcançados. No entanto, conseguir se aproximar dos elementos de uma representação social é uma tarefa frágil, uma vez que, como exposto por Abric, alguns destes elementos, por terem como interesse último defender o conteúdo basilar da representação, por vezes não se fazem manifestos, muito devido à sua contranormatividade. Em determinadas situações, o elemento de uma representação não virá à luz pois a situação concreta por meio da qual ele será evocado será hostil à permanência deste. Portanto, para seguir com a intenção da pesquisa, considerando o papel que a resistência empenha na perpetuação e ocultação de alguns

elementos de uma representação social e, ainda, visando melhor explorar o conceito de contranormatividade, será preciso adotar aqui o conceito de Zona Muda das Representações Sociais.

2.1. Zona Muda das Representações Sociais

Após formular a teoria do núcleo central das representações sociais e delinear os dois sistemas responsáveis pela estrutura das representações e como resultado disto traçar alguns métodos de investigação acerca destes dois complexos, como métodos que permitam identificar tanto o núcleo central quanto o sistema periférico e seus respectivos elementos, Abric (2005) constatou a existência de uma região de difícil explicitação das representações sociais, que ele denominou enquanto “zona muda” ou “mascarada”. O reconhecimento desta região se dá a partir do reconhecimento de uma defasagem entre o que as pessoas dizem e o que elas pensam e também entre o que elas dizem (em seus discursos) e o que elas fazem (em sua prática), o que colocaria em cheque a compreensão das representações sociais (ABRIC, 2005). Seguindo, para Abric, diante de uma situação de entrevista, as pessoas não verbalizam tudo a quem as indaga, alguns componentes de seus pensamentos seriam ocultados em determinadas situações, o que refletiria na materialização de duas facetas da representação social: a faceta explícita, verbalizada e a não verbalizada. Esta, por fim, seria denominada de “Zona Muda” (ABRIC, 2005).

A Zona Muda das representações sociais trata-se, portanto, nas concepções de Guimelli e Deschamps (2000), de um subconjunto de cognições e crenças que, mesmo disponíveis, não são expressas pelos sujeitos nas condições normais de produção e se assim o fossem, poderiam pôr em questão os valores morais ou as normas valorizadas pelo grupo.

Um fator que dificulta a explicitação de algumas representações sociais ou de alguns de seus elementos é o conflito existente entre a contranormatividade daquele elemento e a gestão de impressões. Em toda situação existem normas sociais e as representações ou elementos da representação tendem a ficar escondidos ou mascarados quando eles apresentam um caráter avesso a estas normas, logo, quando apresentam o que é compreendido enquanto uma contranormatividade, ou como diria Menin (2006), se mascaram frente a sua “inadequação às normas sociais vigentes no grupo de referência dos respondentes” (MENIN, 2006). Portanto verbalizar esta contranormatividade colocaria em risco o asseguramento da gestão de impressões, compreendida enquanto uma tentativa de transmitir a terceiros uma imagem positiva acerca de si (ABRIC, 2003 apud CAMPOS e

OLIVEIRA, 2005). Sharp e Getx (1996 apud CAMPOS e OLIVEIRA, 2005) expuseram que quando um indivíduo encontra alguém pela primeira vez ele busca difundir uma impressão favorável e um dos meios de fazê-lo seria buscando expressar as atitudes que soam mais adequadas a situação, garantindo assim o que Campos e Oliveira (2005) nomeiam enquanto desiderabilidade social.

Em resumo, a Zona muda resulta de pressões normativas, que visam conformar as pessoas ao discurso político e socialmente correto, e mantê-las em adequação com seus grupos de pertença ou grupo de referência (CAMPOS e OLIVEIRA, 2005). Isto revelaria uma outra implicação da Zona muda, que seria o efeito de adaptação dos discursos às normas sociais vigentes, atuando na mudança das representações de um objeto quando um grupo fala por si e por outros (MENIN, 2006).

Requer destaque uma outra condição da zona muda, o fato desta não se tratar de uma área onde estariam presentes elementos recalcados, no sentido da abordagem psicanalítica. Ela não retrataria uma face inconsciente de uma representação. Enquanto a parte inconsciente seria determinada por processos psicológicos, cabe ressaltar que a zona muda é expressa ou não a partir da situação social na qual se dá a sua produção. Logo, refere-se face escondida, porém componente da consciência dos indivíduos. Ela é conhecida por eles, contudo não pode ser expressada, porque o indivíduo ou grupo não quer expressá-la pública ou explicitamente. Logo, para determinados objetos, em determinadas situações, existe uma zona muda das representações (ABRIC, 2005).

Um outro aspecto de relevância no tocante a zona muda de uma representação social se refere a identificação da origem dos elementos escondidos. Tratando-se de elementos periféricos da representação, não se trata de nada grave. Entretanto, caso estes elementos pertençam ao núcleo central, muito provavelmente seria todo o significado da representação que se encontraria escondido ali, sendo portanto o significado da representação em sua totalidade que é mascarado. A partir disto, o não dito se torna essencial e toda interpretação de quem se debruça a pesquisar aquela representação pode se tornar falsificada (ABRIC, 2005).

Uma forma de exemplificar a existência da zona muda são alguns trabalhos desenvolvidos sobre racismo. Abrid (2005) nos expõe o fato de que o racismo na maior parte das sociedades ocidentais é condenado, sendo assim prezada a permanência pela norma da antidiscriminação. Com isso, toda atitude racista adotada passa a ser coibida socialmente. Como resposta a isto, o racismo passa a ser negado ou escondido (ABRIC, 2005). Como consequência disto não nos deparamos com a extinção do racismo, mas com a adaptação

deste. Ele não mais é verbalizado, mas segue sendo concentrado, mascarado, nomeado enquanto o racismo velado, ou para nós, o racismo a brasileira, vindo a constituir a zona muda.

O Brasil é uma das nações a fazer parte das sociedades ocidentais que condena o racismo, compreendendo o mesmo enquanto crime e o racismo institucional como um de seus braços e fenômeno o qual deve ser combatido. Logo, ambos vão contra as normas sociais vigentes. Porém, a permanência destes aponta para a existência de elementos representacionais que seguem resistindo à reformulação, reestruturação ou até mesmo à extinção de uma representação que valide tal fenômeno. Elementos estes que não se fazem facilmente perceptíveis devido a sua contranormatividade e a seu ajustamento às normas sociais. Para além disto, alguns fatores são elementares ao pensar na continuidade da pesquisa: a pesquisadora em questão se trata de uma mestrande graduada pela instituição que será o foco da pesquisa e para mais, a mesma se trata de uma mulher negra. Schucman (2014) psicóloga e estudiosa da área de psicologia social, ao realizar a sua pesquisa acerca de como sujeitos brancos da sociedade paulistana se apropriavam da categoria raça e do racismo na constituição de suas subjetividades (o estudo Sim, nós somos racistas) levantou a hipótese do quanto a sua aparência racial pode ter influenciado nas respostas dos entrevistados, tendo influência direta nos elementos representacionais que emergiram. A seguir, o trecho de sua pesquisa onde ela elabora sobre suas expectativas com a pesquisa e acaba expondo o quanto sua imagem influenciou na resposta dos entrevistados:

“Na condução da entrevista minha primeira hipótese era que as perguntas do questionário eram muito diretas e que talvez não fizessem sentido para os entrevistados. Imaginava que perguntar a eles sobre ser branco e sobre raça não seria algo fácil. Também tinha a hipótese de que, ao perguntar se já haviam sido protagonistas de atitudes racistas, os sujeitos diriam que não. Porém, fiquei surpresa com a facilidade que tiveram para responder as perguntas, bem como para descrever momentos em que foram autores de atitudes racistas. O fato de eu me considerar, no contexto social brasileiro, branca e também de a maioria dos sujeitos me conhecer (pelo menos de vista e, em alguns casos, por pertencer ao mesmo círculo de amizade) foi a via que me conduziu a conteúdos emocionais dos sujeitos e que me possibilitou uma análise mais rica do tema. Em alguns casos, senti que os entrevistados se sentiam muito à vontade para falar sobre conteúdos racistas, ou conteúdos em que afirmavam uma superioridade racial do branco no que se refere a padrões estéticos e também morais. Minha hipótese, neste caso, é que o fato de eu ser identificada como uma pessoa branca e de me identificar como tal, uma vez que estou inserida na mesma estrutura de identificação racial que problematizo - fez com que os entrevistados não sentissem que um gesto racista fosse interpretado como ofensa pessoal a mim. Em outros momentos cheguei até a pensar que esses sujeitos estivessem buscando, equivocadamente, uma forma de me agradar. Cogitei até a hipótese de que, pelo enunciado da pesquisa ser "investigar a branquitude", esses sujeitos poderiam pensar que eu estava comprometida com o enaltecimento

dos sujeitos brancos e, desse modo, sentiram-se confortáveis para afirmar esta ideia de superioridade racial branca.” (SCHUCMAN, 2014)

O fato é que a figura de Schucman (2014), enquanto pesquisadora branca, teve influência nas respostas dadas à pesquisa. Portanto, minha figura poderá influenciar nas respostas a serem dadas, inclusive levando em consideração uma das reflexões apresentadas por ela, de que poderiam estar buscando agradá-la em suas respostas, o que vai de encontro com a gestão de impressão e a desiderabilidade social, conceitos apresentados anteriormente.

Valendo-me do questionamento feito por Abric em relação ao problema de confiabilidade dos dados obtidos “ as pessoas que interrogamos nos dizem mesmo o que pensam?” (Abric, 2003), como seria possível me aproximar de elementos representacionais relevantes e significativos para a pesquisa, buscando garantir a máxima fidedignidade destes, entendendo todo emaranhado presente nas forças simbólicas que o trabalho irá despertar? Para permitir a manifestação de elementos da zona muda das representações sociais, oriunda de pressões normativas, faz-se necessário portanto reduzir a pressão normativa presente nas situações sociais, “ tornar possível certa legitimidade a posições ilegítimas” (ABRIC, 2005). Para tal, algumas possibilidades foram compreendidas e acabaram resultando em técnicas. A primeira possibilidade seria a de agir sobre o próprio sujeito, reduzindo o nível de envolvimento deste na questão, e a segunda possibilidade seria a de agir sobre o grupo de referência, reduzindo o peso normativo do contexto. As possibilidades respectivamente resultaram nas técnicas de Substituição e na técnica de Descontextualização normativa.

A técnica de substituição consistiria em permitir ao sujeito expressar representações “proibidas ao seu grupo” atribuindo-as a outros, isto é, indagar a pessoa para que ela expresse a resposta que ao ver dela seria dada por outros, não por si mesmo (MENIN, 2006) . Em um primeiro momento seria solicitado a pessoa que ela desse a sua própria opinião (associação) acerca do tema e logo em seguida seria pedido que ela respondesse como acredita que o outro faria ao ser perguntado sobre o mesmo tema. É importante que este outro, por quem a pessoa irá responder, esteja relacionado ao grupo de referência do respondente (como por exemplo, uma pessoa branca que compõe o corpo acadêmico respondendo como ela acredita que outra pessoa branca também pertencente ao corpo acadêmico responderia). Uma maneira de fazer isto seria solicitar ao sujeito não que ele respondesse somente a uma questão, mas lhe propor sucessivas questões. Uma primeira ele responderia em seu próprio nome e as demais seriam pedindo que ele respondesse no lugar de outras pessoas. Deste modo é permitido ao sujeito tomar uma determinada distância, o que por fim refletiria na redução de seu envolvimento,

permitindo que ele expresse - sob a cobertura dos outros - suas próprias ideias (ABRIC, 2005). Abric (2003 apud MENIN, 2006) no entanto salienta que a técnica de substituição apenas permite a hipótese de que as representações expostas pertenceriam à zona muda. Há a possibilidade das representações fornecidas por meio da substituição serem representações que os sujeitos teriam do grupo de referência em si e não necessariamente serem elementos da zona muda. Tal ponto é um limite relevante da técnica.

Referente a descontextualização normativa, Abric (2005) expôs que a ideia fundadora desta técnica é que a pressão normativa exercida sobre um sujeito é bem mais forte quando ela é dirigida a alguém (a um destinatário) com quem se compartilha os mesmos valores; o que tornaria mais fácil expressar ideias contranormativas face a uma pessoa menos próxima ou que ele pensa não compartilhar o mesmo sistema de valores. A técnica consiste portanto em manipular o receptor das respostas do sujeito, ou seja, a quem o sujeito irá responder as perguntas a serem realizadas. A proposta é que o receptor pertença a um grupo que não seja inteiramente desconhecido ou deslocado do contexto do respondente, lhe causando a impressão de ter valores um pouco mais distantes ou distintos dos seus e de seu grupo de referência.

CAPÍTULO 3: Branquitude e Negritude - Aspectos e Conflitos Psicossociais

Compreendida a definição acerca do fenômeno das representações sociais, cabe aqui nos debruçarmos sobre outras duas representações que interferem diretamente na manifestação do racismo institucional, sendo estas a branquitude e a negritude.⁹

O racismo, dentro da sociedade brasileira, se apresenta como um de seus mecanismos à imposição de uma hierarquia de ordem racial e social, capaz de determinar quais sujeitos são dignos de direito, cidadania, humanidade, mobilidade e acessos sociais e exaltação, e isso já fora compreendido durante as explanações anteriores. Acontece que um dos pilares da hierarquização resulta das trocas sociais e da propagação de conhecimento social que, por meio do processo de familiarização contido dentro da construção das representações sociais (baseada em alguns caminhos em relação a um objeto desconhecido, tais como o caminho do estranhamento, aproximação, identificação e reconhecimento), originou dois campos representacionais compostos por membros de grupos sociais diferentes e que, historicamente foram lidos e propagados como antagônicos, sendo estes a branquitude e a negritude.

Branquitude e Negritude comumente são compreendidas enquanto a esfera psicossocial (o que englobaria o pertencimento racial, social, cultural e emocional) a qual pertencem respectivamente os indivíduos brancos e negros brasileiros, ainda que haja inúmeras explanações teóricas que possam concordar e/ou divergir em inúmeros pontos acerca disso. Pensando nas tensões que emergem corriqueiramente quando trazemos ao debate estas duas esferas de pertencimento, nos questionemos o porquê de, ainda nos dias de hoje, seguir sendo importante apontar para a existência de dois lugares sociológicos distintos, uma vez que há a crença de que a existência e reconhecimento destes dois pólos seria o que ampliaria os conflitos. Acontece que o caminho a ser feito é exatamente o oposto, os conflitos se dão justamente devido a camuflagem e silenciamento acerca dos aspectos que por muito compuseram e seguem compondo tais esferas psicossociais, isso quando a própria existência de conflito não é negada.

Entendendo que dentro destas esferas se encontra incluído o domínio racial e que haveria um processo de invisibilização da dinâmica racial no interior das relações sociais atuais (não mais no âmbito biológico, mas sociológico), um número vasto de autores

⁹ Cabe salientar que os estudos acerca das esferas psicossociais brasileiras não devem ser feitas de maneira dual, compreendendo que para além da branquitude e da negritude existem inúmeras outras categorias de pertencimento, oriundas também da complexidade dos processos eugenistas, de miscigenação e da ideologia de branqueamento estimuladas ao longo do processo histórico brasileiro. No entanto, devido a intenção do trabalho, aqui será abordada de maneira mais direta o conflito existente entre os grupos sociais brancos e negros.

começaram, então, a evidenciar o conceito de racialização. Eles compreendem que a racialização foi, em um primeiro momento, uma forma de construção e de diferenciação dos indivíduos cujo objetivo foi tomar a raça como uma marca que representaria as relações de poder presentes em uma dada sociedade (GARNER, 2010). A raça seria, portanto, uma construção social com o objetivo de validar projetos de dominação baseados na hierarquização entre grupos com características distintas. Não haveria, nessa linha de pensamento, brancos e negros, mas sim mecanismos de atribuição de sentido a traços fenotípicos para que a dominação de um grupo sobre outro possa ser legitimada (HANEY-LOPEZ, 1994). Por fim, aquilo o que passaria a ser reconhecido enquanto branquitude e negritude seriam representações sociais das esferas psicossociais que foram sócio e historicamente construídas a partir de alguns elementos específicos.

3.1. Branquitude

A branquitude teve sua origem na hegemonia atingida pela cultura europeia no decorrer dos últimos séculos em função da ascensão mundial que teve com base em seu projeto colonial. Esse projeto seguiu sendo orientado pelo imperialismo e se mantém preservado na contemporaneidade. Esse processo foi o que possibilitou que o sistema econômico, os valores religiosos, a estrutura política e a tradição cultural dos países europeus se tornassem referências universais. O sujeito branco passaria. Portanto, a se tornar um parâmetro implícito da representação do que viria a ser humano. É importante destacar que a dinâmica desta esfera psicossocial só é possível a partir do encontro com “o Outro”. É a partir do encontro com o Outro que a branquitude afirma quem ela é, que ela categoriza a si e ao Outro, até chegarmos ao ponto em que a mesma se considera como norma (PAINTER, 2010; ALLEN, 1994 apud MOREIRA, 2019).

Branquitude, segundo Muller e Cardoso (2017) seria tida enquanto “o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não brancos, dessa forma, significa ser menos do que ele. Ser branco se expressa na corporeidade, isto é, a brancura, vai além do fenótipo. Ser branco consiste em se sentir proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais”. Anteriormente e em sintonia com os autores citados, Bento (2002) destacou que no tocante a branquitude da elite brasileira, tal grupo elaborou tamanha apropriação simbólica que proporcionou um fortalecimento de sua autoestima e de autoconceito de grupo em detrimento aos demais, que culminou no fato deste grupo se considerar (ou quiçá de ter-se inventado - nas palavras da própria autora) como o padrão de

referência de toda uma espécie, reservando a ele a supremacia econômica, política e social (2002, BENTO).

Silva (2007) foi conduzida a ter a branquitude enquanto objeto de observação a partir das trocas tidas com pessoas com o fenótipo branco ou assemelhado nas relações cotidianas de sua vida profissional. A autora destacou ter percebido que este grupo revelava uma dificuldade em manter relações não hierárquicas, com uma tendência a identificar “o Outro” como ocupando espaços que não lhe são próprios, a tratá-lo como objeto de brincadeiras e elogiar a inteligência desse “Outro” quando toma conhecimento da sua produção acadêmica.

Já foi exposto que as representações sociais têm a comunicação de massa como condição de possibilidade e determinação, já que a comunicação em larga escala seria o que possibilitaria o difundir extensivo das ideias, fazendo com que elas chegassem a membros de grupos sociais. Uma das vias que tem grande influência na comunicação é a mídia. E uma das formas de ampliar o senso de superioridade e de universalidade da branquitude seria por meio da representação saturada e hegemônica deste grupo através das mídias e demais recursos de comunicação. Com isso, segundo Silva (2007), essa representação passa a se constituir como realidade para a maioria dos sujeitos expostos a ela, sejam estes o próprio grupo branco até mesmo os demais grupos.

Um aspecto psicológico que compõem a branquitude seria a supervalorização de seu grupo em detrimento dos demais. De acordo com Cardoso (2008), esta esfera psicossocial vive uma condição de supervalorização ilusória de sua aparência e modos de ser baseados nos significados sobre o ser branco. Como resultado deste pensamento compartilhado, que refletiu diretamente na construção deste lugar sócio-histórico, aqueles que pertencem à branquitude são impedidos de reconhecerem outras formas de ser e de viver no mundo tão humanas quanto às deles (CARDOSO, 2008). Uma manifestação desta supervalorização que ultrapassa o fenótipo e se expressa na corporeidade pode ser percebido em uma das respostas concedidas a Schucman (2014) em seu estudo sobre a branquitude, onde ao questionar um entrevistado acerca do que seria ser branco ao ver dele, o mesmo respondeu "Posso responder o que é ser branco, eu gosto da minha cor e gosto das minhas atitudes". Em seguida, Schucman busca compreender se para o entrevistado em questão ser branco teria alguma relação com comportamento ou atitude ao ver dele, o mesmo conclui sua resposta da seguinte maneira:

“Não, vou dizer assim, eu gosto da minha cor e gosto das minhas atitudes. O que eu faço na minha vida, sou uma pessoa que trabalho, não faço coisa errada, então gosto

muito das atitudes da minha sobrevivência, sempre tento fazer o bem, sempre tentando as coisas certas.”

“Você acha que isto é característica de branco?” (Lia)

“Não todo branco; mas nas atitudes, tanto tem o errado branco como tem o preto. Mas para pensar a maioria, eu acho que nas atitudes os brancos são melhor, nas atitudes, de agir na vida, os branco são melhor. Pra falar a verdade, num é porque sou branco, mas eu acho que os preto são mais violento que os brancos, na minha opinião... São mais violento em alguma coisa... né. Em maioria, os brancos são mais calmo que as pessoas pretas...”

Curioso perceber como que um elemento nesta afirmação não foi explicitamente revelado, porém se faz presente: a moral. Todorov (1993) já havia anunciado que uma das características sobre o discurso das raças humanas seria justamente acreditar que haveria uma continuidade entre o físico e o moral, que das diferenças físicas decorrem diferenças mentais que seriam transmitidas hereditariamente. Logo, Schucman destaca que o entrevistado, de maneira espontânea reproduziu a ideia de que as raças não seriam apenas definidas por diferenças físicas, mas que corresponderiam também a diferenças morais, psicológicas e intelectuais, fazendo com que dentro dos grupos raciais, ou de que viemos chamando no presente capítulo de esferas psicossociais/ representações sociais, existissem atitudes “melhores”, “naturalmente” associadas aos brancos.

Um outro aspecto psicológico que viria a compor a branquitude seria o aspecto da invisibilidade. Devido a crença cristalizada de sua pretensa universalidade, o grupo social branco acaba partilhando de um outro princípio em comum, de que os mesmos teriam uma espécie de invisibilidade racial frente às dinâmicas sociais. Esse aspecto abarca em si algumas percepções interessantes, complementares e também divergentes em alguns pontos. Pizza (2002) afirma que a invisibilidade, devido ao fato da branquitude acreditar não ser um grupo racializado, seria a interpretação de que sua pertença racial não refletiria em quaisquer das suas vivências, uma vez as mesmas seriam entendidas enquanto um processo estreitamente natural. A raça enquanto um determinante de vivências sociais viria a ser visível apenas para os não brancos. A mesma continua:

“Não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais para uns, e a neutralidade racial para outros. As consequências dessa visibilidade para negros são bem conhecidas, mas a da neutralidade do branco é dada como “natural”, já que ele é o modelo paradigmático da aparência e de condição humana” (PIZZA, 2002).

Frankenberg (2004) aprofunda o argumento de Pizza ao completar que não

necessariamente a identidade branca viria a ser invisível, mas esta seria vista por uns e não por outros a depender da relevância situacional, podendo a partir disto vir a se tornar anunciada ou invisível (FRANKENBERG, 2004 apud SCHUCMAN, 2012). Como ilustração para tal Schucman (2012) apresenta a discussão sobre as cotas raciais, onde a maioria dos brancos sabe e vê a sua branquitude como um fator que os exclui do direito às cotas. Frankenberg ainda acrescenta que essa invisibilidade aconteceria devido ao fato de uma sociedade ter uma hegemonia e uma ideia de supremacia racial tão poderosas que os não brancos não teriam voz tampouco poder para apontar a identidade racial dos brancos. Como resultado disto, os próprios brancos não conseguiriam se perceber como mais uma das identidades raciais, mas sim como a única identidade racial normal, cabendo as demais identidades buscar alcança-la em níveis intelectuais, morais, estéticos, econômicos dentre outros (FRANKENBERG, 2004).

No entanto, como há um jogo de interesse respaldado nas representações sociais destas duas esferas e dos aspectos e elementos que as constituem, Cardoso e Wray (2008; 2004 apud SCHUCMAN, 2012) atentamente apontaram o perigo de vir a pensar a identidade racial branca como invisível, pois aponta-la desta maneira mais uma vez acabaria privilegiando o ponto de vista dos brancos, uma vez que, afirmar puramente que estes sujeitos não apresentariam autoconsciência de si enquanto sujeitos racializados seria o mesmo que afirmar que sem consciência não seria possível que este grupo questionasse as próprias vantagens raciais. Logo, para Cardoso e para Wray, a branquitude seria sim visível para os brancos e estes podem usufruir as vantagens da mesma por terem consciência da sua brancura (CARDOSO, 2008 e WRAY, 2004 apud SHUCMAN, 2012).

Paralelamente à invisibilidade haveria um outro aspecto, de caráter tanto psicológico quanto comportamental, descrito por Bento (2002) enquanto o pacto tácito. A pesquisadora percebeu que tanto nas pesquisas que realizou voltadas ao público do grupo social branco quanto nas questões que surgiam nos debates com diferentes grupos - fossem esses movimentos sindicais, feministas, funcionários do poder público envolvidos com políticas de inclusão no trabalho - havia algo semelhante a todos esses lugares em relação ao modo como eles buscavam explicar as desigualdades raciais: o foco na discussão seguia sendo o negro e seguia havendo um silêncio em relação ao branco. Com isso, Bento cunhou o conceito de pacto narcísico, definindo-o enquanto uma espécie de acordo silencioso e implícito entre os brancos a partir do qual eles não se reconhecem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades no Brasil (2002). Com isso, este grupo, seja ele pertencente a mobilizadores sociais, articulares ou, no trabalho em questão, acadêmicos, silenciam e

mantêm seu grupo protegido de avaliações e análises.

Um outro elemento que constitui mais um dos aspectos desta esfera social reconhecida enquanto branquitude seria o medo alimentado em relação ao outro, ao diferente. Bento (2002) destaca que o processo de construir o outro a partir de si mesmo seria o equivalente a uma forma de paranóia que contém em sua gênese o medo.

Desse medo que está na essência do preconceito e da representação que fazemos do outro é que nos fala também Célia Marinho de Azevedo em sua obra *Onda negra, medo branco* (1987). Azevedo realizou uma análise sobre o imaginário construído a partir do medo e da insegurança, suscitado por conflitos reais ou simplesmente potenciais entre a elite e os negros escravizados ou livres do período do pós-abolição. Naquele período, o medo funcionava enquanto a força motriz da organização social. Políticos, policiais e doutores estavam com medo da eclosão de conflitos generalizados e de virem a perder o controle relativo ao poder, que detinham. Para além do medo da mistura, de que houvesse uma “poluição” racial nas camadas abastadas brasileiras. Tal medo fora expresso pela autora na passagem " ... toda uma série de brancos esfolados ou bem-nascidos e bem-pensantes que, durante todo o século XIX, realmente temeram acabar sendo tragados pelos negros mal-nascidos e malpensantes..." (1987, p. 18). Para lidar com o medo de tamanho contingente populacional negro, passou a haver o investimento na política imigracionista.

Um outro mecanismo que é reflexo do medo e da moralidade presentes na branquitude é o processo de inversão de papéis e de responsabilidades, ou, em termos psicanalíticos, de se afastar daquilo o que seria seu e por conseguinte difícil e desagradável de reconhecer em si mesmo. Recorro aqui à Grada Kilomba em um dos capítulos de seu livro *Memórias da Plantação: Episódios do Racismo Cotidiano, capítulo este intitulado enquanto A Máscara*, para ilustrar tal recurso. Grada (2010) nos apresenta que era necessário ao colono tapar a boca do colonizado, uma vez que por meio da boca é possível ao oprimido falar e enunciar, e não apenas, para aquele período, por meio da boca é que se teria acesso a um dos bens do colono: o alimento, a cana de açúcar e os grãos de cacau. E, ainda segundo a autora, embora “moralmente” a própria plantação e os frutos pertençam aos colonizados o colonizador interpreta isto de maneira invertida, como se estivesse sendo roubado, lesado por eles. Começaria aí o processo que será nomeado enquanto Recusa. O colono nega o seu projeto de colonização e o impõe sobre o colonizado. Com isso, ele afirma algo sobre o outro que se recusa a reconhecer em si mesmo, como maneira de defender a seu mundo

psicológico, ou em linguagem psicanalítica, o que seria uma espécie de defesa do ego. Esta recusa seria um meio de manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial. Deste modo, seriam os negros quem gostariam de tomar o que pertencia aos brancos, e com isso, eles precisariam ser excluídos. Há a negação e projeção do protagonismo do grupo branco, que ele está tomando o que é do negro (força física, humanidade, vida, bem material, cultural) e a inversão disso: é o negro quem toma o que é ele. Com isso, o sujeito negro se torna aquilo com o que o sujeito branco não quer ser relacionado. Com isso, o negro se torna uma representação mental do que o sujeito branco teme reconhecer em si mesmo: o ladrão violento, o bandido indolente e malicioso, uma vez que tais aspectos seriam desonrosos, podendo causar muita ansiedade, vergonha e culpa. Tais manobras permitiriam que os sentimentos positivos em relação a si permanecessem intactos e as manifestações da parte ruim seriam projetadas para o exterior. Por fim, caberia mais uma vez à branquitude a parte boa (KILOMBA, 2010).

Seria a partir disto que o sujeito negro se torna não apenas o “outro” - o diferente em relação ao qual o “self” da pessoa branca seria medido, mas também a “alteridade”, o que significa afirmar que ele passa a ser a personificação de aspectos repressores do “self” do sujeito branco. Kilomba por fim afirma que nos tornamos assim a representação mental daquilo com o que o sujeito branco não quer se parecer e para terminar cita Fanon (1968) em sua passagem: *“O que é frequentemente chamado de alma Negra é uma construção do homem branco”* (FANON, 1968).

3.2. Negritude

Compreendido que a negritude por muito tempo fora definida enquanto o inverso da branquitude e também por muito determinada por esta, recorro à Bento (2002) para salientar tal fato ao expor que enquanto a branquitude usurpou para si o lugar de referência e excelência, outro lado dessa moeda foi o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, responsável por solapar sua identidade racial, danificar sua auto-estima, culpa-o pela discriminação que este sofreria e, por fim, justificando as desigualdades raciais.

Fanon foi um outro autor que se debruçou na perspectiva tida pelo branco acerca do negro. Em seus escritos, o autor, fez referência à influência preponderante exercida pela Europa sobre os negros, impondo-lhes assim a sua verdade, afirmando que:

“ Na Europa, o Mal é representado pelo negro. (...) O carrasco é o homem negro, Satã é o negro, falamos de trevas, estamos pretos quando estamos sujos. (...) Na Europa, o negro representa, seja concreta ou simbolicamente, o lado mau da

personalidade. (...) O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, denegrir a reputação de alguém; e, o outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz fêérica, paradisíaca. Uma magnífica criança loira, quanta paz nessa expressão, quanta alegria e, acima de tudo, quanta esperança! Nada comparável com a magnífica criança negra: literalmente, é algo insólito. (...) O arquétipo dos valores inferiores é representado pelo negro.” (FANON, 2008).

Alguns autores inclusive se respaldam em uma abordagem que afirma que este olhar determinista, estigmatizante e classificador, semelhante a uma dissecação voltada aos sujeitos negros, repletos de elementos representacionais, existia desde muito tempo, ainda que o conceito de representação social fosse desconhecido e sequer elaborado. Para William Cohen, por exemplo, este olhar acerca do negro existiria desde a antiguidade greco-romana, por meio de uma propagação distorcida da imagem acerca da África e dos Africanos. O continente era considerado enquanto terra de figuras monstruosas por inúmeros pensadores ocidentais, tais como Heródoto, Plínio, Rabelais e tantos outros. A África fora considerada enquanto “uma porta para o inferno”; a cultura islamita também via o negro de forma pejorativa justificando praticamente a escravidão, apesar de seu próprio livro santo, o Alcorão, se posicionar contrariamente a isso. Cohen ainda citou Léon L’African, muçulmano que segundo o autor, seria responsável pela propagação da imagem do negro na França no século XVI afirmando que os negros seriam *“brutos sem razão, sem inteligência e sem experiência. Eles não tem absolutamente nenhuma noção do que quer que seja. Eles vivem como bestas, sem regras e sem leis.”* (COHEN, 1980 apud SANTOS, 2002).

Em seu escrito “A invenção do ser negro - um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros”, Gislene dos Santos reafirma o argumento apresentado por Fanon anteriormente e aprofunda as palavras do mesmo, ao dizer que a África, ao olhar Europeu, seria uma terra de pecado e imoralidade, o que por sua vez acabaria gerando homens corrompidos; povos de clima tórridos com sangue quente e paixões anormais que só saberiam fornicar e beber. A Europa considerava a cultura do povo africano como signo de barbárie. Todas as formas de expressão da vida africana eram inferiorizadas em relação à vida européia, tais como a vida sexual, política e social.

Durante todo este tempo estivemos falando sobre a negritude enquanto esfera psicossocial a partir das atribuições feitas pelo grupo vizinho. Façamos agora o movimento oposto, tomando esta categoria por meio do processo de autodefinição do próprio grupo.

“A negritude nasce de um sentimento de frustração dos intelectuais negros por não terem encontrado no humanismo ocidental todas as dimensões da sua personalidade. Nesse sentido, é uma reação, uma defesa do perfil cultural do negro. Representa um

protesto contra a atitude do europeu em querer ignorar outra realidade que não a dele, uma recusa da assimilação colonial, uma rejeição política, um conjunto de valores do mundo negro, que devem ser reencontrados, definidos e mesmo repensado.” (MUNANGA, 2020.)

O conceito de Negritude recebeu as mais distintas interpretações ao longo do tempo desde o seu surgimento enquanto tentativa de abarcar a realidade do negro. O que antecedeu a compreensão da negritude enquanto a esfera psicossocial do grupo racial negro tal como estamos abordando no presente texto foi o surgimento desta enquanto um movimento político e estético voltado ao povo negro por volta dos anos de 1930. Este movimento tinha enquanto objetivo responder à opressão racial, atribuindo a si contornos culturais, políticos e psicológicos da descolonização, o que acabou por fazer com que a negritude fosse considerada um dos mais revolucioários conceitos de luta social surgidos no Mundo Negro contemporâneo, segundo as palavras de Carlos Moore. Ela teria sido o conceito que mais positivou as relações raciais no século XX. Ainda segundo Moore, ela seria uma vasta proposta de ação e de pensamento social transformadora (MOORE, 2010 In CESAIRE, 2010).

Um dos objetivos deste movimento Negritude seria reconhecer os valores desenvolvidos pelos povos de pele preta e ensinar a valorização daquilo que fosse oriundo do berço africano. Negritude, portanto, seria, conclui Moore, movimento, pensamento e noção.

“Tratava-se da assunção redentora de uma identidade negada, de um passado silenciado, de uma singular herança histórica vergonhosamente esquecida, às vezes de maneira voluntária. E também de um “futuro especificamente negro”, sem necessidade de se converter no Outro para ser.”) MOORE, C (2010). Negro sou Negro ficarei. (prefácio). In: CESAIRE, 2010).

Césaire (2010) faz questão de destacar que a Negritude não se prende apenas na concepção biológica, sendo ela algo mais profundo, que parte também da soma das experiências vividas que acabariam por definir e caracterizar uma das formas de humanismo criado pela história. Não apenas a cor de pele ligaria os sujeitos negros, mas também o fato destes serem o grupo de humanos que sofreram as piores violências da história, grupos que sofreram e sofrem frequentemente por serem marginalizados e oprimidos.

No entanto, a marca da Negritude não seria apenas resistência e a dor. Um ponto extremamente importante seria o enaltecimento de seu grupo. Césaire aponta que talvez o estágio inicial da Negritude seja a tomada de consciência da diferença, a memória, seguida pela fidelidade e a solidariedade o que por fim propiciaria um movimento de reabilitação do

valor do negro protagonizado por eles mesmos. E o negro se voltaria a si por meio da poesia, do imaginário, do romance, das obras de arte. Por fim, Césaire finda seu discurso sobre a Negritude afirmando que ela seria a busca pela identidade negra, *“a afirmação do direito à diferença, aviso dado a todos do reconhecimento desse direito e do respeito à personalidade coletiva negra.”*(CÉSAIRE, 2010).

Nos voltando aos estudos realizados por Munanga (2020) sobre a negritude, ela irá nos expor que esta assume inúmeros significados para além do exposto por Césaire e os demais estudiosos da Negritude, podendo ser estes o caráter mítico ou ideológico, o biológico, conceito sociocultural e de classe e o caráter psicológico. O caráter mítico carregaria consigo a intenção de retornar às origens, de realizar aquilo o que fora nomeado enquanto uma revitalização da realidade africana, enquanto o caráter ideológico teria como foco a ação a partir do compartilhamento de um modo de ser negro que busque responder às situações comuns aos negros colonizados. O caráter biológico traz a compreensão de que negritude se refere ao que concerne à raça negra, logo teria relação com a sensação de pertencimento. E por meio da solidariedade com aqueles que pertencem ao mesmo grupo racial que o seu é que haveria um sentimento que levaria a uma ligação e a um ato de preservação entre os indivíduos. O conceito sociocultural de classe seria a compreensão da qual alguns autores partiriam ao ver a raça enquanto mais um adendo dentro das dinâmicas sociais, e não como um elemento basilar, subestimando-o por fim. E por fim o caráter psicológico seria a consideração de um conjunto de traços que viriam a ser característicos da pessoa negra, tais como comportamento, emoção, personalidade e alma (MUNANGA, 2020).

Cabe aqui, portanto, estreitarmos alguns pontos de reflexão. A começar pelo fato de nos dias atuais, ao cunharmos as esferas branquitude e negritude destacarmos mais uma vez que estas são conceitos biologicamente inoperantes, como afirmado por Munanga (2020), porém política e sociologicamente muito significativos uma vez que foi apenas a partir do delineararmos destas duas esferas que alcançamos progressos que nos permitiram refletir acerca dos pensamentos sociais que perpetuamos e das representações sociais nas quais nos baseamos e por meio das quais nos relacionamos diariamente, tornando assim inconcebíveis a permanência de crenças de inferioridade intelectual, estética e moral atribuídas aos negros.

No entanto, a permanência do racismo, e neste caso, do racismo institucional expõe que tais crenças não se dissiparam completamente. Jodelet (1999) questionou o que faria com que pessoas que cultuam valores democráticos e igualitários viessem a aceitar que a injustiça incidisse sobre aqueles que não são seus pares ou não se assemelham a eles? Pensando no contexto universitário, ambiente entendido enquanto lugar de propagação de conhecimento e

um espaço crítico, o que faria com que a própria instituição por vezes aceitasse o racismo institucional e que seus membros também o aceitassem ou até mesmo o perpetuem? Segundo a autora, a razão disto estaria relacionada à necessidade de pertencimento social. Teríamos uma intensa ligação emocional com o grupo ao qual entendemos que pertencemos, o que resultaria em investirmos nele a nossa própria identidade. Este investimento faria com que viéssemos a defender os valores do grupo e a protegê-lo, excluindo consequentemente aqueles que não pertencerem a ele. Bento (2002) detalha que o primeiro passo para a exclusão moral seria a desvalorização do Outro enquanto ser humano, o que por sua vez reflete em considerá-los enquanto sem valor, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados. E estes prejuízos segundo a autora podem assumir formas mais severas, como o genocídio, ou formas mais brandas, como a discriminação, o que seria o caso das instituições universitária.

Façamos um esboço para pensarmos no contexto universitário, na compreensão acerca das duas esferas psicossociais, seus inúmeros significados e elementos e na permanência do racismo institucional. A defesa da negritude não se pauta na negação da existência de outros grupos, mas, entre inúmeros outros propósitos, requer o reconhecimento de seu grupo enquanto um grupo que também é produtor de cultura, de valores civilizatórios, filosóficos e estéticos, o que reflete na exigência pela reformulação de currículos acadêmicos, na adoção de novas epistemologias e na ampliação de um corpo universitário mais heterogêneo. Se compreendermos que a negritude traz em si esta reivindicação é que a mesma irá esbarrar com o fato da branquitude ter uma dificuldade de manter relações não hierárquicas, como foi constatado por Silva (2007) pensemos que as universidades se apresentam enquanto um campo de batalha e nisto, a necessidade de preservação da branquitude acaba sendo exacerbada. Pressupõe-se que diante da necessidade de preservação de seu grupo, elementos representacionais acerca daqueles que o ameacem (os negros) são ativados despertando assim o impulso da branquitude para a adoção de manobras de exclusão. Para que essa exclusão ocorra, aquele responsável por excluir lança mão de todas as estratégias expostas anteriormente: a supervalorização, a invisibilidade, o medo, o pacto tácito e a inversão de papéis. Daí cabe pensarmos em como ocorrem os silenciamentos diante de casos de racismo, elementos muito possivelmente pertencentes ao sistema central das representações que estão em jogo se fazem latentes e daí se materializa a exclusão e a discriminação com estudantes e docentes negros.

CAPÍTULO 4: MÉTODO

4.1. Tipo de pesquisa

A metodologia adotada pela pesquisa se embasou em um viés qualitativo de caráter exploratório e descritivo que se materializou por meio de coletas baseadas na evocação livre e em um questionário com perguntas semiabertas. A escolha pelo método exploratório se deu pelas vantagens que o mesmo apresenta com relação a obtenção de aspectos qualitativos de determinadas informações para posteriormente quantificá-los (PIOVESAN e TEMPORINI, 1995) e quanto ao procedimento descritivo pelo mesmo ser bastante comum em pesquisas acerca de opiniões. O delineamento do presente estudo efetuou-se a partir da análise da visão que determinados personagens têm acerca da ação do Racismo Institucional no ambiente acadêmico. Para tal foram seguidos os seguintes formatos de coleta: foram determinados dois grupos participantes, onde o primeiro grupo respondeu a um formulário online com uma Tarefa de Evocação Livre de Palavras junto a perguntas semiabertas e os participantes do segundo grupo por sua vez responderam a perguntas abertas realizadas por meio de entrevista direta com a pesquisadora.

De acordo com Abric (2001) a evocação livre pode ser definida enquanto uma técnica projetiva que possui a capacidade de reduzir as dificuldades ou os limites das práticas discursivas ao se pautar em um termo indutor específico para tal. Esta técnica é preciosa no estudo do núcleo central das representações sociais uma vez que permite o acesso mais rápido e melhor embasado aos elementos que constituem o objeto estudado.

A análise de conteúdo por sua vez trata-se a partir da perspectiva de Bardin (2006), de uma proposta metodológica que consiste em:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. (...) A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não) (BARDIN, 2006).

Segundo Baldwin devido ao fato da análise de conteúdo se pautar em uma técnica que busca oferecer uma avaliação e uma análise pautadas na objetividade, a mesma por consequência acabaria revelando aspectos do material que possam ter escapado ao exame minucioso daquele que avalia (BALDWIN, 1942 apud Bardin, 2006).

Bardin (2009) portanto ao expor que a análise de conteúdo se trata de um conjunto de técnicas de investigação do conteúdo manifesto das comunicações também expõe que esta análise se dá a partir de três etapas principais, que se farão presentes na pesquisa em questão, sendo estas:

a) Pré-análise: formada pela organização e sistematização das ideias iniciais, elaboradas através da leitura flutuante dos conteúdos;

b) Exploração do material: fase de análise sistemática dos conteúdos a partir das categorias formadas;

c) Tratamento dos resultados, inferência e a interpretação: os resultados são submetidos a operações de análise simples ou complexas que permitam ressaltar as informações encontradas, fazendo assim sua inferência e interpretações de acordo com o contexto.

4.2. Local da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), situada na Baixada Fluminense, no campus de Seropédica, município pertencente à cidade do Rio de Janeiro.

A escolha pela universidade em questão se baseou nas vivências e na relação experimentada pela pesquisadora com a instituição em questão e na evidenciação dada aos casos de racismo ocorridos na academia.

4.3 Participantes

Participaram da pesquisa 86 universitários pertencentes à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e 5 servidores da mesma instituição. Os critérios de inclusão para os universitários foi que os mesmos permanecessem vinculados à faculdade de alguma maneira, fosse por meio da graduação ou pós graduação. A partir disso, houve a necessidade de que tanto os servidores entrevistados quanto os alunos fossem caracterizados logo na primeira parte da entrevista ou do questionário aplicado, por meio de informações como: identidade étnica, identidade de gênero, curso/ atuação e período (no caso dos estudantes). Esta caracterização é de suma importância uma vez que há a compreensão de que as categorias às quais os sujeitos se vêm pertencentes se desenvolvem socialmente e isso possui extrema relevância quando um estudo de Representações sociais está sendo desenvolvido.

4.4 Procedimento de Coleta

As entrevistas com os servidores foram realizadas de maneira online, por meio da plataforma meet. A duração dos encontros variaram entre 15(quinze) minutos até 1 (uma) hora, de acordo com a disponibilidade e dinâmica do entrevistado. O questionário que continha as perguntas a serem respondidas pelos universitários foi divulgado de maneira online, através de redes sociais como o Facebook pessoal da pesquisadora, Instagram, Whatsapp e e-mail. A divulgação durou 3 meses e o alcance foi de 86 pessoas.

4.5 Instrumento de Coleta

A pesquisa começou a ser realizada dentro do contexto de pandemia e com o passar do tempo se deparou com um cenário de flexibilização até chegar ao restabelecimento daquilo compreendido enquanto normalidade. No entanto, apesar de todas as mudanças percebidas no cenário social, optamos por realizar o estudo integralmente de forma virtual. Tanto os servidores quanto os discentes foram devidamente apresentados à pesquisa, ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e às perguntas. Aos servidores foram direcionadas perguntas abertas enquanto que aos discentes a Tarefa de Evocação Livre de Palavras e perguntas semiabertas foram as utilizadas.

Os discentes iniciaram o questionário respondendo acerca de sua identidade étnica, identidade de gênero, curso e período. Na seção seguinte eles tiveram de responder a Tarefa de Evocação Livre de Palavras, na qual foi necessário que respondessem de três a cinco palavras que lhe viessem de imediato ao ler o termo indutor “Racismo Institucional”.

As demais perguntas respondidas pelos discentes ao longo do questionário foram:

1. O que você acredita que algumas pessoas pensam sobre terem poucos professores negros dentro da universidade?
2. Você já teve disciplinas que abordassem as relações étnico raciais?
3. Caso sim, o que você acredita que os seus amigos pensam ou pensaram sobre terem tido contato com estas disciplinas?
4. Ao seu ver, o que a universidade poderia fazer em relação ao racismo institucional?

Os servidores por sua vez iniciaram as entrevistas respondendo às questões demográficas, informando nome, idade, identidade de gênero, identidade étnica e função dentro da universidade.

Foram utilizadas um total de 11 (onze) perguntas abertas, sendo estas:

1. Há quanto tempo você está atuando na UFRRJ?

2. Pensando no contexto universitário, o que você entende por racismo institucional?
3. Você já ouviu falar, presenciou ou passou por alguma situação de racismo institucional dentro da UFRRJ?
4. Qual você acha que é a percepção dos servidores acerca do racismo institucional aqui dentro?
5. Qual você acha que é a percepção dos docentes?
6. Qual você acha que é a percepção dos estudantes?
7. Ao seu ver, o que podem pensar ou em que acreditam as pessoas que cometem atos racistas ou que compactuam com o racismo institucional?
8. Qual você acredita ser a percepção das pessoas que sofrem racismo institucional dentro das universidades?
9. Como você avalia a postura da universidade diante destes casos?
10. Você teria alguma opinião sobre o que a universidade poderia fazer para prevenir o racismo institucional? Gostaria de falar algo sobre a temática?
11. Você já ouviu falar na Comissão Permanente da Política Institucional pela Diversidade de gênero, etnia/raça e inclusão da UFRRJ?

Se faz importante ressaltar rapidamente como se deu o processo de elaboração das perguntas no intuito de expor as suas intenções. Como descrito, devido ao caráter contra normativo do racismo, seria pouco provável que conseguíssemos acessar os conteúdos compartilhados pelos entrevistados de maneira imediata, então optou-se pelo método de investigação voltado à Zona Muda das Representações Sociais, que compreende que há uma defasagem entre o que as pessoas dizem e o que elas pensam e também entre o que elas dizem e o que elas fazem (ABRIC, 2005). Logo, ao não verbalizar aquilo o que verdadeiramente diriam em outras condições ou situações, entende-se que as pessoas apresentam a faceta explícita de sua fala, a verbalizada, mas seguiria havendo a não verbalizada, considerada, portanto, enquanto a “Zona Muda”. A partir disto, a técnica adotada para trabalhar a Zona Muda no trabalho em questão foi a Substituição, que permite ao sujeito expressar representações “proibidas ao seu grupo”, atribuindo-as a outros. O sujeito primeiramente responderia em seu nome e posteriormente responderia no lugar de outras pessoas. E isso foi realizado na organização das perguntas aplicadas em ambos os questionários, onde a princípio questionamos tanto aos estudantes quanto aos servidores a sua percepção acerca do racismo institucional e depois direcionamos às perguntas a percepção que eles acreditam que demais atores que compõem a universidade teriam sobre o fenômeno e demais vivências e questões.

4.5. Aspectos éticos

O trabalho se respaldou nos requisitos estipulados pela Resolução nº 510/2016 - CNS (Conselho Nacional de Saúde) e seus complementares no que diz respeito à pesquisa envolvendo seres humanos, visando corresponder aos termos e fundamentos da resolução. O bem estar dos participantes foi assegurado ao longo de todo o processo da pesquisa, desde as entrevistas até a análise e exposição das informações adquiridas, para que os entrevistados não fossem submetidos a desconfortos e inconvenientes em geral . Também foi ser informado previamente a todos que eles não pagariam e nem receberiam qualquer tipo de pagamento por participar da pesquisa, pois sua participação deveria ser voluntária. Ao passo que também foi garantido a eles a indenização em caso de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Os dados pessoais dos participantes foram utilizados exclusivamente para fins científicos, prezando pelo sigilo e buscando garantir a não utilização das informações de forma prejudicial tanto às pessoas entrevistadas quanto à comunidade acadêmica em geral. Os dados coletados nesta pesquisa (entrevistas) ficarão armazenados em arquivos pessoais sob a responsabilidade de Carolina Santos Victorino.

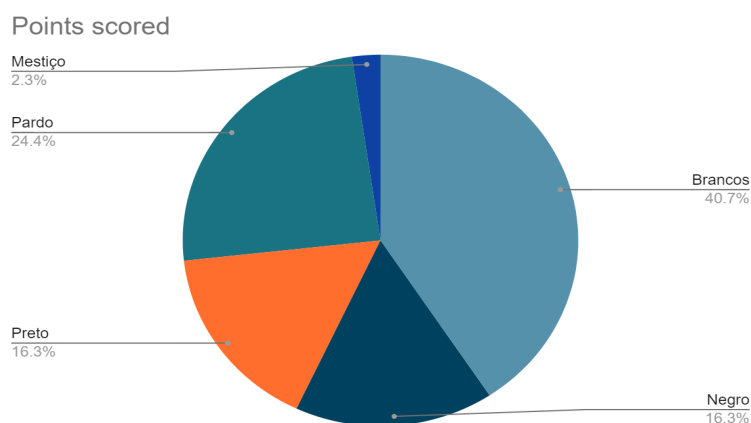
CAPÍTULO 5 - RESULTADOS

(Questionário online com os discentes)

Após o procedimento de coleta de dados, foram obtidas 5 entrevistas e 86 respostas por meio de questionário. Começamos a análise dos resultados a partir do questionário aplicado aos discentes.

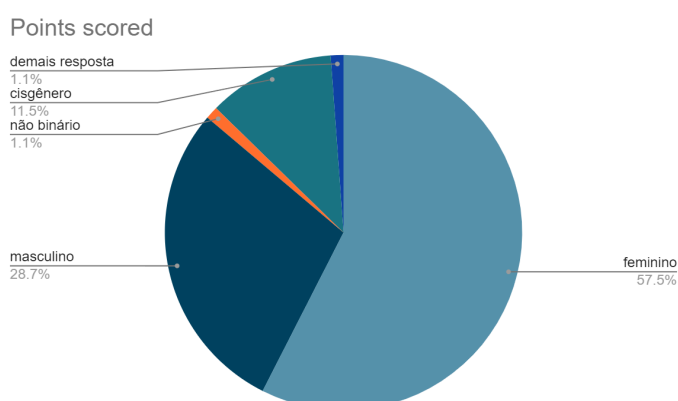
Através de perguntas fechadas, obtivemos informações sobre identidade étnica, identidade de gênero, curso.

Identidade étnica



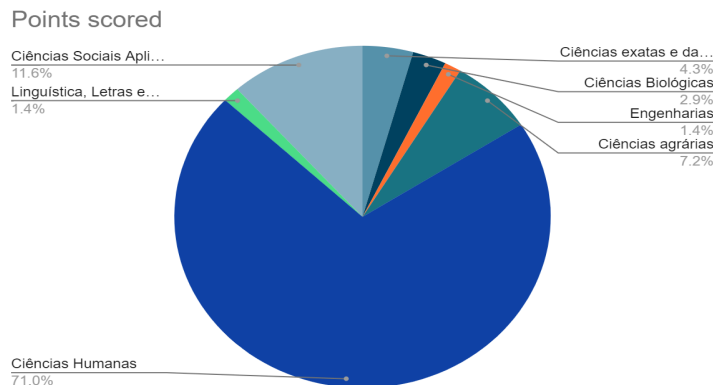
A maior parte dos participantes pertencem a categoria racial Brancos (40,7%), seguido pela categoria de Pardos (24,4%), Negros (16,3%), Pretos (16,3%) e Mestiços (2,3%). No entanto uma informação importante a ser salientada é que, pelos dados oficiais demográficos, Pardos e Pretos pertencem à categoria racial Negro. Portanto, caso fôssemos considerar que todos pertencem a mesma categoria, estaríamos afirmando que a maior parte de respondentes da pesquisa foram sujeitos Negros (totalizando 57% da amostragem).

Identidade de gênero



A maioria dos participantes da pesquisa (57,5%) se identificou enquanto mulher.

Curso



A área do conhecimento com maior participação na pesquisa foi a Ciências Humanas (71%), seguida da área de Ciências Sociais e Aplicadas (11,6%), Ciências Agrárias (7,2%), Ciências Exatas e da Terra (4,3%), Ciências Biológicas (2,9%), Linguística, Letras e Artes e Engenharias (ambas com 1,4%).

5.1 Instrumentos de Análise

O questionário online aplicado aos discentes iniciou com a Tarefa de Evocação Livre de Palavras, o que fez com que os dados colhidos fossem submetidos a análise via software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ), desenvolvido por Pierre Ratinaud, e licenciado por GNU GPL (v2), voltado à análises estatísticas aplicadas a corpus textuais e tabelas de palavras (Camargo & Justo, 2013). O IRAMUTEQ forneceu tanto a análise de Similitude quanto a tabela de quadros de Análise Prototípica, o que são resultados gráficos e tabelar. A partir destas análises nos foi possível obter as informações necessárias à visualização dos elementos que podem compor o núcleo central e a periferia de representações sociais do termo indutor proposto aos voluntários (Camargo & Justos, 2016). Já as perguntas abertas realizadas tanto com os discentes quanto com os docentes foram analisadas por meio do sistema de Análise de Conteúdo, de Bardin (2011).

A exposição dos resultados começará por meio das respostas dadas pelos alunos da universidade, expondo tanto as análise prototípica quanto a análise de similitude obtidas pelo IRAMUTEQ e a seguir a Análise de Discurso de Bardin. Mais adiante haverá os resultados oriundos das respostas fornecidas pelos servidores analisadas por meio da análise de discurso.

Análise Prototípica

A análise prototípica é uma técnica de análise quantitativa que parte do pressuposto que os elementos da representação social com maior importância em sua estrutura serão aqueles mais acessíveis à consciência (VERGÉS, TYSKA & VERGÈS, 1994). Eles são os mais acessíveis pois, como afirmado por Jodelet, o protótipo possui as características mais consensuais e mais facilmente reconhecidas pelos indivíduos, o que acaba fazendo com que o elemento revelado seja o mais representativo de uma categoria (JODELET, 2001). A mesma técnica afirma que os elementos periféricos seriam aqueles que apresentam uma menor congruência e menor frequência quando comparados aos elementos centrais, podendo ser mais variáveis e contraditórios.

O comando desta análise feita no IRAMUTEQ resulta em dados organizados por quadrantes. Cada quadrante ilustra a região representacional do termo induzido (neste caso, do termo racismo institucional). Este formato acaba por expor os elementos representacionais dos termos organizados por ordem e frequência de evocação. Logo, a posição de cada palavra apresenta uma hierarquia e a frequência de sua evocação. O primeiro quadrante, nomeado enquanto elementos centrais, é composto por palavras com maior frequência, consideradas aquelas que são evocadas mais prontamente e por um número maior de pessoas. Possivelmente é nesse quadrante que se encontra o núcleo da representação estudada. Já o segundo quadrante ou primeira periferia é formado por palavras com uma alta frequência (muito evocadas) porém com baixa evocação (ou seja, evocadas posteriormente).

O terceiro quadrante (zona de contraste) apresenta palavras que apesar de terem baixa frequência tem uma evocação prévia para as pessoas. A zona de contraste, como pontuado por Abric (2003) , pode reforçar as noções presentes na primeira periferia. O último quadrante (segunda periferia) por sua vez é composto por palavras de baixa frequência e alta ordem de evocação (WACHELKE e WOLTER, 2011), podendo ser considerados os elementos menos importantes.

Compreende-se que a técnica da análise prototípica acaba por ser uma maneira de identificar as representações mais consensuais e amplamente compartilhadas pelos integrantes de um grupo social, pois possibilita a compreensão acerca das dinâmicas de construção de sentido e de identidade coletiva em torno de determinados fenômenos, o que expõe a sua importância na TRS (MOSCOVICI, 2015).

Análise prototípica da questão de evocação do termo indutor “**Racismo Institucional**”

QUADRO DE QUATRO CASAS
ANÁLISE PROTOTÍPICA (n = 86)
Ordem Média de Evocação = 2,3

Elementos centrais			Primeira Periferia		
Exclusão	23	2,3	Preconceito	10	2,7
Desigualdade	14	2,3			
Discriminação	11	1,5			
Violência	11	2,2			
Elementos contrastantes			Segunda Periferia		
injustiça	9	1,3	apagamento	8	2,8
omissão	8	2,2	poder	8	2,5
naturalizado	7	1,7	sofrimento	7	3,3
oportunidade	4	1,8	raiva	5	3,4

Na análise prototípica dos elementos do termo indutor “Racismo Institucional”, obtivemos um total de 125 evocações fornecidas pelos entrevistados. O valor do ponto de corte para a ordem da evocação foi de 2,3 e para frequência, 9,6. Os elementos tidos como centrais foram a **exclusão** (f 23 OME 2.3), **desigualdade** (f 14 OME 2.3), **discriminação** (f 11 OME 1.5) e **violência** (f 11 OME 2.2).

“Exclusão” pode ser compreendida enquanto um elemento forte, compartilhado e prontamente evocado, indicando ser o termo de maior força na representação social do racismo institucional. Esse resultado está em consonância com o que Passos (2015) havia alertado ao expor a exclusão como um fator de sofrimento entre os estudantes negros, uma vez que ela geraria neles dúvidas e inseguranças que atingiram diretamente sua construção identitária e que ainda interferia na percepção que os mesmos têm acerca da legitimidade para pertencerem ao espaço acadêmico. Se nos atentarmos, a observação de Passos nos expõe que a exclusão é capaz de provocar antes de tudo danos de ordem subjetiva que poderão afetar os

sujeitos negros em suas vivências materialmente, o que nos permite supor que desdobramentos dessas experiências se dão em desfechos como à isolamento social, quedas no rendimento, desestimulação, evasão, ou no pior dos casos, adoecimento. Se faz necessário compreender, portanto, que o mecanismo da exclusão se dá de maneira complexa. A exclusão eventualmente é passível de ser vista, ouvida e possui até mesmo nuances que dificultam a sua nomeação, sendo assim por vezes apenas sentida por aqueles que são afetados por ela. E quando exposta e nomeada, a exclusão vivenciada ocasionalmente é invalidada com argumentos que se pautam na crença da existência de um espaço comum. No quanto o espaço universitário pertence a todo o seu coletivo, na ausência de diferenciações de acesso às salas de aulas, às discussões ou recursos presentes nos institutos. O imaginário compartilhado por muitos dificilmente assimila que a mesma não se dá apenas por meio de verbalização explícita ou ataques raciais físicos e visíveis, e privações materiais mas por meio de ações como omissão institucional, ausência de empatia, respeito e falta de troca social. É uma manifestação do racismo que escapa do palpável em um primeiro momento pois se mascara, é a demonstração da sua sofisticação.

O termo “desigualdade”, por sua vez, corrobora com as explanações feitas por Almeida que afirma que o racismo institucional opera enquanto um processo que irá conferir privilégios e desvantagens com base no domínio racial e que as instituições também carregam em si os conflitos existentes na sociedade (ALMEIDA, 2019) e podemos interpretar que estas desvantagens e conflitos estão aqui expostas por meio então da agência da desigualdade. A “discriminação” que também apareceu enquanto um elemento central da representação social do racismo institucional é entendida enquanto um conjunto de prática que acaba limitando o acesso de pessoas negras a determinados espaços sociais, econômicos e culturais (RODRIGUES, 2006). Neste caso em questão, limitaria os estudantes negros a terem livre acesso ao espaço social, às iniciativas de amparo socia-econômico e às manifestações promovidas pela universidade, que não seriam agregadoras. Por fim, a violência, também evocada como elemento central da representação, reforça a ideia de que o racismo pode levar a formas extremas de opressão, como os crimes de ódio (DAMASCENO, 2015).

Podemos compreender portanto que, mesmo sendo difícil tangenciar por completo a sua atuação, a exclusão se dá por meio da ação, e ao ser excluído, afastado e impossibilitado de acessar ou compartilhar das vivências, espaços, direitos, vínculos e afetos construídos dentro do espaço institucional, os membros do corpo universitário negro se deparam com a manifestação da desigualdade. A desigualdade é a constatação, o fenômeno da diferença nas relações estabelecidas, é a presença mais tangível do desequilíbrio entre os componentes do

universo acadêmico. A discriminação e a violência poderiam erroneamente ser compreendidos enquanto o resultado final e mais manifesto do racismo, os mais hostis, mas são apenas elementos de todo este emaranhado. Um termo influencia na ocorrência do outro e até mesmo os retroalimentam, e, por meio dessa configuração podemos observar que há uma relação entre os elementos evocados pelos entrevistados.

O elemento presente na primeira periferia é o **preconceito** (f 10 OME 2,7), o que nos leva a duas observações: o fato de que os elementos periféricos se comunicam diretamente com o núcleo central e de que o elemento periférico é o mais sensível ao contexto imediato. Quanto a primeira observação, pensar que “preconceito” está em conformidade com “exclusão”, “desigualdade”, “discriminação” e “violência” é recorrer ao pensamento de Silva (2003) que o concebe enquanto uma das principais formas de manifestação do racismo, o que o levaria a servir enquanto base para a discriminação e exclusão social (os dois termos que, não curiosamente, foram evocados enquanto elementos centrais). O preconceito é uma faceta do racismo que socialmente pode vir a apresentar um funcionamento um pouco mais tangível. Comumente associado às opiniões, pode ser correlacionado à ordem da cognição, comporta sentimentos hostis que são direcionados a uma pessoa ou grupo. Pensemos o preconceito enquanto a força motriz das engrenagens do racismo, a força que não necessariamente se mostra, porque está pautada em crenças e conteúdos que nem sempre serão reveladas abertamente, mas que antecede, embasam e legitima ações posteriores, como a exclusão, discriminação, desigualdade e violência. Já quanto a segunda observação - que o sistema periférico é o mais sensível ao contexto imediato - é cabível pensar que o surgimento do termo expõe que os entrevistados estão conscientes de que a realidade enfrentada pelos sujeitos negros dentro da instituição universitária é atravessada pelo preconceito.

Os elementos contrastantes identificados, compreendidos enquanto elementos com baixa frequência porém alta ordem de evocação, expõe termos que vieram mais prontamente para os entrevistados, sendo estes a **injustiça** (f 9 OME 1,3), **omissão** (f 8 OME 2,2), **naturalizado** (f 7 OME 1,7) e **oportunidade** (f 4 OME 1,8). A evocação dos termos injustiça e a omissão se justificaram posteriormente, a partir das respostas dadas pelos entrevistados às perguntas abertas, onde alegaram que os casos de racismo que ocorreram ou ocorrem na universidade findaram sem qualquer direcionamento ou resolução, o que os faz crer que a instituição assume uma postura injusta e omissa perante as vítimas do crime racial. Cabe destacar o elemento naturalizado. O racismo institucional aqui identificado enquanto naturalizado evidencia o argumento apresentado em capítulos anteriores onde levanto que

este fenômeno é concentrado, mascarado e nomeado enquanto racismo velado, ou mais comumente conhecido enquanto racismo à brasileira.

Como exposto anteriormente, a zona de contraste pode reforçar noções presentes na primeira periferia. A primeira periferia é composta pelo elemento “preconceito”. Pensar que injustiça, omissão, naturalizado e oportunidade reforçam a intensidade da representação do “preconceito” é pensar na força de sua atuação no cotidiano. Recordemos que uma das funções das representações sociais é tornar familiar algo que não é familiar. Acontece que precisamos reforçar que isso não escapa de um processo classificatório. E Moscovici (2015), sabiamente, expôs em seu escrito que classificar algo resulta em confinar este objeto a um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que ele é, ou não é, significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele (MOSCOVICI, 2015). Retomando as informações trazidas em capítulos anteriores acerca das informações que são compartilhadas socialmente sobre o “ser negro brasileiro”, onde o mesmo por tempos foi tido enquanto o inverso da branquitude, o inferior, o incivilizado, entende-se que uma relação negativa é estabelecida com ele. Dentro de uma relação negativa presume-se a existência de destituição, que se dá por meio da retirada, da privação. Logo, cabe conjecturar que um sujeito diferente e inferior (segundo a dinâmica do preconceito, das ideias pré estabelecidas com forte teor de atuação) receberá um acesso desigual, que será naturalizado devido a sua condição, logo, ele será exposto a tratamentos injustos, omissos e a ausência de oportunidades.

A segunda periferia da análise prototípica do termo indutor racismo institucional inclui elementos como **apagamento** (f 8 OME 2,8), **poder** (f 8 OME 2,5), **sofrimento** (f 7 OME 3,3) e **raiva** (f 5 OME 3,4). Estes elementos acabam sendo considerados aqueles com menor relevância. O termo apagamento também se justificou ao longo da pesquisa com as respostas abertas. Os entrevistados estavam se referindo ao abafamento dos demais conhecimentos que fogem aos de origem euro- americanas, expuseram o quanto sentem falta de dialogar com perspectivas e epistemologias outras, como as negras, africanas e ameríndias. Esse apagamento pode nos remeter ao fenômeno do epistemicídio, detalhado por Sueli Carneiro (2017) enquanto uma manifestação que propõe um apagamento de formas múltiplas:

“O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos

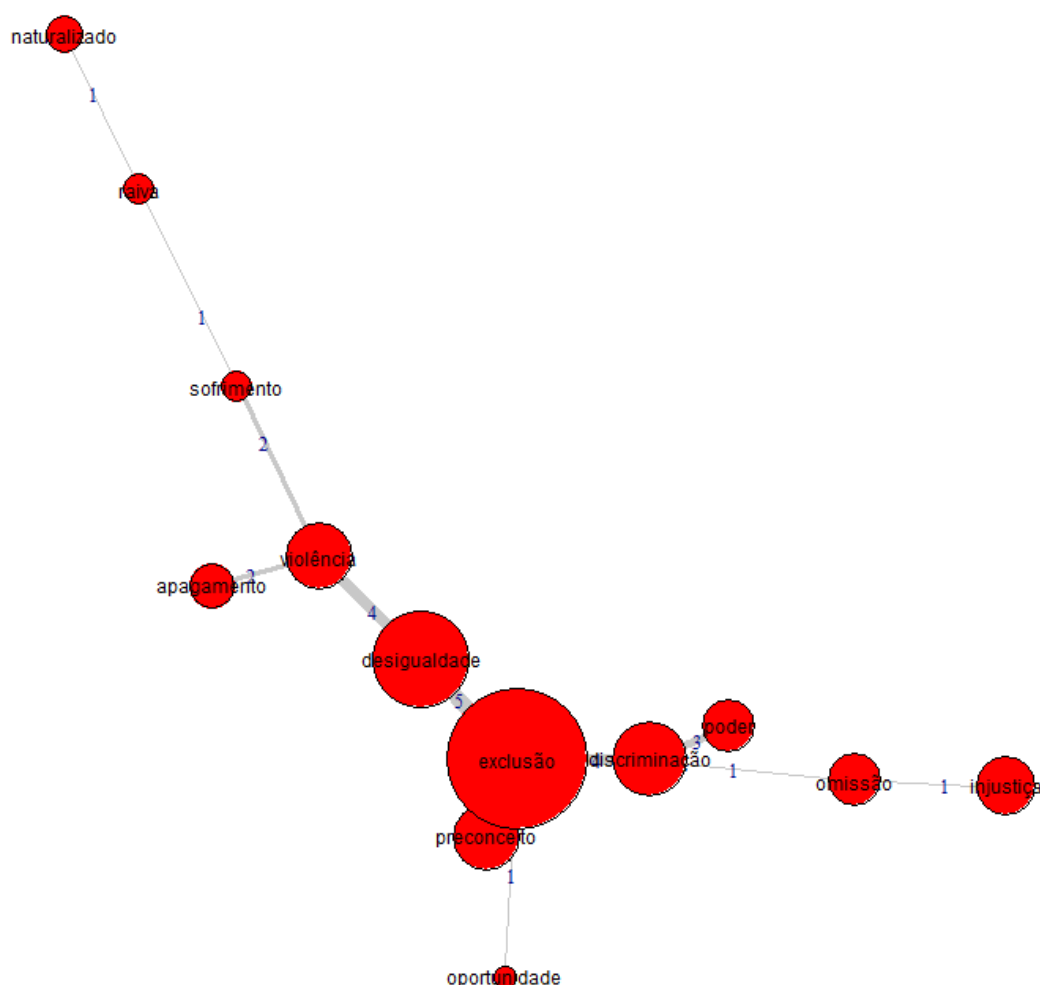
processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender” (p. 97, 2005.).

Quanto aos elementos poder, sofrimento e raiva cabem resgatarmos os pensamentos de Moura (1994) e de Carvalho (2005), respectivamente, já apresentados anteriormente. No tocante ao elemento poder Moura (1994) definiu o racismo enquanto uma ideologia deliberadamente montada, como uma ideologia de dominação, consequentemente, um exercício de poder dos grupos dominadores sobre os dominados, logo, aqui o exercício de poder dos personagens universitário brancos sobre os personagens universitários negros. Já no tocante a sofrimento e raiva, Carvalho (2004) já havia nos salientado que os estudantes negros recebem um tratamento diferenciado dos demais, o que os leva a experimentar um estresse comumente vivenciado por estudantes brancos de baixa renda e por moradores de periferia, no entanto com o somatório do estresse social, sendo afetados por uma crescente sensação de carência de capital simbólico, o que podemos compreender como reflexos diretos do despertar de sensações como sofrimento e raiva.

Análise de Similitude

Uma outra técnica para identificar os elementos de uma representação social obtidos pela evocação de um termo indutor é a análise de similitude. Para compreender como os elementos da representação se comportam no viés desta análise é preciso observar a estrutura da “árvore” que será formada com os termos que foram evocados, e a ligação (similitude) entre eles se dá justamente através das arestas que irão indicar sua conexão. Quanto mais espessa for a aresta entre os elementos, maior o nível de conexão entre os elementos do mesmo conjunto. E quanto maior o traço entre um elemento e outro, maior a sua conexão (Chaves, 2020 apud Marchand; Ratinaud, 2012, Flament, 1985, Pereira, 1997).

Análise de Similitude da questão de evocação do termo indutor “**Racismo Institucional**”



A imagem gráfica da análise de similitude por meio do termo indutor “Racismo Institucional” apresentou exclusão enquanto o elemento organizador de toda a árvore, compondo portanto o núcleo central, já que o que define um elemento enquanto central é a quantidade de ligações que este possui em comparação com outros elementos (Chaves, 2020 apud Marchand; Ratinaud, 2012, Flament, 1985, Pereira, 1997). Desigualdade, discriminação, violência e preconceito seguem fortemente ligados à exclusão e isso pode ser percebido devido a quantidade de ligações destes elementos ao núcleo. Estes são, portanto, os elementos periféricos que fornecem consistência ao núcleo central e apresentam as suas demais características relevantes.

Algumas conexões, no entanto, merecem destaque como a forte ligação existente entre discriminação e poder, que sugere o quanto que para que o ato de discriminar venha a ser realizado haveria o exercício da força, logo, do poder do grupo hegemônico naquele

espaço (a comunidade branca universitária). Discriminação não poderia ocorrer deslocada do exercício do poder. Violência e sua conexão com desigualdade e apagamento também aponta o quanto tais episódios são impactantes e verdadeiramente agressivos à comunidade negra universitária.

Análise de conteúdo

Bardin descreve a análise de conteúdo enquanto um conjunto de técnicas de análise das comunicações que se utiliza de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 2006). Ela tem como objetivo investigar o discurso presente no instrumento utilizado (neste caso, as respostas ao questionário online) para, por fim, compreender as relações existentes entre o conteúdo e os aspectos externos a ele, permitindo a construção de uma análise crítica dos significados das palavras e a obtenção de uma interpretação acerca delas (BARDIN, 2011).

O método se divide entre três etapas principais que categorizam os resultados para identificar mensagens semelhantes, sendo estas: a pré-análise, que consiste na organização e sistematização das ideias iniciais, elaboradas através da leitura flutuante dos conteúdos e na construção de hipóteses; na exploração do material, onde os resultados são identificados e categorizados; e o tratamento dos resultados, que inclui a inferência e a interpretação, onde há a codificação dos resultados obtidos através do material utilizado (BARDIN, 2011).

Realizada a primeira etapa da análise, baseada em leitura, os dados foram codificados com base na repetição de palavras, agrupados em unidades de registro e categorizados.

Análise de conteúdo da questão 1 **“O que você acredita que algumas pessoas pensam sobre terem poucos professores negros dentro da universidade?”**

Categoria	Número de Ocorrências	Porcentagem
Normal/ Irrelevante	25	31,65%
Não é um pensamento consensual	16	20,26%
Falta de oportunidade	12	15,19%
N / A	8	10,13%
Pensamentos hostis	6	7,6%
Problematizam a questão	6	7,6%
Desatenção à questão	6	7,6%
Total	79	100%

As respostas para esta questão foram divididas em categorias escolhidas por critérios de triangulação e repetição de palavras. As categorias escolhidas para categorizar as respostas foram “normal/ irrelevante”, “não é um pensamento consensual”, “falta de oportunidade”, “desatenção à questão”, “pensamentos hostis”, “problematizam a questão” e por fim a categoria de Não avaliáveis, onde estão as respostas que não se enquadraram em nenhuma das categorias ou que foram respostas que não estiveram condizentes com o que foi questionado.

Categoria 1 - Respostas relacionadas a Normal/ Irrelevante

- *Participante 6: “Acho que a maioria nem se dá conta disso! Naturalizam que professores (as) são pessoas brancas!”*
- *Participante 27: “Eles nem devem perceber, pelo menos na minha turma, já q é claro essa separação racial entre dois lados da turma, com um totalmente branco e de classe média alta, e eles nao acham isso nem o mínimo desconfortável.”*
- *Participante 81: “Acredito que consideram essa pauta irrelevante, pois há a falta de consciência de classe.”*

Categoria 2 - Respostas relacionadas a Não é um pensamento consensual

- *Participante 35: “As pessoas racializadas entendem ser um problema estrutural, já as pessoas que não fazem essa visão crítica não olham pra isso como um problema e podem até achar ruim quando uma pessoa negra chega a ser professor.”*
- *Participante 47: “Alguns se indignam. Outros acham comum é normal sem questionar.”*
- *Participante 84: “Acredito que a grande maioria das pessoas não notam a problematica da quantidade de pessoas negras dentro da universidade. Não há questionamento sobre, não há movimentação e, essa atitude, também se dá para os autores estudados. A maioria esmagadora branca, que tanto se fala de negritude e do outro. Por outro lado, acredito que, também, pessoas se incomodam e buscam por mais... ou, como o provável, entram em um complexo de escassez de referencia social e, a partir disso, atitudes como abandono, trancar a matrícula e outras, surgem.”*
- *Participante 59: “Acredito que só quem para pra pensar sobre isso realmente são alunos negros. No meu ciclo de amizades nunca vi alunos brancos levantando esse questionamento inicialmente. Em dois anos e meio de universidade tive 3 professores negros. Uma amiga de farmácia está se formando e só teve 1 na graduação inteira.”*

Categoria 3 - Respostas relacionadas a Falta de oportunidade

- *Participante 29: “Algumas pessoas podem pensar que ter poucos professores negros dentro da universidade é um reflexo do desequilíbrio histórico e estrutural na sociedade, onde as oportunidades educacionais foram injustamente negadas às minorias. Eles podem acreditar que é importante ter uma representação diversificada dentro do corpo docente para que os estudantes se sintam representados e possam se relacionar melhor com os professores, além de promover uma educação mais inclusiva.”*
- *Participante 49: “Acredito que pensam que essas pessoas não tiveram as mesmas*

oportunidades que pessoas brancas.”

- *Participante 62: “Falta de oportunidade, falta de investimento na educação desde a infância, falhas nas políticas públicas.”*

Categoria 4 - Respostas relacionadas a Desatenção à questão

- *Participante 46: “Acredito que muitas pessoas acabam não dando a devida atenção a isso, o que se pararmos pra analisar é algo que deve ser melhorado.”*
- *Participante 9: “Acredito que não observam este fenômeno.”*
- *Participante 3: “Acredito que principalmente para pessoas brancas não seja uma pauta frequente, se esse assunto não fosse abordado provavelmente muitos estudantes passariam a graduação inteira sem notar isso.”*

Categoria 5 - Respostas relacionadas a Pensamentos hostis

- *Participante 19: “Acho que elas pensam que não devem ter muitos professores negros por muitos deles não chegarem a esse nível de instrução e se chegam não escolhem a docencia como carreira.”*
- *Participante 11: “Que este não é um espaço para pessoas pretas, afinal não estão em um contexto de subserviência.”*
- *Participante 75: “Acredito que ainda associem essa presença discreta de professores negros na universidade com o esforço e interesse desses profissionais.”*

Categoria 6 - Respostas relacionadas a Problematizam a questão

- *Participante 26: “Acredito que algumas pessoas compreendam que isso seja reflexo do racismo estrutural do país.”*
- *Participante 14: “Pensam que, apesar de frequentemente lidarem com esse cenário, ele não é desejável e deve ser modificado.”*
- *Participante 68: “Que é uma clara representação de racismo.”*

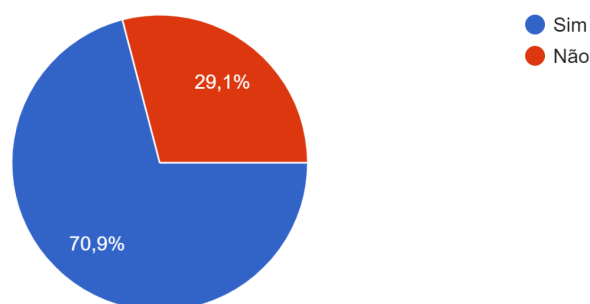
As respostas apontam que, embora muitos dos membros do corpo discente possam até vir a perceber uma certa discrepância existente entre a presença de professores negros e professores brancos, a grande maioria dos estudantes num geral não se atentam a problemática, seja por razões como desconforto, naturalização ou ausência de consciência.

Análise da questão 2 - **“Você já teve disciplinas que abordassem as relações étnico raciais?”**

A questão 2 (dois) demonstrou que a maior parte dos alunos tiveram contato com disciplinas que abordassem as relações étnico raciais, onde 61 respondentes afirmaram terem tido contato com este tipo de disciplina em comparação a 25 de respondentes que afirmaram não ter se deparado com a mesma em sua graduação.

Você já teve disciplinas que abordassem as relações étnico raciais?

86 respostas



Análise de conteúdo da questão 3 - “Caso sim, o que você acredita que os seus amigos pensam ou pensaram sobre terem tido contato com estas disciplinas?”

Categorias	Número de ocorrências	Porcentagem
Relevante	23	45,10%
Desimportante	8	15,69%
Incômodo	5	9,80%
Insatisfação/ Insuficiente	5	9,80%
Não foi consensual (relevante e desimportante)	4	7,85%
Fizeram por formalidade	4	7,85%
N/ A	2	3,93%
Total	51	100%

Categoria 1 - Respostas relacionadas a Relevante

- *Participante 2: “Necessário para ampliar a percepção e não se deixar levar pelo status quo e pela deslegitimação dos recortes sociais, sempre presente e em ascensão desde o último governo.”*
- *Participante 55: “Acredito que acharam de grande importância e que abriu os olhos de*

muitos, principalmente para relações que acontecem dentro da academia e no seu futuro enquanto profissionais e abriu espaço para discussão da falta de aparecimento dessa temática durante o curso, pensando numa formação da área da saúde e como isso faz diferença para a formação de muitos.”

- *Participante 45: “Em relação aos colegas de turma negros, voz. Em relação aos colegas de turma brancos, conhecimento adquirido e desconstrução de alguns pensamentos.”*
- *Participante 38: “As disciplinas etnicorraciais do meu curso são todas optativas, então quem se inscreve está de fato interessado a estudar o tema. Também há a crítica de tais disciplina deveriam ser obrigatórias.”*

Categoria 2 - Respostas relacionadas a Fizeram por formalidade

- *Participante 4: “Muitos fizeram como matéria pra cumprir a grade, basicamente.”*
- *Participante 21: “Uma parte realmente estava integrada e a outra apenas queriam os créditos da disciplina.”*
- *Participante 70: “Algo obrigatório no currículo de licenciatura, em algum momento vão ter que encarar essa disciplina .”*

Categoria 3 - Respostas relacionadas à Incômodo

- *Participante 14: “Penso que àqueles que eram brancos sentiam-se incomodados ao verem o assunto, especialmente não identificando-se com o que era discutido. Quanto aos negros, penso que sentiam-se mais à vontade para interagir na aula, mas também incomodados já que aborda uma perspectiva a qual eles, muitas vezes, vivem empiricamente.”*
- *Participante 35: “Na época meus colegas de sala, brancos, disseram que “já estava demais de falar sobre isso”.*
- *Participante 39: “Estranhamento pois houve mais de um debate sobre raça e privilégio.”*

Categoria 4 - Respostas relacionadas a Desimportância

- *Participante 56: Assunto repetido que não leva a lugar nenhum*
- *Participante 23: Acredito que alguns pensaram que era um conhecimento importante mas outros o banalizaram sob o argumento de que “não se pode fazer mais nada hoje em dia”*
- *Participante 18: Não, a procura é pouca, o assunto é tratado como “extra”, não é visto como essencial pra profissão*

Categoria 5 - Respostas relacionadas a Relevante e Desimportante

- *Participante 9: “Acredito que muitos tiraram proveito do aprendizado proporcionado com estas disciplinas. também acredito que outros podem ter se incomodado.”*
- *Participante 64: “Meus amigos próximos gostaram mas muita gente na turma não gostou e não deu atenção.”*
- *Participante 24: “Os meus amigos pensam que foi de extrema importância e deve ser obrigatória em todos os cursos de graduação. Já outras pessoas não deram a mínima e não notam ou se importam com essas disciplinas.”*

Categoria 6 - Respostas relacionadas a Insatisfação/ Insuficiente

- *Participante 58: “No geral, minha turma demonstrou insatisfação com a forma superficial que foi abordada, também achamos errado uma das únicas disciplinas que discute racismo*

ser optativa e ofertada apenas uma vez por ano e não obrigatória na nossa grade.”

- *Participante 68: “Que é um avanço ainda morno no tema.”*
- *Participante 84: “Acredito que não houve impacto notório. Estudar etnicidade e racismo na universidade se assemelha muito a estudar racismo no fundamental e no ensino médio: não há profundidade. Muito se fala de atitudes grosseiras enquanto racismo, mas deixam de lado como o racismo pode emanar na construção de uma ementa do curso, dos comentários racistas que estão em tom de recreação, nas escolhas das palavras para se referir a algo... Sempre dá a entender que, pelas várias aulas, “Aquilo lá é racismo” e não “Isso aqui é racismo”. ”*

Embora grande parte dos estudantes acreditem que seus colegas consideraram relevante aprofundar seus estudos em disciplinas que abordassem as relações étnico raciais, o que chama a atenção é que, as demais respostas em conjunto apontam majoritariamente para a existência de um desfecho oposto ao sinalizado numericamente pela categoria “relevante”. As respostas relativas a desacordos ou desagradados em relação à temática, ao ultrapassarem a categoria de maior pontuação, expõe a existência de tensões e conflitos significativos que acabam, à primeira vista, sendo encobertos pelos números expostos. A desimportância declarada, o incômodo gerado em uma parcela dos estudantes, a realização da matéria por formalidade e a falta de consenso nas opiniões relativas à importância da temática apontam uma lacuna que pode ser nomeada enquanto uma indisponibilidade daquele público.

Análise de conteúdo da questão 4 - “Ao seu ver, o que a universidade poderia fazer em relação ao racismo institucional?”

Categorias	Número de ocorrências	Porcentagem
Investimento em Letramento Racial	70	53,85%
Investimento em iniciativas/ estratégias institucionais	41	31,54%
Punir aqueles que cometeram racismo	10	7,70%
N/ A	7	5,39%
não sabe	2	1,54%
Total	130	100%

As divisões escolhidas para categorizar as respostas foram “investimento em letramento racial”, “investimento em iniciativas/ estratégias institucionais”, “punir aqueles que cometeram racismo”, “não sabe” e por fim também a categoria de Não avaliáveis (N/A), onde estão as respostas que não se enquadraram em nenhuma das categorias. Cabe ressaltar que as duas primeiras categorias foram constituídas por uma gama de respostas que se aproximavam, sendo o item Investimento em letramento racial (70) composto por respostas relativas à: palestras/ ações (47) ; disciplina obrigatória e reformulação curricular (23); e o item Investimento em iniciativas/ estratégias institucionais composto por: comitê racial (1); posicionamento institucional (14); acolhimento psicossocial (6); contratar mais funcionários.

Categoria 1 - Respostas relativas a Investimento em Letramento Racial

- *Participante 1: “Disponibilizar mais palestras sobre o assunto, transformar relações étnico raciais em uma matéria que possua continuação (étnico racial I, II, III, etc), além de desenvolver mais matérias que abordem esse assunto.”*
- *Participante 6: “Debates abertos e amplamente divulgados com esforços institucionais de agenda pra que todos possam participar. Nenhum evento que faça competição à participação e com OBRIGATORIEDADE a que chefias tomem parte, seja pra entender o que não entendem, seja pra dar exemplo, se já entendem.”*
- *Participante 14: “Criar disciplinas obrigatórias nos currículos de bacharelado e licenciatura que discutam relações etnicorraciais, visando colocar nas cadeiras das disciplinas professores que compunham minorias sociais. Este último é de extrema relevância para que os alunos negros possam se sentir representados e estimulados a, no futuro, quem sabe, também ocupar aquele lugar.”*

Categoria 2 - Respostas relativas a Investimento em iniciativas/ estratégias institucionais

- *Participante 4: “Não dar as costas as denúncias de racismo, articular um comitê de pessoas pretas comprometidas com a causa racial para fomentação de recursos pro uso da lei 10.639/03 em todos os cursos , mudanças em diretrizes regulamentares da instituição que protegem atos racistas e acolhimento psicossocial a pessoas pretas.”*
- *Participante 15: “Pra começar poderiam falar mais sobre o assunto enquanto instituição, deixando visível o posicionamento da UFRRJ contra o racismo. Os professores precisam pensar mais sobre estratégias de inclusão dentro do próprio corpo docente em seus processos seletivos de admissão, mas também, estabelecer medidas de proteção aos alunos, para que*

não sofram mais racismo dentro da universidade e que caso aconteça tenha sua devida punição e os mesmos recebam um tratamento adequado que não os e retivimizem.”

- *Participante 45: “Além de colocar mais professores negros, colocarem pessoas negras em cargos de liderança, representante.”*

Categoria 3 - Respostas relativas a Punir aqueles que cometeram racismo

- *Participante 35: “Os casos de racismo precisam ser registrados e os processos correrem até o final de maneira a punir a pessoa que cometeu o crime de racismo, temos o curso de direito que pode auxiliar nessa questão.”*
- *Participante 55: “Em primeiro lugar parar de tentar incessantemente abafar os casos que acontecem e parar de deixar aqueles que são devidamente acusados e condenados saírem impunes, sejam alunos que, mesmo com casos comprovados de racismo, conseguem se formar ou professores/funcionários racistas que não há nenhum tipo de consequência para seus atos.”*
- *Participante 58: “Acho que além de trazer mais discussões raciais, um problema que vejo muito na universidade são as falas racistas de professores e alunos e estes não sofrem nenhum tipo de punição - ainda mais quando há a famosa discussão de cotas para a entrada na universidade.”*

É curioso que o investimento em letramento racial tenha sido a resposta dada de maneira ampla pelos entrevistados, uma vez que ela é considerada por muitos estudiosos, pensadores, mobilizadores e militantes como uma estratégia a nível micro, com capacidade de atingir o macro a longo prazo. Acontece que a frequência dessas respostas nos remete a um dos caracteres que o racismo tem, que não é um dos seus pilares principais mas que acaba sendo majoritariamente difundido no imaginário social: o racismo individual ou individualista. É uma classificação do fenômeno que estabelece um elo entre racismo e subjetividade, como afirmado por Almeida (2015). Essa concepção, continua o escritor, é compreendida enquanto uma espécie de “patologia” ou anormalidade, sendo visto enquanto um fenômeno ético ou psicológico que assume um caráter individual ou coletivo e que por fim acaba sendo atribuído a grupos isolados, ou ainda sendo considerado enquanto uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções. Acontece que sob este ângulo não seria possível pensar na existência de sociedades ou instituições racistas, mas apenas em indivíduos racistas, que agiriam isoladamente ou em grupo, o que faria justamente com que a educação e a conscientização acerca dos males do racismo viessem a ser a sua principal forma de enfrentamento, já que este estaria ligado ao

comportamento. Acontece que essa tem sido uma das formas mais frágeis, limitadas e carentes de se realizar uma análise acerca do racismo ao longo de toda a história e que por fim ainda ignoraria as maiores atrocidades produzidas pelo racismo que foram respaldadas na legalidade e no apoio de líderes políticos e religiosos (ALMEIDA, 2015). Apontar para a resposta dada pelos alunos com os pensamentos de Almeida contrapondo algumas das lacunas que ela esconde não significa invalidá-las e sequer poderíamos. O intuito aqui é apontar o risco que assumimos de talvez não analisarmos a maneira ampla com a qual o racismo se dá, por meio de dinâmicas institucionais. A estratégia focal ou grupal tem sua importância e eficácia, mas se faz limitada e segue alimentando uma visão individualizante da problemática, como se o racismo fosse uma manifestação isolada e não algo constituinte de todas as nossas relações cotidianas.

As respostas relativas à Investimento em iniciativas/ estratégias institucionais e relativas à punir aqueles que cometeram racismo, por sua vez, cobravam diretamente à instituição por uma maior implicação e mobilização. As propostas como pensar a criação de um comitê responsável por articular e movimentar os casos de denuncia raciais, pensar em processos de acolhimento e inclusão demonstram que a universidade vem falhando ao ver dos universitários com o trato que tem ofertado aos membros negros presentes em seu espaço e que apenas com a elaboração de novas diretrizes é que a mesma poderia começar a “reparar” os danos ocasionados à estes.

RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

(Entrevista online)

Os encontros com os docentes resultaram em 5 entrevistas. Dentre os entrevistados, 3 eram homens e 2 eram mulheres. Suas idades variaram entre 43 anos, 46, 52, 53 e 71 anos (a idade média ficou entre 53 anos). Todos eram cisgêneros. Dois dos participantes se identificaram como negros enquanto os demais se definiram como brancos. Houveram duas pessoas no cargo da docência, outras duas pessoas no cargo de direção e uma pessoa atuando na pró reitoria. O profissional com menos tempo de casa contabilizava um total de 9 anos de serviço, enquanto os demais afirmaram ter 12, 13, 21 e 25 anos de prática na instituição. Visando preservar suas identidades, eles serão aqui descritos enquanto Servidor 1, Servidor 2, 3, 4 e 5 consecutivamente.

A primeira pergunta direcionada aos profissionais foi **“Pensando no contexto universitário, o que você entende por racismo institucional?”**. Suas respostas apontaram

que algumas seriam as problemáticas que acompanham o fenômeno, tais como: despreparo institucional, ausência de corpos negros, abstração/ dissimulação, comportamentos e ações e dificuldade de acesso a universidade.

Resposta que ilustra a categoria Despreparo institucional:

Servidor 1: “Bem, não sei. Na minha visão, o que eu encontro na verdade é que o racismo institucional já começa na configuração do corpo docente, na verdade, né? Quando você tem um corpo docente majoritariamente branco, não preparado para lidar com questões que envolvam raça.”

Resposta que ilustra a Ausência de Corpos Negros:

Servidor 1: “Eu venho de uma época onde na minha faculdade os pretos eram minoria, uma parcela irrisória da minha turma. Talvez fossem uns 3 no meio de 80 alunos. Felizmente esse número melhorou muito nos últimos anos, mas ainda é muito desequilibrado. E que eu acho que agora eu acho que está voltando infelizmente aos números anteriores de branquitude dentro da universidade.”

Servidor 3: “A gente percebe que nós ainda temos poucas pessoas negras. Eu acho que indígenas então contamos em pouquíssimos dedos.. ocupando posições dentro da estrutura institucional. Até mesmo como servidores públicos efetivos. Se a gente avança para os cargos de chefia, de gestão... aí que a gente percebe que há um embranquecimento muito forte ainda. Você não consegue ver (...) Então na verdade o que eu percebo como racismo institucional é quando você está dentro institucional e ele não representa a população. Se nós temos um percentual muito significativo da população que são pessoas negras, nós deveríamos ter mais pessoas negras naturalmente em todos os espaços de trabalho, em todos os níveis. É como eu percebo. Pode ser uma fala bem crua ainda. Eu acho que é isso. Quando a gente se espanta e quando a gente ainda não consegue ver as instituições refletirem a sociedade.”

Resposta que ilustra a Abstração/ dissimulação:

Servidor 2: “Pra mim o racismo institucional é o racismo que não apresenta uma cara, não tem alguém que você possa nomear (...) Carol, é difícil você encontrar o racismo aberto. Hoje já acontece mais isso, primeiro porque tem muita gente atenta às essas questões. Segundo porque tem os mecanismos de novas tecnologias de comunicação e informação que registram. Celulares que filmam e gravam áudio. Então dá pra ver o racismo direto. Mas principalmente por conta da perda de espaço. O racismo perdeu espaço, perdeu legitimidade política e institucional. O racismo perdeu e está perdendo. E aí o nível de reação é muito intenso, né. Porque está se perdendo vários espaços. O racismo institucional funciona de maneira não assumida mas sempre que pode busca se legitimar.”

Resposta que ilustra Comportamentos/ Ações:

Servidor 4: “(...) uma outra questão importante é que nas práticas cotidianas existe a reprodução do racismo, e aí são práticas que se dão nas relações interpessoais. E que na universidade muitas vezes elas acontecem, como elas acontecem no conjunto da sociedade brasileira, que é uma sociedade racista. Então a gente tem no trato interpessoal, na relação interpessoal posicionamentos, ações, atitudes e comportamentos racistas para com as pessoas negras. E na universidade quando isso acontece muitas vezes a gente não tem os mecanismos suficientes de coibir, de proibir, de estabelecer punições.”

Resposta que ilustra Dificuldade de acesso à universidade:

Servidor 1: “Por exemplo, eu estava conversando inclusive ontem com uma amiga minha que estava me perguntando como que era o processo de mestrado da rural, se tinha uma certificação porque alguns programas como o da UNIVERSIDADE X ou da UNIVERSIDADE Y por exemplo pedem uma certificação internacional para fazer mestrado. Tipo... dificultando ainda mais pessoas que não tenham condição de estar fazendo esse tipo de certificação.”

Servidor 4: “Uma são os processos mais arraigados, mais de longuíssima duração, que fazem com que mecanismos se perpetuem e que dificultam ou impedem a participação das pessoas negras na universidade. E participação de que tipo? Que nos processos seletivos, professores e técnicos tenham um desempenho que os permitam estar nesse espaço, passar nos concursos e etc. Que impede ou dificulta que os estudantes possam acessar essas instituições, as universidades. Então nesse sentido eu acho que tem uma longa duração que na realidade é a reprodução do que existe na sociedade de uma maneira mais macro. A sociedade brasileira é uma sociedade que historicamente impediu ou dificultou de todas as maneiras o ingresso dos negros e negras no mercado de trabalho e especialmente no serviço público, no serviço público como servidor público e como usuário do serviço público, no caso, os estudantes.”

Uma resposta dada acerca da compreensão do que viria a ser o racismo institucional chama atenção por contrastar significativamente das anteriores, e por isso merece destaque:

*Servidor 5: Olha, pra te falar a verdade eu nunca senti isso aqui na rural. Aliás, antigamente talvez era mais diverso até a coisa aqui porque vinha gente de todo o país. A rural aplicava vestibular nos diferentes estados do Brasil, então você tinha gente de todas as raças, regiões, uma grande mistura. Tu sabe que eu fui ver essas coisas mais intensas nos ultimos anos? As pessoas se xingando por causa disso? Pois na minha época não existia, eu nunca vi um xingar o outro, tomar partido por conta de raça e cor etc ne. E nós sempre tivemos aqui na rural professores de todas as origens, cores, raças. **Eu até achei estranho a gente ter que partir hoje, sinceramente, para concursos docentes que teve ontem, né.. pra você reservar vagas para professores negros. Nós sempre tivemos.** Eu tenho colegas negros aqui no departamento que entraram e estão ai, felizes da vida, são meus melhores amigos. Então eu tenho notado, não sei se é impressão minha, mas que nos ultimos tempos a coisa tem-se acirrado mais. E eu acho, inclusive, que isso é muito devido ao que a gente tem vivido dos extremismos. **Talvez as pessoas tinham até internamente esses sentimentos, mas não tinham coragem talvez de expor pra fora como depois de ter alguém ai que, achava que podia falar qualquer coisa, à qualquer momento para qualquer pessoa, então com isso começaram a externar esse sentimento, entendeu?** Então eu vejo assim. A rural é muito diversa nisso, né? Eu acho que a gente não tem tanto problema, eu não vejo tanto esse problema. Como eu te falei: **aparecem pontos isolados devido à essa liberdade que se deu hoje pra que as pessoas extremas expressassem a sua opinião.***

As passagens grifadas podem nos levar a pensar que a pessoa entrevistada está revelando um estranhamento e ausência de compreensão acerca da necessidade de implementar medidas reparadoras na instituição no tocante a contratação de docentes. Para o entrevistado, o número de profissionais negros na instituição já se aproximaria do satisfatório. Um outro aspecto a ser observado é a afirmação de que haveria sim uma tensão racial existente na universidade nos últimos tempos, ao ver do entrevistado, e que a mesma poderia ser reflexo de manifestações emocionais que por muito tempo foram contidas, mas que, diante do contexto social e político no qual estávamos inseridos (“devido a essa liberdade que

se deu” - neste momento da realização da pesquisa estávamos diante de um governo conhecido por seu conservadorismo e por seus ataques abertos e diretos às minorias, onde um destes ataques era a própria expressão do racismo, fosse por meio de discursos ou medidas adotadas), as mesmas puderam se manifestar. Tal fala expõe dois componentes das representações sociais: mais uma vez ressalta o caráter de contranormatividade, característica essa que o racismo possui, uma vez que é tido como crime na constituição brasileira, mas também expõe que diante de alterações contextuais talvez alguns elementos representacionais possam se fazer mais presentes ou aparentes, o que também pode ser atribuído ao caráter dinâmico que uma representação pode assumir.

A segunda pergunta realizada foi **“Você já ouviu falar, presenciou ou passou por alguma situação de racismo institucional dentro da UFRRJ?”**. As respostas acabaram sendo bastante heterogêneas, onde dois dos entrevistados afirmaram nunca terem percebido, presenciado ou passado por qualquer tipo de situação de racismo. Dois afirmaram terem ouvido falar, o primeiro por meio dos estudantes do curso no qual ele lecionava, já que, segundo ele, estes estudantes se colocavam ativamente diante destas situações, logo, as informações lhe chegavam desta maneira. A segunda pessoa ouviu falar de diferentes maneiras, nomeando-as enquanto situações informais. Um dos entrevistados, no entanto, foi enfático em sua resposta ao afirmar que o racismo se faz operante dentro do contexto da universidade.

Servidor 2: “Isso é flagrante, né? Quando eu entrei para a UFRRJ tinha havido um caso de uma jovem do curso de X que tinha sido discriminada e ela foi embora para casa e estava ameaçando não voltar mais. Foi preciso colegas do Núcleo Universitário Negro, o NUM conseguirem contato com ela e resgata-la. Ela ficou muito conhecida, inclusive teve um êxito extraordinário, defendeu um TCC magnífico e hoje já é Mestra em educação pelo X da UFRRJ, com um trabalho exuberante que foi aprovado em Dezembro do ano passado. Mas ela tinha tudo para perder porque o racismo institucional foi dessa maneira. Ela foi discriminada pelas colegas, mas rapidamente quando ela denunciou, gritou, chorou, todo mundo veio a abafar. Inclusive o coordenador de curso em 2015 ou 14, é só ver o nome lá, era o coordenador do curso de X, vários professores. E eu mesmo tenho conhecimento até de uma pessoa que aqui não vou citar o nome... eu ouvi direto de um colega: poxa, não se mete nisso não porque você está chegando. Enfim, quando essa moça voltou eu tive a honra dela me escolher como orientador e aí pronto, fomos embora. Então para você ver, colegas meus, gente do maior carinho e consideração que eu aprendi a admirar e respeitar ao longo do tempo que eu vejo que são pessoas boas e fraternas, mas que em relação ao racismo... aí é o racismo institucional. É uma coisa sempre meio mística. Uma áurea sempre complicada, incerta, que torna o racismo, ainda hoje, em alguns contextos para algumas pessoas um tabu. Não se toca, é melhor não falar sobre.”

As respostas dadas a quarta pergunta **“Qual você acha que é a percepção dos servidores acerca do racismo institucional aqui dentro?”** apresentaram alguns aspectos que puderam ser definidos enquanto: ausência de posicionamento/ de implicação, pouco letramento racial ou dificuldade em lidar com a questão, a impressão de que os servidores negros seriam mais conscientes enquanto os servidores brancos estariam suspensos em relação à temática, que haveria uma espécie de incômodo, desinformação e racismo mascarado sendo praticado pelas pessoas brancas frente ao processo de equiparação de pessoas negras no sistema institucional e que por fim isso resultaria numa maior dificuldade em implementar políticas voltadas ao corpo universitário negro, uma vez que tais políticas seriam geridas por pessoas brancas.

Resposta que ilustra a Ausência de posicionamento/ de implicação e Pouco letramento racial ou dificuldade em lidar com a questão:

Servidor 2: “Entre os servidores o racismo institucional faz um estrago imenso. Também muitas vezes entre servidores negros e negras porque já conquistaram o seu espaço e com isso vem o medo de perder a postura, porque “pra mim, eu já venci o racismo”. Alguns dizem “não, eu nunca vi racismo!” e com isso se escondem. Mas hoje já não é majoritário. Já foi. Era quase absoluto. “Venci o racismo, não quero saber, estou aqui e tem que me aturar”. Outros dizem “nunca sofri racismo, não quero saber disso”, vivem se escondendo a vida inteira. Esses a maioria já se aposentou. Do meu tempo, os negros e negras já raríssimos naquela época. Hoje não, tem muitos negros e negras enquanto servidores e técnicos num geral que a maior parte diz “não quero saber disso porque não tenho a ver com isso”. Porque isso também implica em uma postura existencial, postura para a luta, sabe? E isso exige um outro nível de consciência que é a consciência social e não apenas a consciência individual (...) Mas a maioria ainda tem muita dúvida, dificuldade em lidar com a questão racial quando estamos falando entre os técnicos.”

Resposta que ilustra os três pontos observados, tanto que os servidores negros seriam mais conscientes enquanto os servidores brancos estariam suspensos em relação à temática, havendo uma espécie de incômodo quanto desinformação e racismo mascarado sendo praticado pelas pessoas brancas frente ao processo de equiparação de pessoas negras no sistema institucional; a maior dificuldade em implementar políticas voltadas ao corpo universitário negro; o fato das políticas serem geridas por pessoas brancas :

Servidor 3: Eu acho que ai entra muito a questão do lugar de fala, né? Porque se você conversar com um servidor negro fatalmente ele vai ter essa análise. De que tem poucas pessoas, de que não reflete. Se você pegar uma sala ai, um setor com 10 servidores é bem possível que, de uma maioria de 10, você tenha 3. Então eu acho que se você falar com um servidor negro ele vai perceber que ele não está sendo representado dentro dos espaços. Agora se você falar com um servidor branco, dependendo da cabeça da pessoa ela não vai nem parar pra pensar nisso. Não é algo que ela costuma refletir. Então assim... eu me sinto menos entristecida quando a gente começa a perceber que quando o tema é trazido a uma discussão e as pessoas têm boa vontade de ouvir, elas saem com a mente transformada. Eu participei lá em 2012 sobre a discussão das cotas na Rural. E eu ouvi coisas horróricas. “Aaah, vai por 50% de cota para a Rural? Vai acabar com a Rural!”. E as vezes era bem difícil. Eu sou originariamente da Y, que é um curso que hoje é totalmente transformado. O perfil

social da Y mudou de uma maneira que eu não sei nem te dizer. Alguns professores de lá que eram bastiões daquele modelo anterior falaram horrores! Que a universidade iria acabar. E é óbvio que nada disso aconteceu, muito pelo contrário. Nós temos estudantes que despontaram absurdamente, contra todas as dificuldades que encontraram, tanto estudantes de cota de renda quanto de cota racial. E aí há pouco tempo a gente tava no CEPE discutindo a deliberação de cotas para o concurso docente e uma amiga depois veio conversar comigo no privado e falou: “olha, eu estou muito desconfortável. Eu sei que você é uma pessoa muito séria, mas cara...se ele chegou ali naquele ponto, então já equilibrou, já equiparou. Então por que que vai ter cota?(...) E o ruim é que a política para o negro... ela passa pelo branco. Porque pra gente poder implementar essa política na universidade a gente teve que convencer o SER/ CER. E quantas pessoas negras tinham naquele SER/ CER. Então aí começa a ficar mais claro.”

Em relação à pergunta **“Qual você acha que é a percepção dos docentes ?”** uma das respostas reafirmou os docentes negros estariam mais conscientes acerca da problemática, enquanto os docentes brancos se ausentam da mesma, houve resposta que apontou que os docentes num geral lidam com dificuldade com a questão e que também haveria também resistência. Algumas ilustrações:

Servidor 2: “Entre os professores, com todo carinho e respeito que merecem os colegas, e merecem, porque eu lido com o máximo possível de respeito... mas é uma dificuldade muito grande entre professores (...) Então entre professores está mais difícil, sabe.”

Servidor 3: “Tinham docentes muito resistentes. Um docente que não aguento isso dentro dele e ele vazou isso. Ele vazou o preconceito dele “AAaah, mas é um absurdo. Que o primeiro colocado não vai entrar...”. Que será favorecido um outro grupo de pessoas. É a quebra da lógica que o favorecimento é sempre pra mim. Se eu te disser que não vai haver grito quando os processos de concurso docente começarem a ser colocados... eu acho que vai sim. Vai haver desconforto.”

Quando perguntados acerca dos discentes, na questão **“Qual você acha que é a percepção dos estudantes?”** todos os entrevistados afirmaram categoricamente acreditar que seria esse o grupo mais mobilizado e consciente acerca da questão. Uma das respostas capaz de sintetizar todas as falas apresentadas:

Servidor 1: O discente chegou para incomodar o bagulho, na verdade. A briga vem do discente, não vem do docente. Na verdade é: você está em uma instituição e a instituição é cristalizada. Quando você vira professor você joga o jogo. E o discente, felizmente, com todas as políticas de entrada de mais alunos negros fez com que o discurso começasse a ser pautado. Coisa que antigamente... isso era muito pouco tocado. Mas na minha opinião particularmente a luta vem do corpo discente que coloca as argumentações do que deve ser mudado dentro do ambiente acadêmico. Eu acho que é daqui que começa e daí que as coisas vão mexer, porque o corpo docente é cristalizado.

A sexta pergunta, estruturada como **“Ao seu ver, o que podem pensar ou em que acreditam as pessoas que cometem atos racista ou que compactuam com o racismo institucional?”** apontou que um dos entrevistados acredita que as pessoas que cometem ou

compactuam com o racismo institucional se respaldam no argumento de serem produtos do aprendizado obtido a partir de seu contexto histórico, logo assim, acabariam por reproduzir as ideias e comportamentos do tempo no qual estariam inseridos, dois outros entrevistados defenderam que tais pessoas devem acreditar na existência da superioridade racial. O quarto entrevistados nomeou tais pessoas enquanto sujeitos que compactuam com as ideias do ex governante do país, enquanto o último entrevistado defendeu que quem compactua com o racismo poderia inclusive apresentar algum tipo de desordem psicológica (opinião sensível, mas compreensível e cabível, que posteriormente será melhor explorada a partir de alguns referenciais teóricos).

Resposta que ilustra a Argumentação do contexto histórico:

Servidor 1: O que fica pra mim ainda é o discurso eterno do: eu fui criado assim, antigamente era assim e ninguém tinha essa frescura, a gente podia brincar com as pessoas e ninguém se incomodava, essa é uma geração do mimimi. Que a pessoa foi criada em uma época em que não tinha problema falar isso.

Respostas que ilustram a crença na superioridade racial:

Servidor 3: Poxa vida... é difícil, né. Eu acho que elas acreditam na superioridade de alguma forma. Pra mim só pode ser isso. Acreditam de alguma forma. Que elas tem aquele direito de estar naquela posição melhor do que a do outro, elas realmente acreditam que o fato delas serem de uma determinada raça as torna... eu não sei. É difícil.

Servidor 4: E há as outras pessoas que sabem que estão cometendo e que optam por isso. Que aderem à uma ideologia racista e portanto tem práticas racistas que são resultado dessa ideologia. Eu acho que essas pessoas são a minoria, na universidade e até na sociedade. Pessoas que explicitamente sabem o que são os atos racistas, o que é o racismo e aderem a isso porque compartilham dessa ideologia. Essa é a minoria, mas eles existem

Resposta que ilustra que sujeitos que compactuam com as ideias do ex governante do país compactuam e reproduzem racismo:

Servidor 5: Olha, vou ser bem sincero pra você... desculpa, mas eu tenho usado esse termo pra definir muita coisa: pra mim são sujeitos Bolsonaristas.

Resposta que ilustra uma Desordem Psicológica:

Servidor 2: É um reflexo, um nível de consciência social, histórica, política. É um magma, um monte de coisas... e aí entra uma coisa fundamental, sabe, Carol.. que eu não costumo comentar. Só comento no corredor, que é algo que não é propriamente científico nessa lógica da ciência materialista, né? Que exige provas, que exige fundamentação, que é racional. Eu penso em termos holísticos que é mais fácil de se tocar essa questão e dizer que, são pessoas que de alguma forma, não

que tenham algum desvio, psíquico, ou coisa do tipo. Eu imagino que de alguma forma até possa ter, né. Pessoas doentes, mentalmente doentes, prejudicadas

A evocação da palavra “desvio”, dos termos “pessoas doentes”, “mentalmente doente” e “prejudicadas” pode gerar um grande estarrecimento e receio aos leitores. Isso se faz compreensível, primeiramente porque o aspecto verbal dessas palavras e termos pode aparentar ter uma intenção agressiva, violenta, estigmatizante e ainda patologizante, diante dos tempos nos quais nos encontramos. Mas convido-os a fazer um exercício mais minucioso sobre o emprego destas expressões e a considerá-la por meio do viés relativo à sanidade, ao que escapa do racional. E é este o caminho que a branquitude exerce: uma fuga da racionalidade e realidade palpável. Para desenvolver melhor tal afirmação, vou recorrer tanto ao estudo realizado por Guerreiro Ramos (1955) quanto aos estudos realizados a partir do viés de uma psicologia conscientemente racializada que esquadrinha os impactos da colonização mental nos grupos.

Guerreiro Ramos, ao desenvolver a escrita da *“Patologia social do “branco” brasileiro”*, se pautou nos conceitos de normal e patológico baseado nos pensamentos de Durkheim (1950 apud RAMOS, 1955). Segundo este, para definir se um fato social seria normal não bastaria observá-lo sob a forma que ele se apresenta na generalidade das sociedades que pertencem a determinada espécie, seria preciso ter cuidado em considerar a fase correspondente a sua evolução. Um fato social não poderia ser dito enquanto normal para uma determinada espécie social senão em relação a uma fase igualmente determinada de seu desenvolvimento. Toda sociedade passaria ainda por momentos definidos por Durkheim enquanto momentos de transição, momento este em que o todo estaria em transformação sem ter se fixado definitivamente em uma nova forma. Logo, o que até então era compreendido enquanto normal, passa a pertencer ao passado. Se as condições que, em um determinado momento, fizeram um fato social ser tido como normal, não persistem ainda no presente, se estas condições mudaram ou estiverem em mudança, a persistência pela manutenção de algumas de suas ações poderia ser compreendida enquanto uma anormalidade ou patologia.

Compreendendo isso, façamos um breve retorno ao contexto brasileiro: Ramos ressalta que nas condições iniciais de formação do nosso país, a desvalorização estética, da cultura e do conhecimento negra, a subalternização e desumanização de pessoas negras era a norma, compreendida enquanto normal. No entanto, os tempos haviam mudado e as normas também. Mas Ramos ainda acreditava que estaria presente nas condições da sociedade brasileira aquilo o que ele chamaria de patologia social do “branco” brasileiro. Essa patologia

consistiria justamente em uma negação à sua mestiçagem originária, a um afastamento de qualquer coisa que remetesse a outra forma de existência que não à branquitude. De certa forma, isso seria um protesto contra si próprio, contra a sua condição étnica objetiva.

Partindo para o viés da psicologia conscientemente racializada, irei expor inicialmente o porquê da escolha por essa expressão. Segue sendo um hábito estratégico não racializarmos as pessoas brancas, o que faz com que sigamos direcionando o nosso olhar apenas para o impacto que a colonização mental causa nos demais grupos raciais. Uma psicologia conscientemente racializada expõe que o elemento, a marca e os conflitos raciais sempre se fizeram presentes dentro do fazer científico da psicologia, mas que vinham se ausentando de tratar a todos enquanto sujeitos racializados inclusive como uma forma de manutenção da lógica vigente (uma psicologia branca que dissecava à outros povos como se apenas estes fossem passíveis de estudo). Porém, se faz urgente destacar que os sujeitos brancos não saem ilesos à colonização mental paradoxalmente gestada por eles próprios. Cardoso (2008) salientou que o primeiro traço percebido nestes sujeitos é a supervalorização ilusória. Segundo o autor, as pessoas que se consideram brancas ou que são consideradas como tal e que aceitam acriticamente todos os privilégios oferecidos pela sociedade colonial - moderna vivenciariam esta condição. E este lugar social construído sócio - historicamente cria barreiras que os impedem de reconhecer outras formas de ser e de viver no mundo tão humanas quanto a deles. Neste jogo desigual de poder, Memmi (2007) coaduna com Cardoso e refina que o próprio ato de desumanizar os demais e se por enquanto a referência faz com que a branquitude seja interdita de reconhecer a sua própria humanidade. Por fim, Jensen (2005) contribui afirmando que a degradação e a depravação geradas pela branquitude se dão em virtude de uma crença insana de que se pode encontrar sentido na vida pelo simples fato de estar no topo de uma hierarquia racial. Logo, a afirmação feita pelo servidor se faz compreensível se pensarmos que, em termos sociológicos, há um padecimento de caráter social por parte da identidade branca brasileira ao cometer atos racistas, pois a mesma compartilha de uma crença delirante (delirante aqui adotada enquanto compreensão de uma visão distorcida da realidade) de superioridade responsável por causar danos materiais e psicológicos as demais raças.

A sétima pergunta **“Qual você acredita ser a opinião ou percepção das pessoas que sofrem racismo institucional dentro das universidades?”** expôs a percepção de sensações relativas à exclusão e não pertencimento, impactos subjetivos, impotência, desconhecimento da violência a ser vivida e sofrimento. Com exceção do tópico relativo ao desconhecimento,

as demais respostas estiveram em consonância com muitas expostas pelos discentes que responderam ao questionário online, o que nos leva a crer que grande parte do corpo acadêmico percebe que o racismo causa impactos danosos às suas vítimas.

Servidor 1: “acho que quando acontece isso dentro da universidade só reforça o discurso de que ali é um lugar elitizado, de que algumas pessoas não deveriam estar ocupando aquele espaço (...) quando essas situações acontecem é uma legitimação de que você está no lugar errado ainda, de que isso aqui não é pra você. Eu acho que essa seria a leitura que eu faria se acontecesse isso comigo dentro da universidade porque é a leitura que eu fiz quando isso aconteceu comigo em outros ambientes.

Servidor 2: “A reação ao racismo é mesmo uma coisa da subjetividade, da existencialidade de cada pessoa. Eu penso isso. Há pessoas que mesmo tendo sido acusadas, mesmo sabendo, não conseguem reagir, sofrem. Agora, tem pessoas que é o contrário ne. Que quando vêem o racismo de frente já pulam com tudo e vai pra cima. Aí eu acho que tem a ver com essas últimas gerações que conseguiram ter um salto de qualidade no enfrentamento do racismo”

Servidor 3: “Eu acho que é uma sensação de impotência.”

Servidor 4: “Então eu acho que tem muita gente que sequer sabe. Agora tem muita gente que sabe que esse racismo institucional existe, que vivem isso, que sofrem com isso, porque gostariam que a instituição fosse diferente, gostariam de alcançar esses espaços de poder, de decisão.. e sabem que a sua cor e sua raça são fatores importantes para impedir o seu acesso. E essas pessoas que sofrem, quando elas sofrem atitudes mais explicitamente racista, muita das vezes são aquelas que vão denunciar”

Servidor 5: “Eu acho que as pessoas sofrem muito com isso. Sofrem muito com isso. Eu acho que é isso. Não sei o que falar.”

A oitava pergunta foi relacionada à atuação institucional, **“Como você avalia a postura da universidade diante destes casos?”**. As respostas recebidas foram

Servidor 1: “Praticamente nada é feito, assim... vamos combinar, ne? Não só o racismo, racismo dentre outras coisas. Mas racismo principalmente, né.”

Servidor 2: “Como que eu vejo a parte da institucionalidade funcionando? Está funcionando na pressão. Porque é isso, né? É um espaço de poder.”

Servidor 3: “Por sua vez, a universidade, eu acho que ela demorou até um pouquinho a tomar.. a universidade instituição agora.. sem pensar na classe dos técnicos e etc.. nós vamos ter historicamente o primeiro concurso em que nós temos as vagas reservadas para negros e deficientes. Entendeu? E isso já é uma coisa que vem de cinco, dez anos atrás, correto? A instituição demorou para tomar essa decisão. Demorou pra começar a tomar as suas atitudes. Hoje a gente já tem algumas deliberações que tratam do assunto, nós temos condições hoje de punir um estudante, técnico ou professor que venha a causar um problema disso com alguém, mas até então a gente não tinha. Pra ter justiça nós tínhamos que sair do âmbito da universidade. Hoje nós podemos fazer justiça dentro da universidade. Mas como eu te falei: demorou.”

Servidor 4: “Eu acho que a universidade mudou muito nos últimos anos. Eu acho que historicamente como instituição a gente tendia ou a ignorar ou a por panos quentes no sentido de não assumir que isso existe dentro da universidade. E eu acho que essa era a postura mais geral da sociedade. E aí com essa mudança societária, dos casos virem à tona, dos casos realmente aparecerem, mais pessoas que sofrem racismo começaram a fazer as denúncias... então eu acho que com isso a gente cresceu como instituição.”

Agora uma das respostas chamou a atenção e precisa de maior visibilidade pois ela delineia como se dá o processo de denúncia de racismo dentro do âmbito universitário, processo esse que muitas vítimas ou estudantes e servidores mobilizados por vezes tem dúvidas acerca da execução e também da eficácia. A fala expõe os empecilhos institucionais a serem enfrentados. Segue:

Servidor 3: Então as duas situações que eu fiquei sabendo me parece que viraram processos. Mas aqui a gente tem um problema que não é exatamente da rural, mas é uma questão de serviço público. Ao mesmo tempo em que a lei 8112 dá uma lista lá de deveres e direitos e que a gente estabeleceu uma deliberação de discente, a efetiva punição é difícil de ser atingida. Não sei te dizer.. porque esses trâmites correm em sigilo e eu não tenho noção de quais foram as consequências. Mas muitas vezes a gente não consegue fazer exatamente aquilo o que a gente gostaria por impedimentos legais mesmo. Isso é uma coisa dura no serviço público. As vezes é duro! Você sabe que aquela pessoa agiu mal, você tem testemunho mas algum embaraço legal te impede de chegar... então assim, eu não saberia te dizer como a rural se posicionou do ponto de vista do processo (...) Eu vivi na Y (curso) até 2022 desde que eu entrei aqui. Nós tivemos todas aquelas questões de fraudes de cotas raciais. Muito diferente do que as pessoas diziam a gente não queria passar pano pra ninguém. Mas nós tínhamos o tal embaraço legal que eu te falei. Porque, por exemplo, as pessoas queriam: aah, a aluna lá foi indiciada na fraude das cotas. Aí ela frequenta o grupo x e ela tem uma bolsa. Eles esperam que a gente tire ela dali. Mas a gente não pode! Enquanto o processo não termina e ela não é sancionada no processo eu não posso ir lá e aleatoriamente, intempestivamente, arbitrariamente falar: óh, você vai sair daqui, vai ser expulsa disso aqui. Isso não pode ser feito. E aí as pessoas confundem isso. Acham que é passar pano, mas não é. Eu não posso tomar uma medida de sancionar ninguém, em nenhum aspecto, no ambiente público, com base em um indício. Eu tenho que ter a comprovação. Então isso foi uma coisa que a gente viveu muito, das pessoas chegarem e falarem assim: aaah, mas a Y (curso em questão) está fazendo o que? Então, a Y está aguardando a Pró-Grade fazer os PDD's (Processo Disciplinar Discente) pra que nós pudéssemos saber com o resultado do PDD se o aluno ia ser expulso, se tinha alguma coisa que ele perderia o direito. Nós não poderíamos simplesmente ir lá na Y tomar uma decisão. E isso é uma coisa que eu acho que a gente precisa deixar claro como lida. Porque as vezes a rural recebe o rótulo que não é realista. E olha que eu estou te falando isso com muita tranquilidade. Porque é óbvio: se você sabe que o cara é assediador você quer que ele vá preso. Se você sabe que o cara é um fraudador você quer que ele perca o direito. Mas é preciso entender que existe esse embaraço legal. Então, até onde eu sei a universidade não agiu com leniência. Agora foi uma loucura porque foram denúncias feitas no meio da pandemia, foram processos que muitos se perderam por conta do prazo legal. E aí algumas pessoas perguntam: por que não foi mais rápido? Porque não dá! Porque é uma loucura a vida da gente. As vezes eu chego aqui e você tem um PAD (Processo Administrativo Disciplinar). “Aaaah, eu vou falar com a pessoa X.” Não, não pode! “Aaaah, pessoa Y”. Também não pode. As vezes a gente leva meses pra conseguir formar uma comissão. “Aaaah, mas qualquer servidor público é obrigado a fazer PAD”. Tá, mas se eu colocar na mão de um cara que não queira, que não tem expertise, que não queira fazer.. então se eu for punir um docente, técnico ou servidor por racismo eu tenho que ter um PAD. Se eu for punir um aluno, eu tenho que ter o PDD. Um desses processos eu tenho que ter. Ele tem que ser considerado culpado. Ele tem que ser considerado realmente condenado nesse processo pra receber sanção. E nisso pessoas que nunca fizeram esse trâmite elas não entendem. E elas acham que a

universidade pode arbitrariamente fazer algo. “AAAah, o aluno entrou em uma sala de aula, foi racista com um professor... ele tem que ser expulso!”. Ele tem que ser expulso, mas ele tem que passar por um PDD. “Aaah, um professor...”. Tem que ser expulso! Mas tem que passar pelo PAD. E é esse embaraço das regras dos processos. Porque uma coisa é você falar assim: você vai na delegacia e presta queixa de uma situação. Como é que funciona: a delegacia tem que acatar a sua queixa, tem que formalizar e vai abrir um inquérito. Qual é o papel dos policiais e delegados? Eles estão ali pra receber queixas, abrir um inquérito e tendo uma fundamentação que é encaminhar para a justiça que está lá pra isso. Agora a gente está aqui para abrir PAD e PDD? Não. Então esses processos são custosos. Eu tenho que conseguir pessoas que queiram, com expertise e conhecimento, fazer estes processos. Pra além de tudo o que elas fazem. Eu tenho que conseguir um professor que queira, pra além da sala de aula e pesquisa, conduzir um PAD. E se ele não for uma pessoa com experiência pra fazer isso bem feito o que que ele vai fazer? Ele pode se embananar na estruturação e impugnar. E perder. E aí se ele anula o processo, o que que acontece? O meu prazo legal foi pro espaço. Que é o que a gente mais tem, tá? Vamos dizer que a gente abre um processo e aí vai pra mão de um professor e um professor se embola todo, não consegue fazer aquilo no prazo... aí quando vai ver, se eu abrir uma nova comissão eu já perdi o prazo legal para punir aquela pessoa. Então isso é uma coisa que a gente precisa pensar... porque as vezes a rural recebe um rótulo de que ela não quer apurar e não é exatamente isso. Eu não estou justificando. Eu estou esclarecendo como que funciona nos bastidores.”

A fala anterior é de suma importância para a informação e conscientização. A instituição conta com um sistema de denúncias estruturado e rigoroso, no entanto, o que podemos concluir é que há uma lacuna entre as normas e sua aplicabilidade. E esta lacuna se dá tanto por despreparo profissional quanto por ineficácia na organização e gestão dos processos, o que nos leva a crer que muitos dos casos são perdidos por acúmulo que resulta em sobrecarga de responsabilidade institucional ou até mesmo falha humana.

A penúltima pergunta foi estruturada da seguinte maneira: **“Você teria alguma opinião sobre o que a universidade poderia fazer para prevenir o racismo institucional? Gostaria de falar algo mais sobre a temática?”**. As respostas apresentadas se dividiram entre a crença na necessidade da criação de uma comissão específica para lidar com essa questão de maneira mais direta, com pessoas instrumentalizadas e que priorizassem esses casos; a efetividade da punição para as pessoas que cometeram ou cometessem racismo dentro da instituição; adoção de iniciativas de acolhimento voltadas aos representantes estudantis; a institucionalização da discussão entre os professores, técnicos e servidores; a necessidade de seguir propagando a temática; e por fim a construção de um programa institucional de longa duração, aprofundado e voltado ao letramento racial de todos os servidores da universidade.

A última pergunta direcionada aos servidores buscou compreender se os mesmos tinham conhecimento acerca da Comissão Permanente da Política Institucional pela Diversidade, gênero, etnia/ raça e inclusão (CPID) da UFRRJ (**“Você já ouviu falar na Comissão Permanente da Política Institucional pela Diversidade, gênero, etnia/ raça e**

inclusão da UFRRJ?”), iniciativa que surgiu no ano de 2023 e que tem enquanto coordenadoras as professoras Joyce Alves, pró-reitora adjunta da Proaes, e Diana Ramos de Oliveira, docente do Instituto Três Rios (ITR). Dois dos entrevistados não haviam ouvido falar, os outros três tinham conhecimento acerca da proposta. Inclusive, dois deles já haviam participado de alguma maneira.

Servidor 4: Sim sim. Eu tive o prazer, a honra e alegria de estar. Eu sou membro do conselho universitário, porque sou diretora, né. E eu estava no conselho universitário que aprovou essa política, né. Então eu acho que foi um momento histórico na nossa universidade e acho que as ações que essa comissão tem promovido desde que foi instaurada, eu acho que tem sido muito importante, né.

Servidor 5: Sim, eu até.. se não me engano, sou suplente nessa comissão. Teve um momento em que a Joice me chamou. E eu acho que é um trabalho que ela está fazendo que é fantástico. Porque entram aí todas as minorias ou todos os oprimidos, eu não sei qual que seria o termo certo, né. Mas eu apoio e participo toda vez que eu posso das discussões sobre o assunto.

Findada a análise de todas as entrevistas, é importante resgatarmos o objetivo da pesquisa em questão. O estudo tinha como finalidade identificar as representações sociais sobre o racismo institucional universitário a partir da perspectiva dos discentes, e servidores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O ponto de partida, portanto, era que haveria a possibilidade do racismo institucional se fazer presente dentro do contexto da UFRRJ e que o mesmo tinha representações sociais que eram compartilhadas por seus membros. No entanto, ao tratarmos sobre uma pesquisa, precisamos considerar a possibilidade da hipótese inicialmente levantada vir a ser refutada durante a própria investigação. Pois, assim como Sá (1998) evidenciou e foi descrito anteriormente, mas cabe aqui retomar, nem todo objeto que nos circula é detentor de uma representação social, para tal, é preciso que este possua “relevância” e “espessura social”, o que equivaleria a estar implicado de forma consistente, em alguma prática de um determinado grupo, o que faria com que a representação estivesse incluída não só na conversação como na exposição aos meios de comunicação de massa (SÁ, 1998). Acontece que como resultado, a pesquisa num geral pode nos mostrar que não só o racismo institucional se faz presente dentro da instituição, está implicado de maneira consistente entre as práticas e trocas do grupo universitário como as respostas dadas tanto pelos discentes quanto pelos servidores acabaram coincidindo nos mais variados graus. As representações sociais acerca do racismo institucional são compartilhadas por ambos os grupos, embora os termos que se conectam possam ter aparecido diante de perguntas distintas.

No caso dos servidores, mais especificamente, foi notório que a aparição dos

elementos centrais das representações se deu na medida em que a implicação direta do respondente foi diminuída por meio da técnica de Substituição, como o esperado. Talvez suas respostas também tenham sido as que melhor ilustraram a contranormatividade e a zona muda das representações do racismo institucional, apontando que este existe, mas não se mostra por inteiro. A aplicação da técnica de Evocação Livre com os estudantes foi o que permitiu uma maior exposição do caráter nocivo e violento com que o racismo institucional age, e isso pode ser percebido a partir das palavras evocadas, como exclusão, desigualdade, discriminação e violência. Em ambos os grupos as respostas mostraram que os entrevistados acreditavam que os membros que compõem o corpo universitário da UFRRJ apresentam um déficit, lacuna, ausência de conhecimento ou de interesse com as questões raciais que permeiam a instituição. Os discentes apontaram isso ao longo de suas respostas abertas, já os servidores em perguntas relativas aos demais servidores e professores. As perguntas que pretendiam compreender a postura dos discentes da instituição em relação ao tema desencadearam respostas em ambos os grupos que apontaram este público seria o que teria maior engajamento e disponibilidade com a pauta, ainda que tenha sido percebida uma inconsistência de respostas na *Questão 3* do questionário aplicado aos discentes (*“Caso sim, o que você acredita que os seus amigos pensam ou pensaram sobre terem tido contato com estas disciplinas?”*).

As entrevistas também permitiram que um outro ponto, ainda que de maneira sutil, pudesse ser observado: o caráter polimórfico que o racismo adota. Os servidores narram que ao longo de sua atuação puderam acompanhar avanços e estratégias adotadas tanto pela academia quanto pelos seus membros no combate ao racismo, no entanto, suas falas também expuseram que os tempos históricos e políticos por si só permitem que o racismo se reorganize, o que faz com que ele exponha suas engrenagens de maneira mais escancarada ou velada. Tais constatações nos permitem concluir que nenhum dos direitos dos sujeitos negros estão assegurados. São voláteis a partir do contexto e a universidade não escaparia de tal fato.

Um outro fator é que, apesar de serem servidores da instituição, sua percepção acerca da postura e da ação da universidade frente o combate ao racismo institucional não diferiu das opiniões dos discentes. Ambos os públicos, de maneira categórica, acreditam que a universidade precisa aprofundar o letramento racial, que a mesma conta com a ausência de corpos negros em sua constituição, age de maneira dissimulada e omissa, necessita da criação de um comitê que se encarregue diretamente das demandas raciais e que as punições frente aos casos de racismo institucional devem ser mais efetivas. Porém, paradoxalmente a isso, nos chama a atenção o fato de que, as respostas dadas por ambos os grupos majoritariamente

reforçam a necessidade de investimento em estratégias mais focais (como palestras, seminários e espaços de reflexão). Isso acaba recaindo sobre a noção do racismo individualizante - ainda que a intenção dos entrevistados possa não ter sido esta - o que faz sentido, uma vez que o racismo enquanto desvio de conduta ainda é um pensamento social amplamente compartilhado. O perigo desse pensamento, por sua vez, é que ele acaba sutilmente abstando a instituição de sua agência, como se o fenômeno existisse apenas devido às ações e pensamentos das pessoas que circulam por aquele lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elaborar estudos voltados às relações étnico raciais e suas implicações dentro do território brasileiro num geral requer tato, um olhar aguçado, sensível, um vasto embasamento teórico, determinadas doses de coragem e a adoção de estratégias de auto preservação para aqueles que o realizam, ainda mais quando estes têm familiaridade com a temática e não só, quando para além disso são atravessados diretamente pelo fenômeno e seus desdobramentos - como o caso da pesquisadora em questão. Quando o estudo busca se aprofundar nas dinâmicas do racismo dentro de um determinado meio, como o universitário, por exemplo, o processo de pesquisa pode se mostrar ainda mais árduo, pois alguns obstáculos são percebidos.

Algumas percepções e questionamentos devem ser levantados nesta sessão de considerações. A pesquisa, como ilustrado anteriormente, teve seu início dentro do contexto pandêmico, o que levou à predileção por realizar tanto o questionário quanto às entrevistas de maneira virtual. No entanto, diferentemente do esperado, houve uma baixa adesão no tocante à participação da mesma. Haveria isso acontecido devido à mostra ser limitada (apenas pessoas que estivessem vinculadas à instituição poderiam participar do questionário online)? Havia um cansaço oriundo do isolamento forçado da pandemia, que nos levou à exposição excessiva às telas, e isso teria feito com que muitas pessoas não quisessem participar da pesquisa? Ou seria o fato do racismo, aqui em específico, o institucional, poder ser considerado uma questão espinhosa? Apesar disto, a concretização da mesma não foi inviabilizada.

O fato é que a escolha por pesquisar as representações sociais do racismo institucional a partir da perspectiva do corpo universitário da UFRRJ se deu como um desdobramento da pesquisa anteriormente realizada e já mencionada *“Racismo Institucional: o ingresso de negros e negras no universo acadêmico e o impacto em sua saúde mental”*. Esta pesquisa inicial se embasou no relato de vivências de universitários negros de inúmeras universidades pertencentes ao estado do Rio de Janeiro sobre como estes experienciaram o ambiente universitário. Como resultado pude perceber que o racismo, em suas mais distintas formas, atingiu aqueles corpos como consequência deles circularem por aquele ambiente, um ambiente compreendido por aqueles estudantes enquanto hostil. Diante da percepção desta hostilidade, foi tomada a decisão por observar como, não apenas os estudantes negros percebiam esse fenômeno, mas como todo o corpo da instituição o percebia.

Os resultados aqui expostos reiteraram os dados da pesquisa anterior e estampam que a UFRRJ - Seropédica não escapa desta mecânica, o que leva à afirmação feita por Nogueira e Guzzo (2016) de que a ideologia da supremacia racial branca é reafirmada pelas principais instituições sociais, sendo estas a escola, mídia, governo e família - aqui não nos referimos ao ambiente escolar, mas é cabível pensar que o mesmo se aplica aos ambientes educacionais em geral, não escapando disto as universidades. As falas obtidas tanto por meio do questionário quanto pelas entrevistas expuseram que o racismo institucional se faz manifesto nas dinâmicas universitárias da “rural” e que o mesmo possui representações sociais significativas.

A UFRRJ é uma instituição com cerca de 114 anos, localizada na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro - o que faz com que ela tenha suas especificidades - e é composta por um corpo discente 56,6% negro (não contamos com o perfil étnico do corpo de servidores). Tendo em vista que a maior parte da instituição é negra, os resultados da pesquisa expõem que a maior parte de seus membros sofrem violências agenciadas por ela. Um estudo como este escancara a urgência da academia se reorganizar caso esteja verdadeiramente comprometida com a ética e o compromisso social com os quais se envolve. Algumas das possíveis formas de reorganização foram apresentadas pelos próprios entrevistados, e tendo em vista que muitos deles são sujeitos afetados pelo racismo em questão, é conveniente que suas propostas sejam acolhidas, estudadas e formalizadas.

Deixo aqui a provocação de um estudo futuro voltado à investigação acerca da viabilidade da construção de uma comissão que se responsabilize pelas demandas étnico raciais com pessoas instrumentalizadas para tal, para além da existência da Comissão Permanente da Política Institucional pela Diversidade, gênero, etnia/ raça e inclusão da UFRRJ já existente.

Acredito verdadeiramente que pesquisas como esta, realizadas na área da psicologia, que investigam tanto os impactos materiais quanto psicológicos do racismo podem contribuir positivamente para a reorganização de inúmeras instituições. Tendo em vista que os impactos que o racismo institucional provoca são inúmeros e devastadores, podemos concluir que, a princípio, a instituição não tem conseguido lidar e nem mesmo assegurar as necessidades de mais de metade de seu corpo universitário.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In P. H. F. Campos, & M. C. da S. Loureiro (Orgs), Representações sociais e práticas educativas (pp. 37-57). Goiânia, GO: UCG Editora. 2003.

ABRIC, J. C. A zona muda das representações sociais. In: OLIVEIRA, D. C.; CAMPOS, P. H. F. Representações sociais: uma teoria sem fronteiras. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 23-34. (Coleção Memória Social).

ABRIC, J. C. Méthodes d'études des representations sociales. St. Agne: Eres. 2003 in CAMPOS, P. H. F.; OLIVEIRA, D. C. Representações Sociais - uma Teoria sem Fronteiras. 2005.

ABRIC, J. C. Prácticas sociales y representaciones. México: Coyoacán, 2001.

A história da UFRRJ. 2019. Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/ccs/historia-da-ufrj/>

Catálogo Institucional. 2021. Disponível em: https://institucional.ufrj.br/ccs/files/2021/04/catalogo_2021_v2.2021.pdf

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

Alunos da Rural invadem sala e acusam professor de machismo, racismo e homofobia. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/alunos-da-rural-invadem-sala-acusam-professor-de-machismo-racismo-homofobia-10822275.html>

BARDIN, L. Análise de conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BARDIN, L. Análise de conteúdo (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: Edições 70. (Original publicado em 1977) 2011.

BELLO, L.; OLIVEN, A. C. Negros e indígenas ocupam o templo branco: Ações afirmativas na UFRGS. 2017. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 23, n. 49, p. 339-374, set./dez.

BENTO, M. A. BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL. In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL, IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

Brasil. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

BRASIL, Ministério da Educação. Ensino Superior - Entenda as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>

CAMARGO,, B.V., & JUSTO, A.M. Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. Temas em Psicologia, 21(2), 513-518. 2013.

CAMARGO, B.V., & JUSTO, A.M. IRAMUTEQ: um software para análise de dados textuais. In Anais do XVI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP (pp. 1-12). São Paulo: ANPEPP. 2016.

CAMARGO, B. V.; WACHELKE, J. F. R. Representações sociais, Representações Individuais e Comportamento. 2007.

CAMPOS, P. H. F.; OLIVEIRA, D. C. Representações Sociais - uma Teoria sem Fronteiras. 2005.

CARDOSO, L. O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007) , 2008.

CARNEIRO, S. A. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2005. Disponível em: . Acesso em: 18 out. 2017.

CARVALHO, J. J. Ações afirmativas como base para uma aliança negro-branca-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil. In: GOMES, N. L.; MARTINS, A. A. Afirmando direitos: acesso a permanência de jovens negros na universidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

CAVALEIRO, J.; GRAVETO, J.; MÓNICO, L.; OLIVEIRA, D.; PARREIRA, P. A Abordagem Estrutural das Representações Sociais. 2018.

CÉSAIRE, A. Discurso sobre a Negritude. 2010.

Dados do IBGE (2019) - Não sei como citar . Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelos%20ou%20ind%C3%ADgenas.>

DAMASCENO, S (2015). Racismo e crimes de ódio: reflexões sobre o papel do Estado na proteção das vítimas. Revista Jurídica Cesumar, v. 15, n. 2, p. 327-343, 2015.

Denúncia de racismo cometido contra a estudante Dandara. Disponível em: <https://www.facebook.com/advbrunocandido/photos/a.305089462865652/2869895126385060/?type=3&mibextid=Nif5oz>

DOISE, W. Les représentations sociales: définition d'un concept. 1985

Estudante negro vítima de racismo de suicida dentro da USP. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2021-06-03/estudante-negro-vitima-de-racismo-se-suicida-dentro-da-usp.html>

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ed. Nacional, 1965.

FLAMENT, C. Structure et dynamique des représentations sociales. Psychologie française, 30(4), 233-249. 1985.

FLORENTINO, M. Em Costas Negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. 1997.

GARNER, S. Racisms: an introduction. 2010.

GUERREIRO, R. A. "Patologia social do branco brasileiro". Jornal do Comércio, jan.1955.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Ed. 34, 1999.

GUIMELLI, C., DESCHAMPS, J. C. Effets de contexte sur la production d'associations verbales: le cas de representations sociales des Gitans. Cahier Internationaux de Psychologie Sociale. 2000.

HANEY-LOPEZ, I. "The social construction of race: some observations on illusion, fabrication, and choice". 1994.

IGNACIO, B. D.; BRASIL, C. I.; NASCIMENTO, N. S.; VIANA, T. G. "QUEM NÃO TEM SANGUE DE PRETO NA VEIA DEVE TER NA MÃO": o que a Psicologia tem a ver com o racismo?. 2017.

JENSEN, R. Heart of whiteness. San Francisco: City Light Books. 2005.

JODELET, D. Contribution à l'étude de la representation sociale. Les représentations sociales. Presses Universitaires de France, 2001, p. 31-61. 2001.

JODELET, D. Fou et folie dans un milieu rural français: une approche monographique. In: W. DOISE & A. PALMONARI (Orgs.). *L'Étude des Représentations Sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 171 - 192. 1986.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: a análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: UERJ. 2001.

KILOMBA, G. "The Mask" In: *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010.

MAIO, M. C.; MONTEIRO, S. Saúde - Cor/ Raça, Saúde e Política no Brasil (1995 - 2006). In PINHO, O. A.; SANSONE, L. *Raça : novas perspectivas antropológicas - 2 ed. rev.* Salvador : Associação Brasileira de Antropologia : EDUFBA, 2008.

MARCHAND, P., & RATINAUD, P. Une méthode d'analyse statistique des correspondances avec représentation graphique à aire proportionnelle. *Bulletin de méthodologie sociologique*, 115(1), 5-26. 2012.

MEMMI, A. *O retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

MENIN, M. S. S. Representação Social e Esteriótipo: A Zona Muda das Representações Sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 22 n. 1, pp. 043- 052. 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE RESOLUÇÃO RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016 . Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

MOREIRA, A. J. *Racismo recreativo*. São Paulo: Ed. Pólen. 2019.

MOSCOVICI, S. A psicanálise, sua imagem e seu público. Petrópolis: Vozes [1961], 2012.

MOSCOVICI, S. O fenômeno das representações sociais. In S. Moscovici (Ed.), Representações sociais: investigações em psicologia social (pp. 29-109). Petrópolis: Vozes. 2003.

MOSCOVICI, S. Representações Sociais: investigações em psicologia social / Serge Moscovici: editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 11 ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. 1994.

MULLER, T. M. ; CARDOSO, L. Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil, 20017.

MUNANGA, K. Negritude: usos e sentido. 2020.

NASCIMENTO, A. Genocídio do negro brasileiro: processos de um racismo mascarado. 2016.

NOGUEIRA, S.G.; GUZZO, R. S. L. Psicologia africana: diálogos com o sul global. Revista Brasileira de Estudos Africanos, v. 1. n.2, p. 197 - 218, jul./ dez. 2016.

Nota da Diretoria Nacional do ANDES-SN de solidariedade ao professor Alain Pascal Kaly. Disponível em: <https://andes.org.br/conteudos/nota/encaminhamos-para-conhecimento-e-ampla-divulgacao-nota-da-diretoria-nacional-do-aNDES-sN-de-solidari>

Nota de posicionamento do Centro Acadêmico de Psicologia da UFRRJ. Disponível em: <https://m.facebook.com/photo.php?fbid=643668722401646&id=100002755735982&set=a.262244177210771&mibextid=Nif5oz>

PASSOS, J. C. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. *Rev. Educ.* ver; vol. 31, n 2, Belo Horizonte, p. 162. Apr./June 2015.

PEREIRA, M. A. Estudos de representação social. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez Editora. (pp. 61-81). 1997.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. *Revista Saúde Pública*. 1995.

Posicionamento do Coletivo Alice Bruno frente ao caso de racismo com o professor Alain Pascal Kaly. Disponível em: <https://www.facebook.com/100041820332462/posts/pfbid02SrHx6UC3twLwNUB9ZUEYu3wLmLogdGtdoaFdXwWV26KZXNei3VY9aPXZoJVVss2Wl/?mibextid=Nif5oz>

Puc- Rio é punida após casos de racismo nos Jogos Jurídicos. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2018/06/05/puc-rio-e-punida-apos-casos-de-racismo-nos-jogos-juridicos.htm>

Racismo Cordial - A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. Folha de São Paulo/Datafolha. 1995.

Rodrigues, H. V. (2006). Racismo e discriminação racial no Brasil. In L. A. da Silva & P. A. da Silva (Orgs.), *Estudos sobre o racismo no Brasil* (pp. 47-57). São Paulo: Editora 34.

SÁ, C. P. A construção do objeto de pesquisa em representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SÁ, C. P. Núcleo central das representações sociais. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

SAAD, L. “Fumo de Negro”: a criminalização da maconha no pós abolição. Salvador. EDUFBA, 2018.

SAMPAIO, E. O. Racismo institucional: desenvolvimento social e políticas públicas de caráter afirmativo no Brasil. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 4, n. 6, p. 77-83, mar. 2003. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2005.

SANTOS, B. S. Pela Mão de Alice. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SCHUCMAN, L. V. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana / Lia Vainer Schucman; orientadora Leny Sato. -- São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. 2014.

SILVA, A. C. Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade Ana Célia da Silva. In: NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, TM., orgs. Memória e formação de professores [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. 310 p.

SILVA, A. R.; SILVA, R. S. A HISTÓRIA DO NEGRO NA EDUCAÇÃO: ENTRE FATOS, AÇÕES E DESAFIOS. Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 14, n. 24, p. 193 - 204, jul./ dez., 2005.

SILVA, A. R. da. Racismo no Brasil e afrodescendência. Cadernos de Pesquisa, (118), 83-108. 2003.

SILVA, C. D. Negro, qual é o seu nome?. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

SOUSA, N. S. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 1983.

TELLES, Edward. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

TODOROV, T. Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana (Vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993.

TURRA, C.; VENTURI, G. RACISMO CORDIAL A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil . 1995.

VALA, J. (1996). Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social*. 2ª ed (pp. 353-384). Lisboa: Calouste Gulbenkian.

VALSINER, J. Beyond social representations: a theory of enablement. *Papers on Social Representations*, 12, 7.1-7.16. 2003.

VERGÈS, P., TYSZK, T., & VERGÈS, P. Noyau central, saillance et propriétés structurales. *Papers on Social Representations*, 3, 3-12. 1994.

VICTORINO, C. S. *Racismo Institucional: o ingresso de negros e negras no universo acadêmico e o impacto em sua saúde mental*. 2018.

WACHELKE, J. F., & WOLTER, R. C. Análise de evocação de palavras e representações sociais. Em R. C. Wendt, J. Valsiner & D. A. R. Wendt (Eds.), *Psicologia Cultural: Desafios para a construção de pontes* (pp. 247-262). São Paulo: Casa do Psicólogo. 2011.

WAGNER, W. Sócio-gênese e características das representações sociais. In A. S. P. Moreira, & D. C. de Oliveira. (Eds.), *Estudos interdisciplinares de representação social*. 1998.